TL 7255

Coral

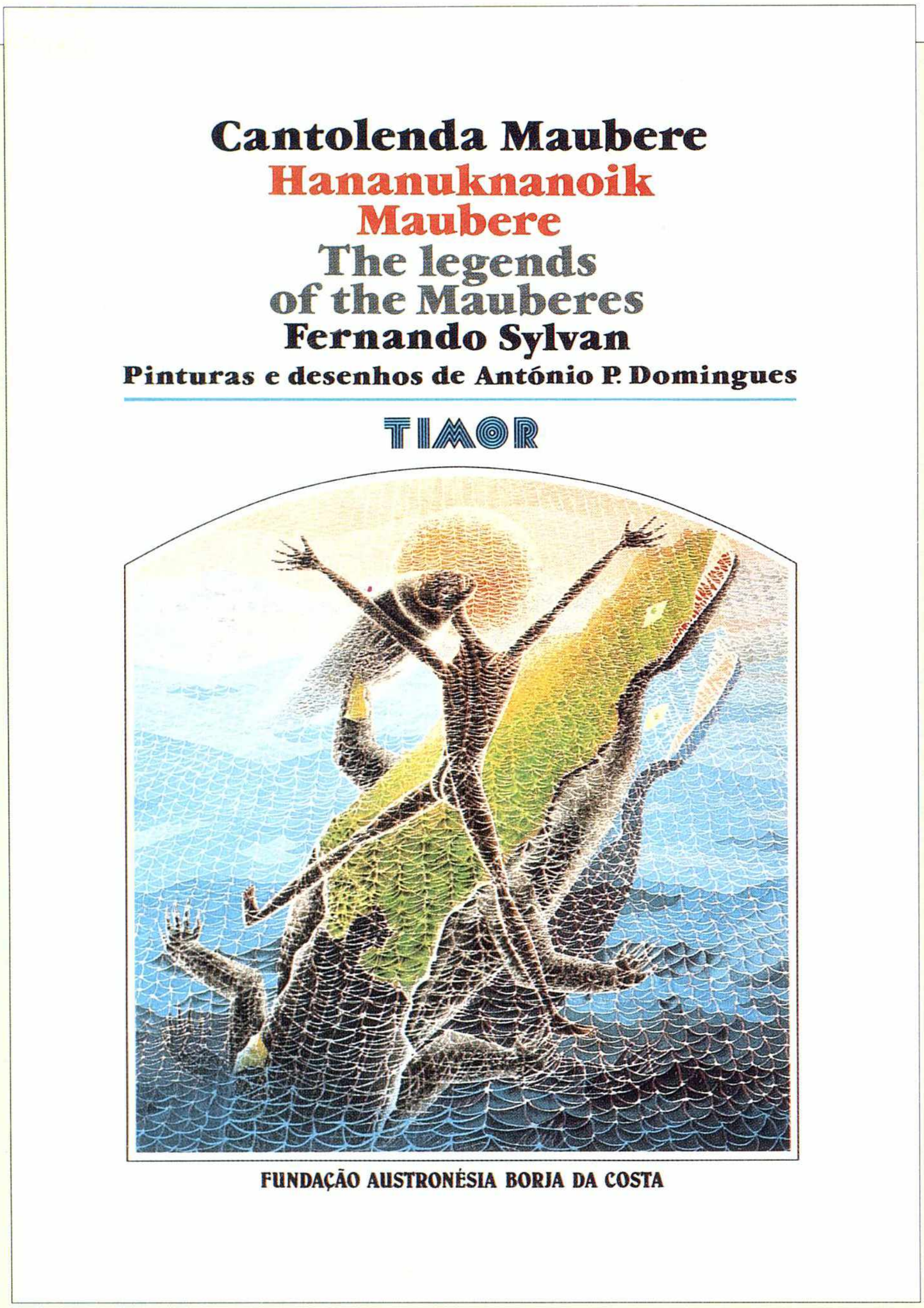
REVISTA DA FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

O raio viſual
Sinal da coſta

N.º 2 • SETEMBRO 1992 • 525$00

OS RETRATOS DE TIMOR

À DESCOBERTA DA ILHA ANCORADA



Cantolenda Maubere
Hananuknanoik Maubere
The legends of the Mauberes
Fernando Sylvan
Pinturas e desenhos de António P. Domingues

TIMOR

FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

«Cantolenda Maubere»
uma viagem à descoberta de Timor

Preço: 2000$00

Pedidos à Fundação Austronésia Borja da Costa
Rua Caetano Alberto, 19
1000 LISBOA

CIDAC
Centro de Documentação

Coral

Edição da Fundação
Austronésia Borja da Costa

Director:
Abílio Araújo

Director-adjunto:
Luís da Costa

Editor:
Guilhermina Lobo Araújo

Coordenador:
Maria Júlia Fernandes

Colaboram neste número:
A. Fernandes
Anabela Furtado
António Pereira
Cláudia Baptista
Fernando Sylvan
Isabel Horta
J. C. Gomes da Silva
Joana Bensabat Ruas
Manuel Lobato
Nuno Paisana
Paulo Jorge Pinto
Victor M. Vieira

Arranjo Gráfico:
Raimundo Santos

Fotografias de:
Paulo Figueiredo
Arquivo da FABC
Cristina Fernandes

Ilustrações:
Nicolau Tudela
Maria João Castro

Revisão:
António Moreira

Selecções e montagem:
Textype, Artes Gráficas, Lda.

Impressão e acabamento:
Qualigrafe

Semestral
SEDE: Rua Caetano Alberto, 19
1000 LISBOA

Depósito legal n.° 43 956/91

4 **Editorial**

6 **Notícias**

10 **História.** Timor nos Descobrimentos e na Cartografia
MANUEL LOBATO

15 **História.** Os caminhos que levaram à Austrália
PAULO JORGE PINTO

20 **Antropologia.** Como vive, morre e ressuscita o Povo Timor
FERNANDO SYLVAN

24 **Antropologia.** Limiares transpostos
J. C. GOMES DA SILVA

28 O Príncipe

30 O sorriso do Tigre
A. FERNANDES

34 **Destaque.** Descobrir é descobrir-se
Entrevista com Vasco Graça Moura

40 **Natureza.** Petróleo

42 **Perfil.** António de Almeida, um investigador por descobrir
NUNO PAISANA

46 **Memórias.** A caminho de Dili

49 **Memórias.** Terras de Missão

51 Retratos do Oriente

55 **Património.** Pintura de Timor

57 Timor na Sociedade de Geografia
CLÁUDIA BAPTISTA

60 **Música.** A viagem do Ukelele

62 **Conto.** Mauberek o Menino Rebelde

EDITORIAL

DE NOVO, O PEDIDO DA RAINHA DE MENA

Na amálgama de factos que constituem a História do encontro entre Portugueses e Timorenses, terá passado despercebido a muitos o relevante significado da conversão ao cristianismo da Rainha de Mena, em 1641. Muito poucos terão visto nela o início do afastamento dos Povos de Timor em relação aos seus vizinhos insulares, bem como o desmoronamento das estruturas políticas e sociais dos Reinos de Timor, num processo ininterrupto em que interferiram, mais ou menos violentamente, tanto os missionários como as autoridades portuguesas.

Coral que dedica este Número à temática «Timor, os Descobrimentos e a Evangelização - Encontro de Povos e Culturas», não esquece a actualidade do gesto da Rainha de Mena.

Com a descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, estavam definitivamente abertas aos ocidentais as portas do longínquo Oriente que, de há muito, povoava a fantasiosa imaginação dos europeus.

Terra magnificente de metais preciosos, ouro e pedrarias, pujante das apetecidas especiarias, finas sedas e odoríferas madeiras, os seus povos viviam sob o domínio de impérios que, no seu afã expansionista, se degladiavam e enfraqueciam mutuamente, o que cedo permitiu o domínio colonial pelas potências ocidentais da época.

Particularmente atraentes pela sua riqueza em especiarias e madeiras preciosas eram as Ilhas da Insulíndia, onde o Império Budista de Srivijaya, que na sua época áurea (Sec. IX) construiu em Java o famoso templo budista de Borobodur, entrara em declínio já desde o Séc. XIII, e estava a ser dominado por outros impérios indo-javaneses. De entre estes veio a destacar-se o poderoso império muçulmano de Majapahit, que fez deslocar para Malaca o centro muçulmano mais importante.

Em Timor, os diversos reinos de tradição animista, a atravessar uma fase de luta pela supremacia e unificação política em torno de Sombai (Oeste) e Behali (Leste), os dois potentados mais importantes, viviam à margem destas disputas imperiais que se centravam em Java e noutas Ilhas mais ocidentais como Sumatra.

Este período de relativa acalmia e de prosperidade que lhes advinha do comércio do sândalo, permitiu-lhes manter com os recém-chegados portugueses uma fraterna relação imbuída de uma genuína curiosidade em relação aos hábitos, crenças e costumes dos povos que viviam do outro lado do mar.

Nesta fase, para além dos comerciantes de sândalo, que não íam muito além dos portos onde atracavam os seus barcos, eram sobretudo os missionários, autênticos embaixadores, que se embrenhavam pelo interior dos reinos, dando a conhecer a religião cristã, e que foram diligentes portadores das missivas trocadas entre os «Liurais» - reis timorenses - e os Monarcas portugueses. Esta época foi ca-

ABÍLIO ARAÚJO

racterizada por uma intensa evangelização dos Povos de Timor e durou cerca de século e meio.

Esta situação só viria a alterar-se quando, em 1641, a Rainha de Mena, após o saque do seu Reino pelo poderoso rei makassar muçulmano de Toló (Celebes), se converteu ao cristianismo, pediu protecção à Coroa portuguesa e selou um pacto de amizade com os portugueses, ali representados pelo frei dominicano António de São Jacinto. Esta aliança desagradou a Behali (Belos/Leste) e Sombay (Servião/Oeste) que, apoiados pelo rei de Toló, imediatamente declararam guerra a Mena. Nesta guerra, os dois acabariam por ser derrotados pelos efectivos militares portugueses e dos reinos aliados, cujos liurais entretanto se tinham também convertido ao cristianismo à semelhança da Rainha de Mena.

A penetração do islamismo em Timor fora definitivamente afastada e estava dado o primeiro passo dum percurso que havia de levar os Povos de Timor a forjarem uma identidade histórica e cultural bem diferenciada dos povos das outras ilhas do arquipélago.

Na História Timorense deste percurso conjunto dos últimos cinco séculos, com os seus encontros e desencontros, alegrias e tristezas, esperanças e expectativas frustradas, o seu rol de sucessos e desventuras, surgem traços de um certo fatalismo caprichosamente presente, e que a História recente teimosamente parece, de novo, querer confirmar.

Ao atentarmos no relato verídico da vida do desditoso príncipe de Timor, que a CORAL reproduz neste número, facilmente concluiremos da justeza de Léthinois, advogado da Corte de Luis XV, ao escolher a famosa frase de Séneca, inserta em *As Troianas*, para ilustrar a sua *Requête au Roy*:

«Non unquam tulit documenta fors majora» (Jamais a força do destino nos ofereceu mais eloquente testemunho)

Mas se estes e outros documentos constituem documentação avulsa, dispersa pelas Bibliotecas de Paris, Amsterdão, Sidney, Lisboa, Macau e outras, será legítimo afirmar ter chegado o tempo de lançar as bases da ingente e imperiosa tarefa de pesquisa, recolha e selecção desse precioso acervo documental – as fontes da História de Timor que está ainda por contar.

Obra de vulto para a qual urge mobilizar esforços, recursos e boas vontades nesta época de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, em que vale a pena debruçarmo-nos sobre a realidade dos povos cujo encontro essa aventura proporcionou.

Empreendimento arrojado, mas necessário para permitir aos timorenses das gerações presentes o reencontro com a sua própria História e legar aos vindouros o testemunho vivo de que a História não se faz, por saltos, e que foi necessário que muitas mãos se dessem para consolidar os elos da cadeia que hoje nos empenhamos em continuar.

Necessário também para permitir a Portugal e aos Portugueses a reconciliação com os protagonistas da História Timorense dos últimos 5 séculos, os destemidos «liurais» e «datos» (nobres) de Timor, símbolos de coragem, bravura e dignidade dos seus Povos, em particular, com aqueles que se postaram nas trincheiras anti-coloniais como D. Boaventura de Manufahi porquanto D. Aleixo Corte Real figura já nas páginas áureas da História de Portugal.

Importa hoje ir ao âmago da História de Timor e ajudar os Timorenses a escreverem a sua História em que não há-de faltar o vasto capítulo «Portugal na História de Timor», já que não faltam livros e documentos sobre «Timor na História de Portugal».

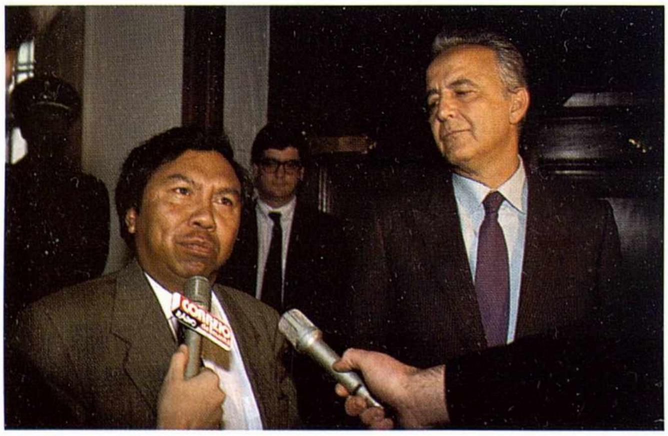
Passados quase cinco séculos ainda hoje ecoa o pedido da Rainha de Mena ao bom frade dominicano: «Por favor, proteja-nos dos Macassares».

FUNDAÇÃO CONTRIBUI

Representantes da Fundação Calouste Gulbenkian, Vítor Sá Machado e da Fundação Borja da Costa, Abílio Araújo estiveram na Nunciatura Apostólica onde entregaram um donativo destinado às famílias das vítimas do massacre do cemitério de Santa Cruz.

A contribuição num total de cem mil dólares, cerca de catorze mil e quinhentos contos, foi doada pela Fundação Calouste Gulbenkian, num gesto de profundo sentido e solidariedade para com o Povo de Timor.

A Fundação A. Borja da Costa efectuou todas as diligências junto do bispo D. Ximenes Belo que procederá à sua distribuição de acordo com as necessidades.



A CRIANÇA
NO MUNDO DE LÍNGUA PORTUGUESA

CRIANÇAS QUE SOFREM

A Criança no Mundo da Língua Portuguesa foi o tema de um congresso internacional que decorreu na Universidade Católica em Lisboa organizado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Falou-se dos muitos problemas que envolvem as crianças nos países que se expressam em Português, nomeadamente sobre questões nas áreas da prevenção médica, medicina social, pedagogia, sociologia. Mas entre todos há sempre um tema que não deixa ninguém indiferente.

As crianças que sofrem uma situação de guerra, crianças que já nasceram e cresceram no meio de um conflito que lhes rouba o direito a um crescimento harmonioso quer físico quer psicológico. Neste ponto das discussões foram lembradas as crianças de Timor.

Abílio Araújo presidente da Fundação Borja da Costa interveio neste ponto das discussões tendo abordado um dos direitos que está negado às crianças timorenses.

O direito ao uso da língua materna que se liga com o direito à identidade cultural timorense.

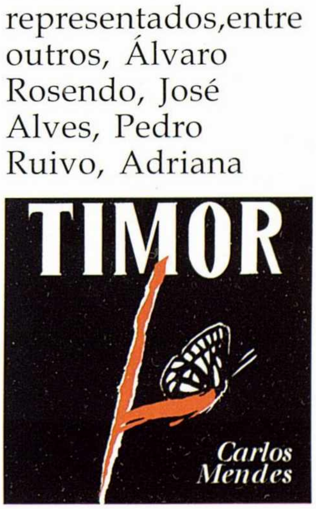
OS AMIGOS DA CORAL

No dia do lançamento da CORAL, foram muitos os amigos que quiseram estar presentes. O Clube dos Jornalistas, em Lisboa, encheu-se e a noite que não estava nada agradável tornou-se mais calorosa. Durante umas curtas horas criou-se na Lapa um bocadinho de Timor. Nas paredes a par dos *tais*, fotos de Timor do tempo em que Carlos Gil por lá andou na tropa, na mesa muita comida saborosa com nomes a cheirar a saudade: koirambos, kirikiris, borrego túkir, modofila e arroz katupa.

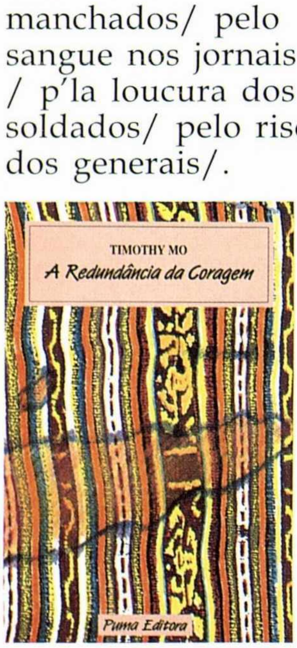
A acompanhar a CORAL neste seu primeiro número estiveram entre outras personalidades a Dra. Maria Barroso, mulher do Presidente da República, a Embaixadora de Israel, Colette Avital, Sá Machado, administrador da Fundação Gulbenkian, os deputados Ângelo Correia, Eduardo Pereira e Mário Tomé, assim como vários representantes das forças políticas e sindicais além de personalidades ligadas ao meio cultural e artístico. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, que à última hora não pôde estar presente enviou uma mensagem pessoal saudando o aparecimento da CORAL, e fez-se representar pelo seu chefe de gabinete, Sequeira Nunes e Rui Quartin Santos, subdirector geral dos assuntos políticos económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

PALAVRAS CANTADAS

Nos últimos tempos foram inúmeras as manifestações de apoio e solidariedade ao povo de Timor Leste. Multiplicaram-se os colóquios e as exposições promovidas por diversas instituições, no meio das quais se destacaram as Câmaras Municipais e as Escolas. Assim, um pouco por todo o lado, se falou de Timor, com imagens com sons ou só com palavras. "Por Timor" foi uma das exposições feitas pela CML. Foi uma mostra de fotografia e ilustração na qual estiveram representados,entre outros, Álvaro Rosendo, José Alves, Pedro Ruivo, Adriana



Freire, Carlos Marques, Cristina Sampaio e Fernanda Fragateiro. Mas não foram apenas exposições e colóquios. Houve quem demonstrasse solidariedade cantando. Este o caso da Escola Secundária José Afonso de Loures com apoio da autarquia local. "Todos nós somos Timor" é o título da canção que tem letra de José Fanha e música de Carlos Mendes que também canta acompanhado pelos alunos de Escola José Afonso. *Aten Brani* (coragem)/ *Timor Sei Manan* (Timor há-de ganhar)/ Todos fomos manchados/ pelo sangue nos jornais / p'la loucura dos soldados/ pelo riso dos generais/.



DANU, A ILHA

Danu é a metade oriental de uma ilha situada a norte da Austrália. Um dia, os malais, seus vizinhos, invadem Danu e instalam um regime militar, duro e cruel.

É então que começa a aventura de Adolph Ng, um hoteleiro calmo e despreocupado de origem chinesa, que se vê obrigado a fugir para as montanhas onde trava contacto com a guerrilha.

A história é o que pretende ser, uma ficção baseada no drama do povo timorense.

Chama-se a *Redundância da Coragem* foi escrita por Timothy Mo e chegou recentemente a Portugal por intermédio da Puma Editora.

O autor, Timothy Mo, filho de mãe inglesa e pai cantonês, fez os seus estudos em Hong Kong e Inglaterra onde vive actualmente. Publicou em 1978 *The Monkey King*, que lhe valeu um prémio, «Sour Sweet» em 1982, e *An Insular Possession*, em 1986.

«Deixámos de estar sózinhos. Os abutres tinham sido atraídos para o festim. Ou, para pôr as coisas de uma forma mais suave, os olhos do mundo estavam postos em nós. Meio olho, em qualquer caso, com a duração de um pestanejar. A imprensa tinha chegado. Não a elite, tenho de o admitir, mas algum interesse era muito melhor que nenhum». Um desabafo de Adolph Ng, aliás Timothy Mo, quando se encontrava na ilha de Danu, aliás Timor.

AS CARTAS DOS MENINOS

São cartas pequeninas, às vezes só duas frases, escritas em letra redonda e cuidada, a lápis ou esferográfica, algumas acompanhadas de desenhos (uma árvore, uma casa ou uma flor), cartas dos meninos das escolas portuguesas aos meninos de Timor Leste.

No Natal, a Fundação Borja da Costa recebeu muitas dessas mensagens. Com o país em estado de choque pelo massacre no cemitério de Santa Cruz, muitas escolas substituiram as cartas habituais ao Menino Jesus ou ao Pai Natal por outras, destinadas às crianças que, do outro lado do planeta, vivem tempos de guerra. Com muita doçura, muita ingenuidade, estes meninos portugueses dão conselhos: «eu queria que vocês fossem falar com os indonésios, para acabarem com a guerra. Se eles não aceitarem, vocês insistem, com cuidado. E peçam também para eles saírem daí»; «não saiam de casa porque podem morrer»; ou formulam um desejo breve: «Para Timor... tenham Natal»;...

«Eu quero que Timor seja feliz». «Timor Leste, têm que acabar com a guerra. Eu quero que acabem com a guerra. E que os homens de Timor Leste não acabem.».

As escolas têm mostrado, aliás uma grande curiosidade por tudo o que se refere a Timor. Conselhos directivos, associações de alunos ou grupos de jovens procuram a Fundação Borja da Costa para iniciativas que vão desde colóquios, exposições, a simples pedidos de informações.

Nessa medida, a exposição itinerante que a Fundação montou para melhor dar a conhecer o povo e a cultura timorenses não tem parado.

De norte a sul já foram percorridas dezenas de escolas primárias, preparatórias e secundárias com o retrato de Timor: arte popular, música, instrumentos, tecidos, costumes e hábitos de um povo que, apesar de tudo, é ainda tão ignorado.

Esta tem sido para muita gente, especialmente para os mais jovens, a descoberta de uma riqueza insuspeitada.

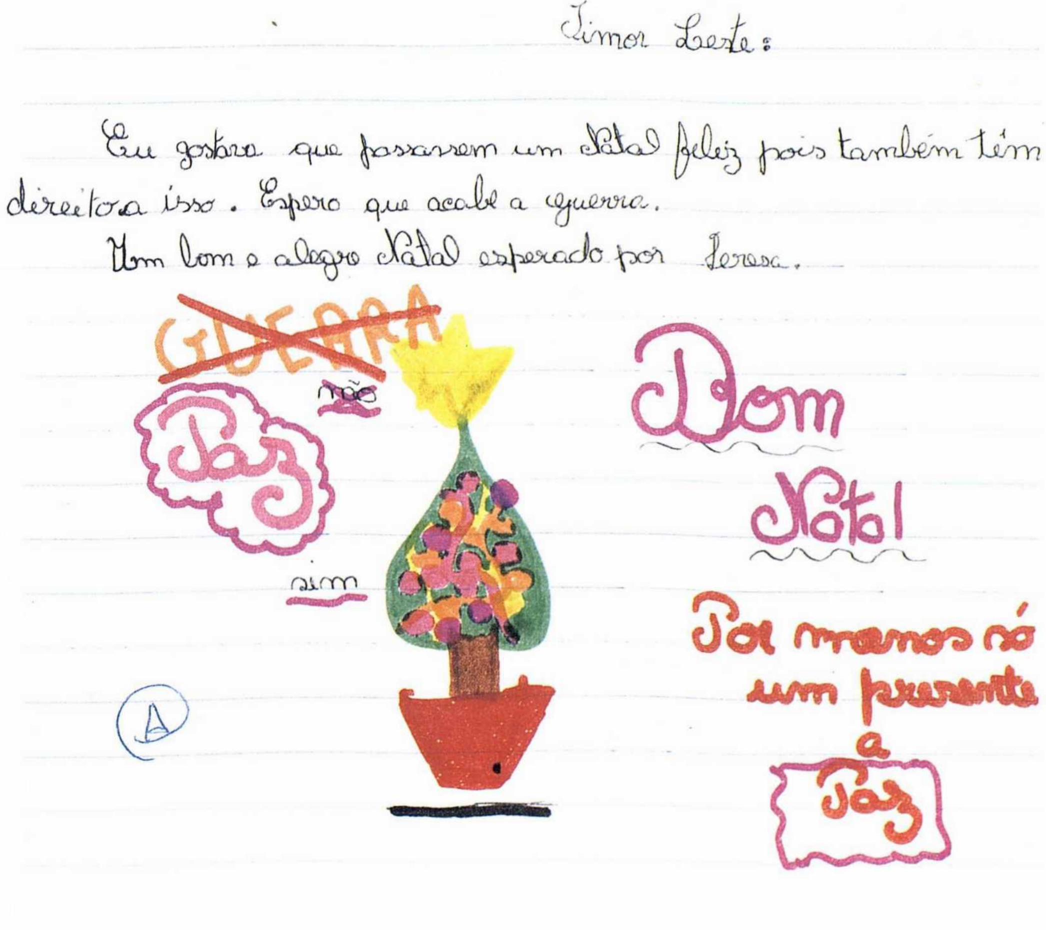
É que os recentes acontecimentos dramáticos de Santa Cruz revelaram que, apesar de formalmente ligado a Portugal, Timor era quase um desconhecido.

Um desconhecimento a que se juntou uma ausência quase completa de obras de divulgação, conforme reconheceu recentemente a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) que pediu à Associação de Editores e Livreiros e às editoras de livros escolares para que os «livros escolares, especialmente os Atlas, de geografia e os de História voltem a integrar Timor Leste nos seus conteúdos».

Desde há uns anos a esta parte toda a referência a Timor acabou por sair dos livros e além dos jovens não conhecerem Timor não têm onde saber.

«Nas escolas portuguesas junto dos professores onde naturalmente os jovens vão procurar a informação, a situação também não foi muito diferente.

Os professores bem procuraram livros e outra documentação escrita (...) não encontraram porque os livros escolares e os atlas feitos nos últimos anos deixaram pura e simplesmente de referenciar Timor Leste, conforme diz a FENPROF na carta aos editores.



Timor Leste:

Eu gostava que passassem um Natal feliz pois também têm direito a isso. Espero que acabe a guerra.

Um bom e alegre Natal esperado por Teresa.

TIMOR NOS

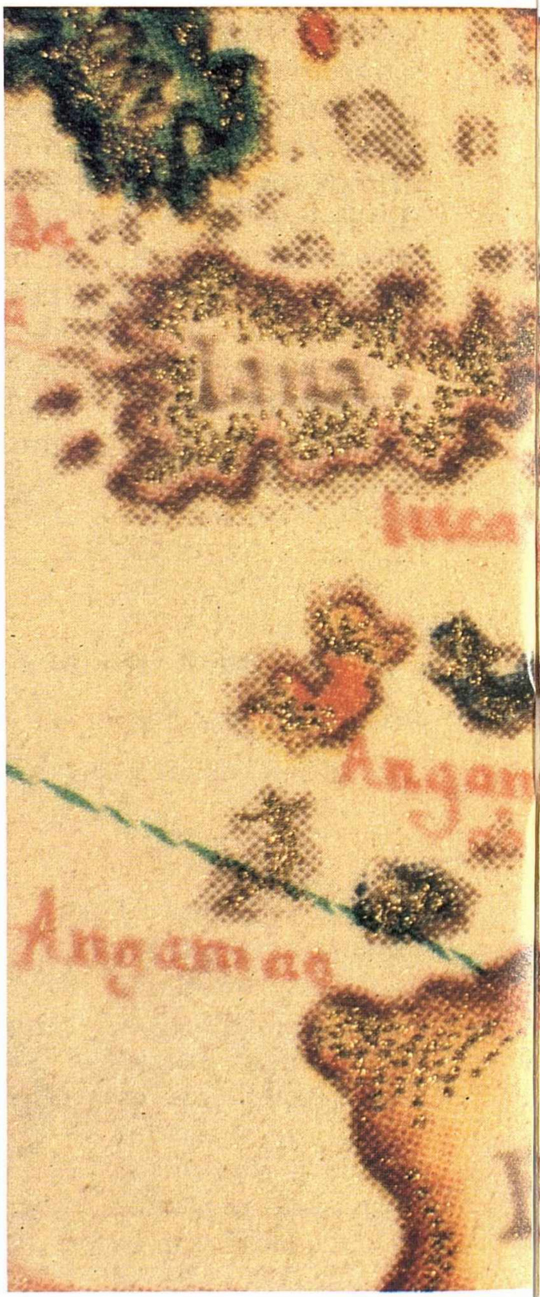
MANUEL LOBATO*

A primeira vez que os portugueses ouviram falar de Timor foi, certamente, em Malaca, onde chegaram em 1509. Malaca era então o coração do comércio asiático. Rotas comerciais de todo o Índico e do extremo oriente convergiam neste entreposto muçulmano da costa ocidental da península malaia: especiarias de Banda e das Molucas, sedas da China, prata do Japão, ouro de Samatra, têxteis de Cambaia, Coromandel e Bengala, arroz de Java e da Indochina, etc. Entre as inúmeras mercadorias de luxo que se escoavam através de Malaca para a Índia e China, contava-se o tão apreciado sândalo branco proveniente de Timor.

Em 1511, Malaca mudava de mãos, conquistada por Afonso de Albuquerque, abrindo aos portugueses a cobiçada teia de ligações mercantis à distância. Um dos objectivos prioritários foi o estabelecimento de relações comerciais com as Molucas e Banda, as fontes de cravo, noz-moscada e maça. Assim, escassos meses após a conquista de Malaca, uma armada composta por três navios sob o comando de António de Abreu partia em direcção ao arquipélago oriental pela rota que seguia ao longo da costa norte de Java. Apesar de recorrerem a pilotos malaios experimentados naquele percurso, a viagem era longa e cheia de dificuldades, não tendo os navios portugueses conseguido passar além de Banda. Entre os navegantes ia um jovem cartógrafo e piloto, Francisco Rodrigues, que nos legou os primeiros mapas do mundo indonésio feitos por um europeu. Entretanto houvera alguma evolução nos conhecimentos cartográficos europeus sobre a Insulíndia: no planisfério dito de Cantino (c. 1502) Java surge já assinalada; na carta atribuída a Jorge Reinel e datada de 1510, juntou-se-lhe Samatra. Estas representações são ainda muito incipientes, baseadas nas noções ptolomaicas e em informações recolhidas na Índia.

Ora Francisco Rodrigues, na primeira incursão portuguesa à Insulíndia oriental, além de recolher dados para as suas cartas geográficas, desenhou, no regresso de Banda, 68 vistas de diferentes ilhas tomadas de bordo da nau. Essa curiosa série de desenhos feita em 1512 — que com as cartas constituem o *Livro de Francisco Rodrigues* —, representa sobretudo as Pequenas Sunda, nas quais se inclui Timor. O primeiro desse conjunto de desenhos pretende ser a ilha de Solor, quando de facto deve tratar-se da ilha de Alor, representada noutro desenho com o canal que a separa da ilha de Pastor. Seguem-se 12 desenhos das ilhas de Pantar, Lomblém e Adunara, e outros 27 da ilha das Flores.

Os mapas da Insulíndia, contudo, constituem a parte mais importante do legado de Francisco Rodrigues. Trata-se da primeira representação não fantasista da Ásia do sueste, cortando com a tradição ptolomaica. Para o conseguir, não foram suficientes as observações que efectuou. Francisco Rodrigues socorreu-se de mapas usados pelos pilotos malaios. Essa a razão por que na sua carta nº 18 (fl.37) figuram as Molucas e Timor, ilhas que ele nem sequer avistou, estando os seus contornos apenas



DESCOBRIMENTOS E NA CARTOGRAFIA

TIMOR
PETAN
EACH. Provincia

esboçados e sendo a costa sul de Timor meramente conjectural.

A CURIOSIDADE

Com base em informações obtidas em Malaca e em Java, na sequência das primeiras viagens portuguesas a esta ilha e a Banda, escreveu Tomé Pires, boticário e escrivão da feitoria portuguesa em Malaca, a célebre *Suma Oriental*. Redigida na sua maior parte em Malaca entre 1512 e 1514, esta obra, além de ser o primeiro relato europeu das regiões a leste do golfo de Bengala, é o melhor de quantos foram escritos até meados do século XVI. Ramusio viria a publicá-lo, truncado, nas suas *Navigationi et Viaggi* impossibilitado de obter a parte que dizia respeito às especiarias da Insulíndia, justamente o tema que mais curiosidade despertava, dada a escassez de informações contidas na narrativa de Pigafetta. Ramusio obteve o texto de Tomé Pires recorrendo ao suborno e à rede de espiões em Lisboa e Sevilha. Armando Cortesão atribui esta falta de informações disponíveis na Europa à política de sigilo seguida pela coroa portuguesa.

Enquanto Tomé Pires elaborava a *Suma Oriental*, o capitão de Malaca, Rui de Brito Patalim, esforçava-se por enviar um navio português a fazer o reconhecimento de Timor e encetar relações comerciais, mas a falta de embarcações para acudir às responsabilidades diplomáticas e mercantis que recaíam sobre os portugueses em virtude da sua nova condição de senhores de Malaca, impediram que tal viagem se efectuasse antes de 1515. Embora os portugueses ainda não tivessem visitado Timor, o facto de terem já navegado para Banda e para as Molucas do sul, permitia a Rui de Brito informar o rei D. Manuel de que "ho caminho he ja sabido". De resto era convicção em Malaca de que o acesso a Timor era mais fácil do que a Banda e às Molucas. Entretanto os reis destas ilhas e de Timor, desconhecendo as intenções portuguesas a seu respeito, estavam atemorizados.

É ponto geralmente aceite que os portugueses terão visitado Timor pela primeira vez em 1515 ou 1516. Contudo não subsistiu qualquer registo desse primeiro contacto. Provavelmente os primeiros portugueses que desembarcaram em Timor viajaram a bordo de juncos de mercadores asiáticos de Malaca. Em 1517 parece estar já estabelecida a ligação regular de juncos portugueses entre Malaca e Timor. A cobertura das mais de quinhentas léguas do percurso fazia-se escalando o porto javanês de Gresik, tanto na ida como na volta. Em 1518 Timor era dada como "descoberta", ao contrário de outras ilhas, onde também havia sândalo "miúdo", e que eram apenas "sabidas". Tudo leva a crer que a frequência dos portos timorenses pelos navios portugueses foi bem aceite pelos reis locais que assim puderam libertar-se da dependência comercial em que se encontravam relativamente ao escoamento do sândalo através dos mercadores muçulmanos de Java e de outras regiões do sueste asiático, entre as quais as Filipinas.

A representação de Timor nos mapas antigos foi aperfeiçoada ao longo dos tempos. Os primeiros desenhos mostram uma pequena superfície perdida num mar coalhado de ilhas que mal se distinguiam umas das outras. Depois, Timor conquistou, pouco a pouco, contornos mais precisos e tornou-se perfeitamente reconhecível no meio do emaranhado. A precisão aumentava à medida que cresciam os conhecimentos dos portugueses sobre a região e, mais concretamente, sobre a ilha

PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES

A cartografia da Insulíndia posterior aos mapas de Francisco Rodrigues deve-se sobretudo a cartógrafos portugueses, embora alguns deles — como Jorge Reinel ou Diogo Ribeiro — estivessem ao serviço da coroa castelhana. As cartas castelhanas, baseadas nos informes de Sebastião del Cano, alongam propositadamente a Insulíndia em longitude de forma a posicionar as disputadas Molucas na área que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia a Castela. Esta distorção não se verifica no mapa atribuído a Pedro Reinel, de cerca de 1517 (PMC, I, est. 10), que é a primeira carta posterior às de Francisco Rodrigues em que as Molucas estão representadas com certo conhecimento de facto e em que a distância da costa africana a estas ilhas está correcta (83º). Contudo, não é possível identificar nela Timor. Na carta atribuída a seu filho, Jorge Reinel, de cerca de 1519 (PMC, I, est. 12), esta ilha continua a não figurar. Do mesmo ano é uma carta conhecida por *Lopo Homem-Reinéis*, (PMC, I, est. 20) em que as Molucas são colocadas na área espanhola. Aí se podem ver representadas muitas das Pequenas Sunda, mas não é possível identificar Timor num mar coalhado de ilhas mais ou menos fantasiosas. É na carta anónima atribuída a Pedro Reinel, datável de 1522 (PMC, I, est. 13), na qual informações recolhidas na viagem de circum-navegação de Magalhães-del Cano se conjugam com conhecimentos adquiridos pelos portugueses, que Timor aparece pela primeira vez desenhado numa carta executada na Europa. Todo o contorno da ilha é claramente visível, ainda que sem legenda a identificá-lo. Em contrapartida pode ler-se a legenda "a entrada de Solor", assinalando o canal que dava acesso a Timor, referido por Tomé Pires dez anos antes.

O conhecimento que os portugueses tinham de Timor não deixou de crescer e reflectir-se na cartografia por eles elaborada. No mapa anónimo-português de c.1535 (PMC, I, est. 58) a península malaia e o arquipélago oriental, incluindo Timor, estão já muito bem cartografados. Trata-se da melhor representação das Molucas até à época, que surgem já individualizadas e com os respectivos nomes, ainda que haja alguma confusão entre elas e a extremidade oriental das Celebes. Bornéu também surge pela primeira vez quase totalmente cartografada em pormenor, apenas faltando uma pequena parte da sua linha costeira. A Nova Guiné, pelo contrário, está ainda confusamente traçada. Esta carta de 1535 confirma que os portugueses tinham, como seria de esperar, um melhor conhecimento de Timor, das ilhas das especiarias e das rotas que lhes davam acesso, do que de quaisquer outras regiões do arquipélago indonésio. Timor, apesar do encurtamento em longitude de que enferma, é a única ilha de grandes dimensões bem representada a sul do arco insular que se estende para leste de Java e que os navios portugueses costeavam na sua derrota de Malaca para Banda e para as Molucas. Embora este mapa esteja ainda insuficientemente estudado, segundo opinião de Armando Cortesão, requerendo maior atenção por parte dos especialistas da cartografia antiga do Oriente.

A confirmar os factos acabados de enunciar estão os dois atlas de c.1537 atribuídos a Gaspar Viegas, cada um deles com duas cartas da Insulíndia (PMC, I, ests. 52 A-D). Neles Timor e Solor estão muito melhor representados do que a sua vizinha ilha das Flores, que contudo viria a conhecer uma presença portuguesa mais efectiva muito antes de os portugueses se estabelecerem em Timor.

AS ILHAS

Ilhas de Timor donde vêm os sândalos brancos[1] - Entre as ilhas de Bima e de Solor se faz um canal grande por onde vão às ilhas dos Sândalos. Todas as ilhas de Java para diante se chamam Timor, porque na linguagem da terra Timor quer dizer levante, como se dissessem as ilhas de Levante. Por principal se chamam as ilhas de Timor estas duas donde vêm os sândalos. As ilhas de Timor são de reis gentios. Nestas duas há grande soma de sândalos brancos Valem muito barato porque os matos não têm outra madeira. Dizem os mercadores malaios que Deus criou Timor de sândalos e Banda de maças, e as de Maluco de cravo, e que no mundo não é sabida outra parte em que estas mercadorias haja; somente nestas. E eu perguntei e inquiri diligentemente se estas mercadorias havia em outra parte, e todos dizem que não.

Deste canal até às ilhas de Maluco, navegando com bom tempo, vão em seis, sete dias. São estas ilhas doentias. A gente não é muito verdadeira. A esta ilha vão de Malaca e de Java cada ano, e vêm sândalos a Malaca; é boa mercadoria em Malaca, porque entre todas as nações de cá se costumam, mormente entre os gentios.

Mercadorias que valem em Timor — Levam lá sinabafos, panchavelizes, sinhavas, balachos, cotabalachos, que são panos brancos. Valem em Timor panos de Cambaia baixos, e por pouca mercadoria carregam os juncos de sândalos. É rica a viagem de Timor. É doentia. Partem de Malaca na monção e tempo que vão a Banda nesse torno. Dizem que entre as terras de Bima e Solor há pedras e que se perdem juncos se não vão pelo canal; e isto será obra de meia légua onde há este perigo, e que é bom abocá-lo de dia.

Tomé Pires, *Suma Oriental*, (versão actualizada por Armando Cortesão).

---

[1] Timor, e Sumba ou Ilha de Sândalo, como ainda é chamada.

---

* Licenciado em História, mestrando de História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa da Universidade Nova de Lisboa, bolseiro da Fundação Oriente. Prepara Tese de Mestrado sobre História dos Portugueses em Moçambique (séculos XVI-XVII).

BIBLIOGRAFIA

BASÍLIO DE SÁ, Artur (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente,* Insulíndia, vol.I, Lisboa, 1950.

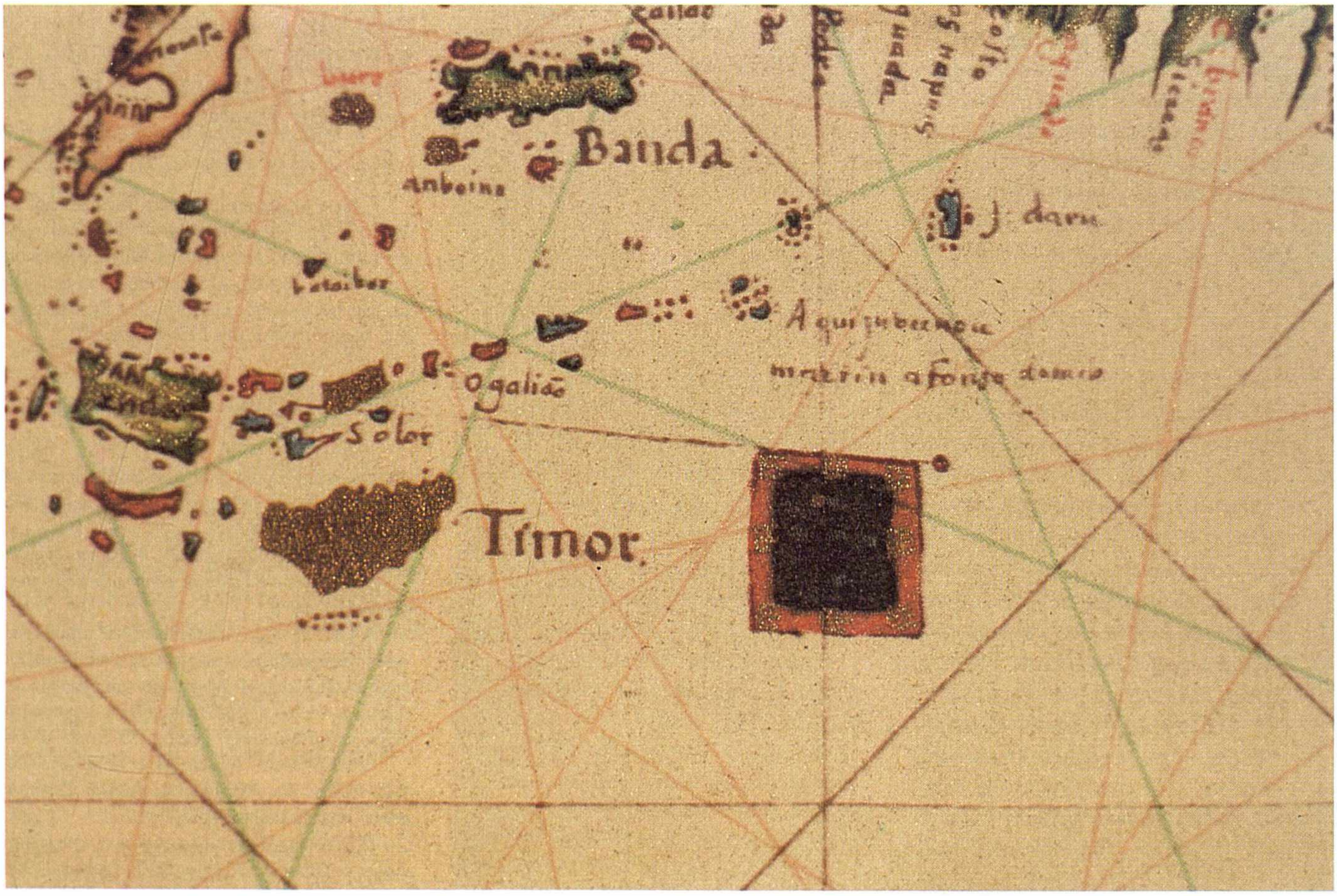
CORTESÃO, Armando, A *Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues,* Coimbra, 1978.

CORTESÃO, Armando, 'As mais antigas cartografia e descrição das Molucas', *A viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas. Actas do II Colóquio Luso-espanhol de História Ultramarina,* Lisboa, 1975, pp. 49-74.

CORTESÃO, Armando, e TEIXEIRA DA MOTA, A., *Portugaliae Monumenta Cartographica,* vo. I, Lisboa, 1960.

LEITÃO, Humberto, *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702,* Lisboa, 1948.

THEATRVM MVNDI
AMERICA
MARE CONGELATVM
TROPICVS CANCRI
TORRIDA
CIRCVLVS ÆQVINOCTIALIS
ZONA
TROPICVS CAPRICORNI
MARE AVSTRALIS
TEMPERATA ZONA
PACIFICVM MARE
TERRA DO FOGO
CIRCVLVS ANTARCTICVS
FRIGIDA
ZONA
MARE SCYTHICVM
TARTARIA
CATHAIA
OCEANVS ORIENTALIS
NOVA GVINEA
OCEANVS MERIDIONALIS


Banda
Anboina
Solor
Ogalião
Timor
Aquizubeenqua
martim afonso

OS CAMINHOS QUE LEVARAM À AUSTRÁLIA

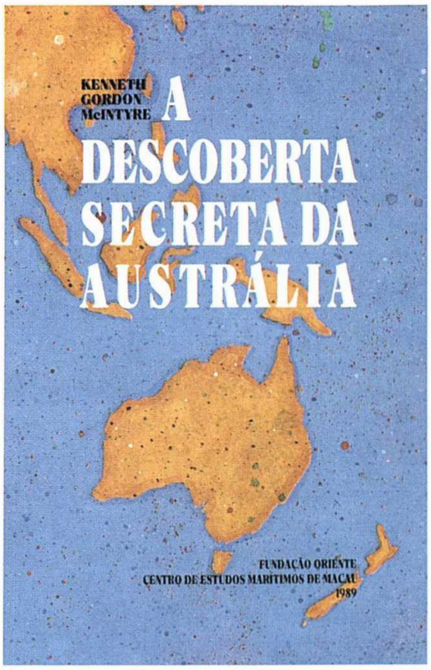
PAULO JORGE PINTO*

O lançamento, há alguns anos atrás, da obra do historiador australiano Kenneth Gordon McIntyre *The Secret Discovery of Australia* veio reanimar um debate apagado há muito: o do possível descobrimento português do continente australiano. Nesta obra, o autor defende a ideia de que teriam sido os portugueses os primeiros europeus a chegar à Austrália, logo nas primeiras décadas do século XVI, quase um século antes dos holandeses. Na verdade, a primeira referência de origem holandesa do descobrimento da Austrália diz respeito ao navio holandês *Duyfhen*, em 1606. Muito há, porém, a dizer sobre os prováveis ou possíveis antecessores portugueses.

A polémica sobre esta questão iniciou-se em 1861, quando Richard Henry Major, autor, aliás, de uma biografia do infante D. Henrique, lança o seu livro *Discovery of Australia by the Portuguese in 1601...* Major descobrira em Londres um mapa de origem portuguesa em que surge desenhado um continente a sul da Insulíndia, com uma legenda indicando ter sido a dita terra descoberta por Manuel Godinho de Erédia em 1601. Este mapa, porém, como se averiguou mais tarde, é uma cópia tardia de uma carta do Atlas de João Teixeira, de 1630 (publicada na *Portugliae Monumenta Cartographica*, IV, estampas 464 e 467b), e não de Erédia. A obra de Major gerou polémica mas despertou também o interesse dos meios científicos para o problema e para a figura de Erédia. Tal interesse aumentou nos anos seguintes: a 24 de Julho de 1874 Ramos Coelho publica no *Jornal do Comércio* uma carta autógrafa daquele, em que o mesmo se propõe descobrir a "Ilha do Ouro", a sul de Timor (v. caixa). Nos anos seguintes assiste-se, então, à divulgação de várias obras de Godinho de Erédia, desconhecidas ou ignoradas até à data, e que permitiram o estabelecimento de um debate sobre a questão, com a intervenção de nomes como C. Ruelens, L. Janssen, G. Hamy e, em Portugal, Oliveira Martins, entre outros. Major, que havia iniciado a controvérsia, acabaria por renegar a sua tese inicial.

O debate

Detenhamo-nos um pouco sobre a figura de Manuel Godinho de Erédia (1563-1623). Era mestiço, filho de um português e de uma princesa macassar. Nasceu em Malaca e aí estudou no Colégio dos Jesuítas durante a sua juventude. Atingiu uma certa notoriedade como cartógrafo: conhecem-se hoje mais de duzentos mapas e plantas da sua autoria, de interesse e valor variável, integradas ou não em várias obras dispersas por diversas bibliotecas e arquivos. Mas o que nos interessa é o seu grande projecto: descobrir ou, melhor dizendo, ser empossado oficialmente como


KENNETH GORDON McINTYRE
A DESCOBERTA SECRETA DA AUSTRÁLIA
FUNDAÇÃO ORIENTE
CENTRO DE ESTUDOS MARÍTIMOS DE MACAU
1989

Terão os portugueses chegado à Austrália antes dos outros europeus? A polémica é antiga e há quem sustente esta tese aduzindo documentação. Entre os que mais moderadamente a defendem está Keneth Gordon McIntyre, um australiano muito interessado pela História colonial portuguesa. O livro chama-se precisamente *A Descoberta Secreta da Austrália*.

almirante de uma expedição destinada a tomar posse das "Ilha(s) do Ouro" que dizia existirem a sul da Insulíndia. Estas surgem confusamente nas suas obras, identificadas com terra de "Luca (ou Nuca) Antara" ou com a "Índia Meridional", que este autor localiza a sul do Arquipélago. Baseava-se em várias tradições locais e informações de viagens malaias e javanesas, que misturava com dados provenientes da tradição clássica e das viagens de Marco Pólo. Erédia tentou, durante toda a sua vida, obter apoio oficial para o seu projecto, mas parece nunca ter conseguido adesão inequívoca. As dificuldades crescentes que o Estado da Índia enfrentava, principalmente a partir da viragem do século com a chegada dos holandeses, ingleses e franceses à Insulíndia, não o permitiam.

Reunindo e confrontando os dados contidos nas suas obras, parece correcto concluir que vários e sucessivos impedimentos, sobretudo a presença holandesa, obrigaram a adiar sucessivamente o projecto. Parece, também, que nunca foi tomado muito a sério, pelo menos enquanto viveu: é que existe documentação que prova ter crescido o interesse oficial pela proposta após a sua morte, tendo sido feitas buscas, alguns anos depois, para pesquisa dos seus apontamentos. É A. Teixeira da Mota, na notícia sobre a vida e obra deste autor (*Port. Monum. Cart., IV)* que o expõe e explica: só após a morte de Erédia é que parece ter havido conhecimento oficial da chegada dos holandeses à Austrália, pela expedição do *Eendraght* em 1616, e tal facto terá provado a validade do projecto do português aos olhos da Coroa.

Que prova existe do descobrimento da Austrália por Godinho de Erédia? Parece certo que o seu projecto nunca se concretizou, o que não invalida a possibilidade de Erédia ter efectuado viagens de reconhecimento ao continente austral, de forma a permitir um conhecimento mais directo da terra. Nunca

---

"E entre outras cousas que El Rei mandava a Diogo Lopes que fizesse aquele ano, era que na mesma nau com Pedro Eanes enviasse alguma pessoa de que ele confiasse esta ida a descobrir as Ilhas do Ouro, através da ilha Samatra, de que já atrás escrevemos, por lhe muitas pessoas que andaram naquelas partes da Índia darem grande esperança de se poderem descobrir. A qual ida Diogo Lopes ali deu a Cristóvão de Mendonça (...)"

João de Barros, *Da Ásia*, Déc. III, Liv.IV, cap. III. Lisboa, 1973, pp. 412-413.

"(...) veio ali [Achém, em Samatra] ter Rafael Catanho (...) e quisera ficar ali com Jorge de Brito, o qual ele não consentiu, porque estavam já todos tão cheios da esperança do ouro daquele pagode (...). E vendo que não queriam sua companhia [Rafael Catanho] (...) foi correndo a costa a caminho de Pacem, e no porto de Pedir achou Cristóvão de Mendonça que ia ordenado ao descobrimento do ouro, tão incerto e perigoso como era o do pagode".

Idem, Liv. V, cap.III, p. 540.

Sobre um grupo de portugueses: "E sendo tanto avante como o porto de Pedir, acharam Rafael Catanho e Cristóvão de Mendonça com os três navios do seu descobrimento para as Ilhas do Ouro. O qual, quando viu aquela armada assim desbaratada e sem capitão, quisera lançar mão dela".

Idem, p. 546.

"Ilustríssimo Senhor

Com a chegada das naus certificaram ter Vossa Senhoria Ilustríssima algumas tristezas. E por isso, como fiel criado fui logo a esses palácios para lhe mostrar o pêsame da morte do senhor Dom Vasco da Gama que Deus tem na sua Eterna Glória. Mas de quantas vezes o fiz, nunca pude entrar, por ser V. S. Ilmª. estar de todo encerrado e recolhido como era razão.

Contudo, lembro a V. S. Ilmª. ser tão feliz e próspero que achou o que desejou, e viu o que esperava, que foram naus com próspera viagem e gente de Portugal que vieram a tempo da empresa do Ouro.

E porque a empresa é mais de V. S. Ilmª. que minha, por isso não tenho necessidade de fazer lembrança como são 13 de Setembro, que é o tempo acomodado para nele se cometer a viagem de Malaca; nem menos há para que encarecer este negócio de descobrimentos, pois V. S. Ilmª. entende bem, e está de tudo assaz informado. E como tal fará o que mais necessário for, porque quando entender ser conveniente o Descobrimento do Ouro, então pederei ser provido, e quando eu não for, é assaz de delegar paternas.

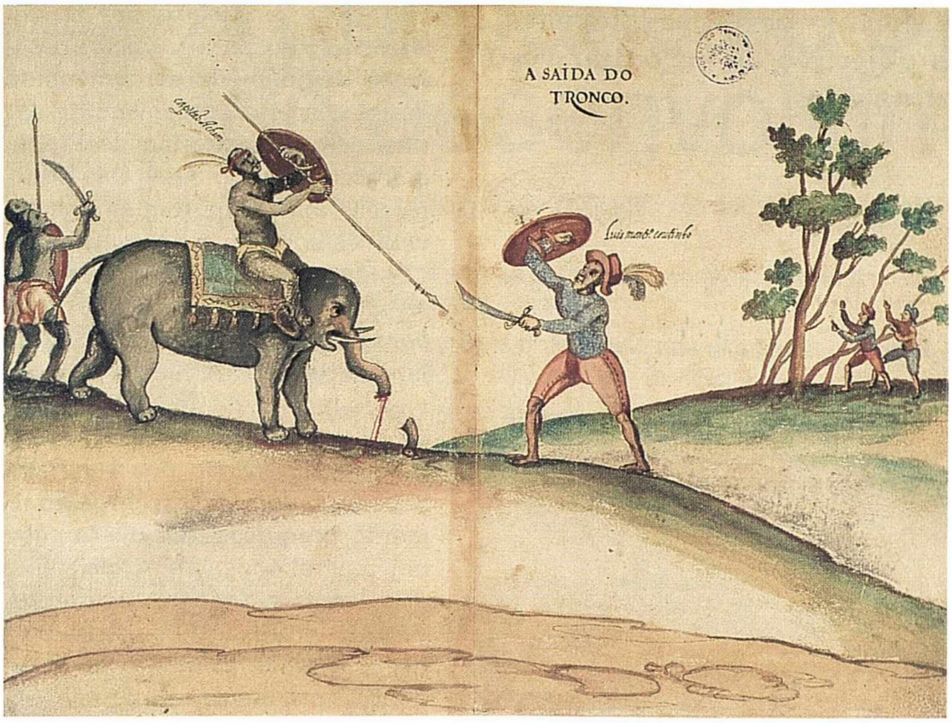
Mas não posso deixar de fazer lembrança a V. S. Ilmª. como o escopo ou alvo do descobrimento do ouro depende também de conhecer os tempos que cursam no Mar do Ouro, porque fora deste conhecimento e ordem se acharam tempos mui ásperos do Mundo. E para maior declaração se deve ter notícia como no dito Mar do Ouro se acham temporais de Inverno de Março até Julho. E como assim seja, sendo eu provido nesta monção de Setembro, posso estar em Malaca todo o Novembro, e por Dezembro fazer a viagem até chegar a Solor, donde posso partir em Janeiro para Timor ou Ende ou Sabo, e invernar em qualquer destas ilhas e nelas tomar melhor informação do ouro, e por Agosto ou Setembro com o nome de Deus Todo Poderoso cometer o Descobrimento da feliz Ilha do Ouro. E sendo provido na monção de Abril, então é necessário estar em Malaca Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, e partir em Dezembro para Solor.

Por onde ordene aquilo que mais for serviço de Deus e de El Rei de Portugal e de V. S. Ilmª., porque eu não sou mais que criado seu, e instrumento para se efectuar este descobrimento do Ouro, que minha consciência me está atormentando que cometa o tal descobrimento porque Deus me há-de favorecer nele, e por isso brado ante V. S. Ilmª. para que ponha os olhos em mim para tamanho bem, tendo V. S. Ilmª. nele tão grande porção.

A quem Nosso Senhor guarde com saúde e vida para amparo desta Índia Oriental, e de seus estados.

Manuel Godinho de Erédia"

Torre do Tombo, Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, cx. 6, tomo II E, pp. 299-300



o afirma directamente, porém. No entanto, as inúmeras, embora confusas informações que fornece sobre as terras a sul, com maior ou menor grau de erro, permitem-nos admitir que os portugueses, os malaios, os javaneses ou os timorenses possuiriam informações, talvez contactos directos, como afirma, com o norte da Austrália.

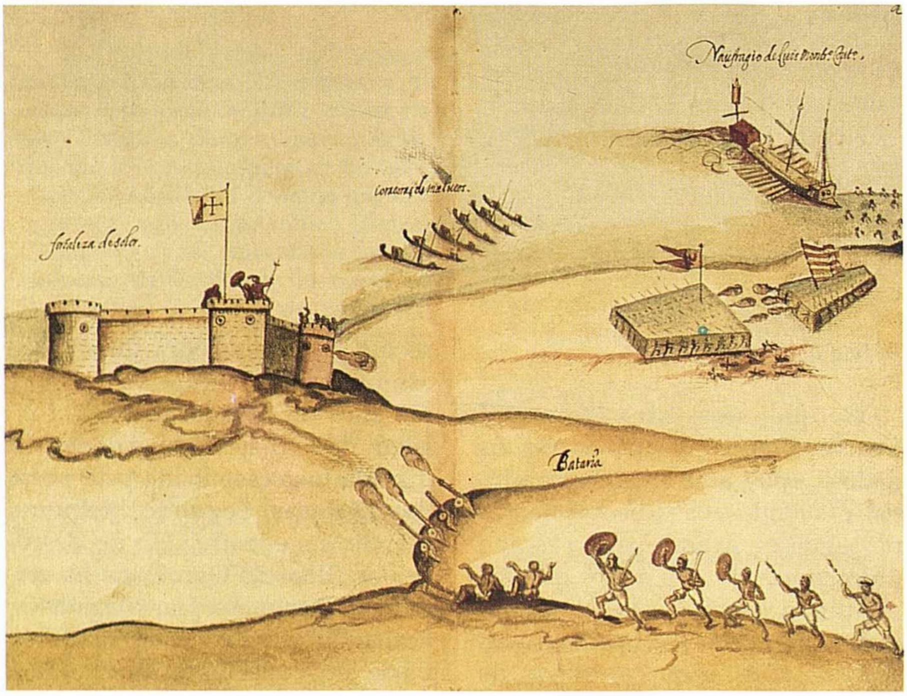
Voltemos ao debate. Após o entusiasmo de Major e seus seguidores, refreados pelos dados posteriores que colocaram sérias reticências à tese que nomeava Erédia como descobridor da Austrália (e que o próprio Major, como já vimos, abandonou), o assunto caiu gradualmente no esquecimento. Na historiografia portuguesa há a destacar os trabalhos de Gago Coutinho e a análise cartográfica de Armando Cortesão. Eis então que surge a obra de McIntyre que, sem apresentar grandes novidades, constitui no entanto uma súmula e uma análise global reformulada de vários elementos dispersos, alguns dos quais já analisados anteriormente por outros historiadores. É preciso, porém, deixar para já a ressalva de que a sua tese está longe de suscitar unanimidade.

A tese de McIntyre

O que nos diz McIntyre? Descrevemos aqui apenas alguns dados. Após uma introdução global e sucinta aos descobrimentos portugueses, avança para o estudo pormenorizado dos dados que lhe permitem concluir que os portugueses chegaram à Austrália na década de 1520, o que já Major, de resto, admitia. As condições do Tratado de Tordesilhas, porém, teriam levado os portugueses a ocultar tal facto, por se pensar que tal terra estaria dentro do hemisfério castelhano; daí o título da obra: a descoberta secreta da Austrália. McIntyre privilegia um facto: a expedição de Cristóvão de Mendonça, que parte em 1521 em busca das "Ilhas do Ouro". Cruza as vagas referências fornecidas pelos cronistas, nomeadamente João de Barros (v. caixa), com várias histórias locais, como a do "navio de mogno" (um dos navios de Mendonça, segundo o autor) e a das "chaves de Geelong" (que Mendonça teria deixado cair na praia). Junta as chamadas "cartas de Dieppe" (mapas franceses de origem portuguesa, de meados do século XVI), e elabora uma teoria assente na conjuntura dos primeiros anos da década de 1520: a viagem de Fernão de Magalhães e a disputa luso-castelhana pela posse das Molucas. Segundo McIntyre, Mendonça, encarregado de descobrir as "Ilhas do Ouro", iria na verdade tentar interceptar Magalhães, acabando por contornar uma boa parte do continente australiano.

Esta tese levanta várias dúvidas, sobretudo pelas leituras apressadas do autor, o seu débil conhecimento da língua e das fontes portuguesas, sobretudo arquivísticas, e pelo teor muitas vezes especulativo, porque assente em conjecturas não totalmente seguras, de muitos raciocínios. Não iremos aqui entrar em análise de pormenor. Luís de Albuquerque, num dos seus últimos trabalhos (*Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses, I*) debruça-se sucintamente sobre alguns aspectos importantes. No entanto, convém dizer apenas que muitas das certezas de McIntyre são ainda hipóteses. A sua adesão à teoria da "descoberta secreta", por exemplo, permite-lhe explicar o vazio das fontes. Mas a explicação para tal pode

Sabemos que decorrem actualmente pesquisas, levadas a cabo por australianos, com o objectivo de encontrar vestígios e provas da presença portuguesa.



ser muito mais simples: o Arquipélago forma uma espécie de "Mediterrâneo" abrigado, que facilita as comunicações interiores. Mas a navegação exterior, nomeadamente no mar a sul de Samatra, Java e das ilhas que se seguem, é pouco propícia pelas condições naturais agrestes. Basta lembrar que a costa sul de Java só tardiamente aparece cartografada, por não ser navegada. Assim, a Austrália ficava fora da rede de ligações da Insulíndia, sabendo-se provavelmente na época muito ou nada de concreto, o que é perfeitamente ajustável, aliás, aos mitos das "Ilhas do Ouro".

As cartas

Por outro lado, a sua análise cartográfica, nomeadamente das famosas "cartas de Dieppe", é igualmente discutível. Mas o que contêm estas cartas, afinal, de tão importante? Apenas isto, representam um continente a sul de Java, que McIntyre (e outros que o precederam) identifica com a Austrália. Só que o problema é bem mais complicado : o continente surge identificado como "Jave-la-Grande", e tem que ser entendido à luz das ideias confusas que fervilhavam nas mentes da época (como se vê claramente no caso de Erédia), com dados da tradição clássica-medieval, das viagens de Marco Pólo e, também localmente, dos mitos sobre as "Ilhas do Ouro". McIntyre sabe-o perfeitamente. L. F. Thomaz, num recente artigo sobre Java (no *Dicionário de História dos Descobrimentos,* no prelo), traça a evolução devidamente documentada destes conceitos, para além de dar uma achega à questão de Erédia e do seu projecto. Uma das informações mais importantes que revela é, só por si, concludente: Cristóvão de Mendonça já está de regresso a Malaca, com ordens para seguir para Ormuz, a 10 de Janeiro de 1522. A conclusão é óbvia: se partiu da Índia em Abril de 1521 não pode ter contornado a Austrália em tão pouco tempo. Sabemos que decorrem actualmente pesquisas, levadas a cabo por australianos, com o objectivo de encontrar, todos o esperamos, vestígios e provas da presença portuguesa; mas as naus de Mendonça, certamente, é que não.

As reticências colocadas ao trabalho do historiador australiano não significam negar o interesse da obra, ou a primazia portuguesa da descoberta europeia da Austrália. Em primeiro lugar, possui o mérito inegável de relançar o interesse pelo estudo da questão, chamando a atenção naquela zona do mundo, que parece actualmente tão avessa aos portugueses, para o papel da expansão portuguesa em geral e da presença portuguesa na Insulíndia em particular. Depois, é verdade que as possibilidades de navios portugueses (assim como jaus, ou timorenses) terem chegado ao continente antes dos holandeses em 1606, são muito fortes. São vários os indícios que apontam para tal. O próprio Erédia parece conhecer algo, nomeadamente as condições atmosféricas do Mar de Timor (v. caixa). O que falta é documentação clara, provas seguras, que o permitam afirmar definitivamente e com segurança.

* Licenciado em História. Bolseiro da Fundação Oriente. Mestrando de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa da Universidade Nova de Lisboa. Prepara tese sobre «Os Portugueses em Malaca nos sécs. XVI e XVII».

A poupança é o motor do desenvolvimento

Os recursos que nos são confiados são aplicados na criação de novas fontes de riqueza.

Riqueza também para si que connosco investe em segurança no desenvolvimento do País.

De solidez centenária e dimensão que ultrapassa fronteiras, a CGD dá hoje a resposta precisa aos desafios da integração Europeia.

A nossa experiência garante segurança e rigor em todas as operações financeiras, num mercado cada vez mais alargado e competitivo.

Estamos perto de si, em mais de 500 Balcões. Consulte-nos.

CAIXA GERAL DE DEPOSITOS

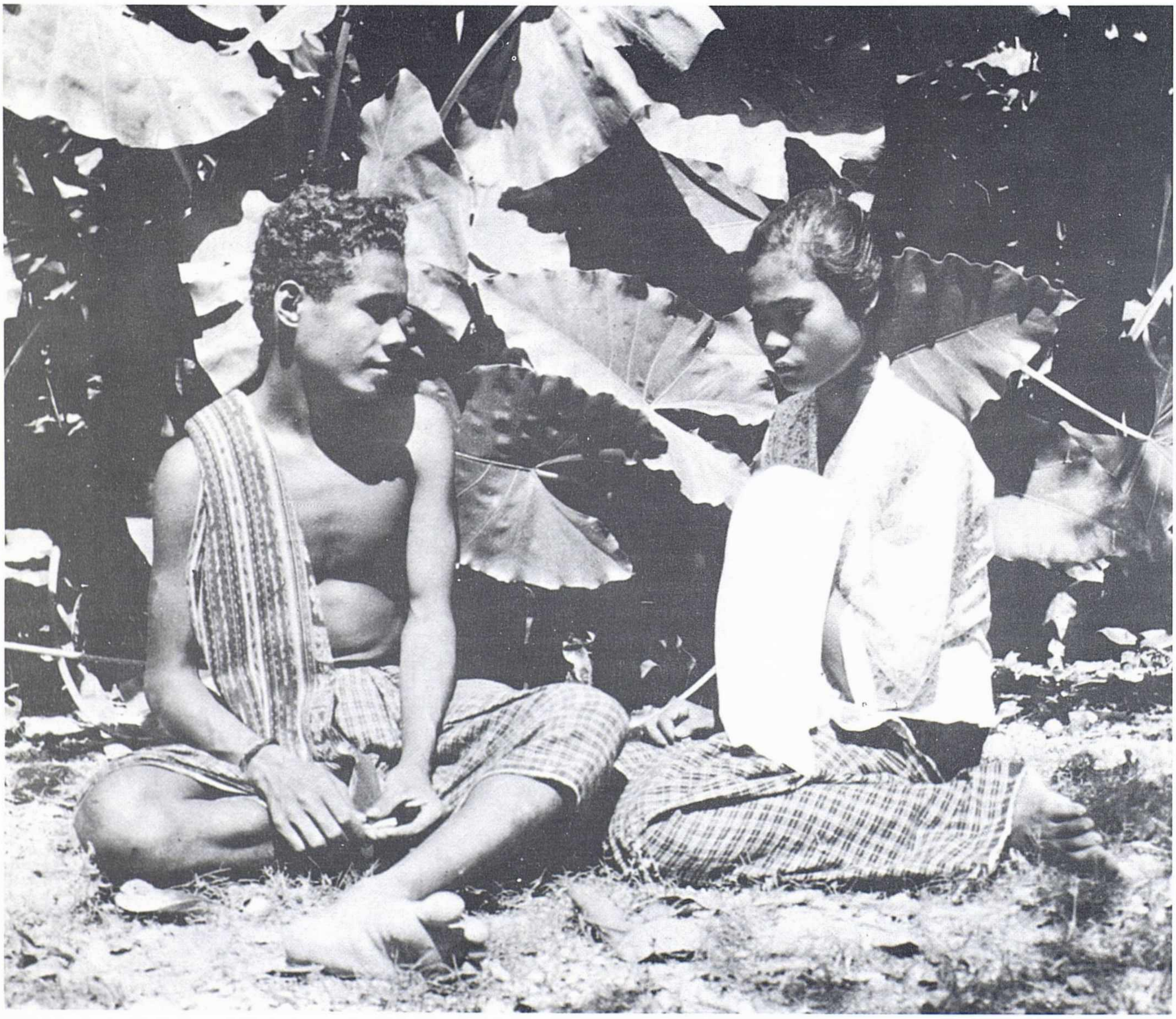
LATINA

FERNANDO SYLVAN*

COMO VIVE,

Como vive, morre e ressuscita o povo timor, ou como convive e sobrevive, parece ao autor, como autóctone de antiquíssima tribo-reino da ilha de Timor, na Oceânia, dever estar na base de toda e qualquer informação acerca dos diversos povos que a habitam e se pressentem unidos no essencial. Por isso, subordina o autor a sua tese não aos aspectos imediatos, mas aos mediatos, visto que principalmente lhe interessa apresentar o homem e o povo timor na sua capacidade teleológica.

O autóctone de Timor, ilha do arquipélago de Sonda, tem uma vida espiritual intensa. Isso o leva a sentir-se ligado fraternalmente a toda a gente de que tem notícia e a considerar irmandade o núcleo social a que pertence. Os que não conhece são tão seus irmãos como os do convívio, e no seu coração, seja qual for o número de amigos que já possua, há sempre um lugar para o amigo desconhecido que se pressente. No seu viver de todos os dias, os mortos contam tanto como os vivos, e entre os vivos são tão reais os conhecidos como os desconhecidos. Os mortos, os vivos conhecidos e os vivos desconhecidos movimentam-se no campo real e no campo ideal tão naturalmente que nas paisagens, nas ca-



MORRE E RESSUSCITA O POVO TIMOR

sas e nos objectos há sempre marcas indeléveis dos que passaram e dos que permanecem, como se o espírito e a matéria no tempo se interpenetrassem no intempo.

Os povos do arquipélago de Sonda são todos assim. Vivem consigo e com o desconhecido numa profunda fraternidade e por isso o seu presente o não inscrevem no tempo em que vivem, mas o objectivam no tempo passado dos seus avós e na certeza de que são trisavós de quem ainda não receberam o sinal de vida. Assim, cada um sente que o seu tempo de vida não apenas precedeu o seu nascimento, como se prolonga para além do seu último suspiro. Cada homem sabe que o seu tempo de vida é de trezentos ou quatrocentos anos. Daí, o timor desconhecer a pressa, não a utilizar, não inscrever no tempo o seu quotidiano. Sente que vive trezentos ou quatrocentos anos e que esse tempo chega para cada um se cumprir. E os que se apercebem do ritmo estonteante de vida nos outros quadrantes não se atemorizam. Entendem sempre que o homem que apenas sabe viver cinquenta ou setenta anos, oferecendo embora à vida o surpreendente da sua inventiva e da sua dinâmica, não pode dispensar as experiências e as lucubrações dos que vivem três séculos.

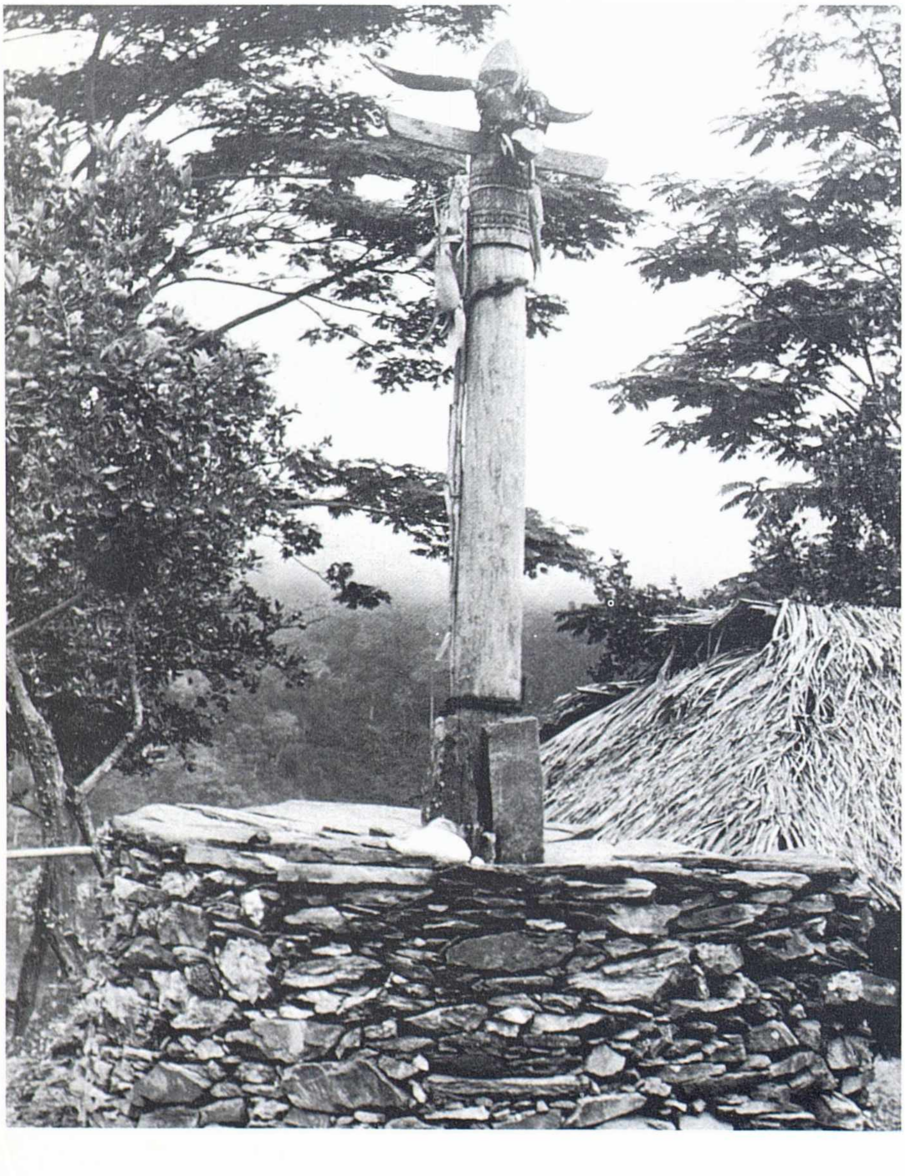
A autoridade

No arquipélago de Sonda, as mil e tantas ilhas incrustadas no mar viveram milénios como se o não tivessem. Ilhas sem mar, mais o pareciam, que ele pouco serviu para se comunicarem entre si ou para descobrirem o resto do mundo e a alma dos outros homens, embora a primeira viagem de circum-navegação, a de Magalhães, só talvez fosse concluída porque timores animaram e orientaram a frota já então comandada por Sebastião Del Cano, aquele que chamou a si a glória do sonho e do projecto de Fernão de Magalhães. Mas nem por isso o mar passou a ter horizontes. O valor da extensão não as despertava, nem as desafiava. E se, por um lado, isso coibiu os povos de se alargarem suas fronteiras, por outro lado os defendeu da violenta pressão alienígena que, tendo-os abatido embora, não conseguiu dessorá-los. Tudo o que era essencial há dez mil anos continua latente, pujante de autoridade, neste século de excepção. Tudo o que os europeus lá fizeram de bom permanecerá conjugado com as apetências maiores desses povos; mas o que fizeram de negativo e atrofiante, isso, será assoprado e enterrado nos lodos do mar. Os reinos, mesmo os reinos destruídos, mantêm-se como centro de todas as apetências dos povos de Timor, que encontram nos seus príncipes e nas suas línguas a sua identificação plena. Numerosos núcleos se dimensionaram dos reis, mas não se impossibilitaram de confraternizar, de se irmanar, porque se cada rei fala uma língua para os respectivos súbditos, uma dentre elas se sobrepôs para tornar-se elo. E é assim que às trinta e duas línguas identificadas no Timor Português** se sobrepõe o "Teto" para possibilitar o entendimento entre os povos de todos os reinos, função depois transferida para a língua portuguesa.

> No quotidiano dos timorenses, os mortos contam tanto como os vivos. Talvez porque o tempo passa de uma outra maneira, e o que foi essencial há dez mil anos continua latente, pujante de autoridade.

O príncipe ou a noção do príncipe consciencializa o sentido da autoridade e da obediência, face ao que a vida e a existência se expressam na mais alta dignidade social. A vida do príncipe dá a cada um o sentido da sua própria vida e ninguém concebe que em qualquer lugar ou tempo ele possa ser ultrajado. Quando a prepotência colonialista conduzia o estranho a desconhecer a dignidade do príncipe, o príncipe sentia a impossibilidade de sobreviver. O suicídio, por vezes usado, reabilitava na morte escolhida do príncipe a dignidade do seu povo. E essa morte nada mais fazia do que tornar para sempre o príncipe invisível e intocável.

O respeito do príncipe pelo povo e do povo pelo príncipe atinge superior altitude. E também o dos mais novos pelos mais velhos, ainda que a diferença de idades seja pequena e todos sejam jovens. Tratando-se, porém, de anciãos, o respeito sobe ainda de plano, pois se coloca fora de toda a possibilidade, no âmbito autóctone, desrespeitar um velho. Certos administradores europeus de baixo nível humano e que muitas vezes, de facto, desrespeitaram os anciãos, jamais conseguiram destituir os velhos da sua intrínseca dignidade. À mulher também está conferida uma comparticipação muito activa nas sociedades autóctones, pelo que a sua presença no lar, no trabalho, nos ritos e nas construções se situa em plano próprio, e não apenas no de escrava ou mesmo de simples auxiliar. O homem, de resto, tem da mulher um suave conceito, pois, tornando-se ela mãe extraordinariamente cedo, todos conhecem suas mães ainda meninas, pode dizer-se que todos os filhos conseguem ouvir a suas mães a voz adolescente. Isso os liga de forma contínua. De resto, a unidade entre os cônjuges é singular e nem os *barlakes,* que são dádivas ou pagamento à família da noiva, levam o marido a conceber-se possuidor da esposa para além do que recíprocamente pode sujeitar-se-lhe. É claro que é o marido o chefe indiscutível da família, mas não é o dono da família.



A vida colectiva

Os cultos ancestrais mantêm-se. Porém, as religiões católica e muçulmana realizam profundo acto de intromissão, e, com isso, sem dúvida que as perspectivas sociais dos autóctones se ampliaram. Mas do essencial eles não se despegarão, e por isso tudo indica que conseguirão uma certa cedência ritualista das duas fortes religiões para que as usem e as entendam e nelas se transcendam. O reflexo social desta atitude é notório e isso lhes recria a sua velha e intrínseca noção do dever e do conviver em fórmulas universais. A esperança, que é uma das mais fundas características do timor, dá maior amplitude ao seu quotidiano, perspectiva-o num ângulo que desconhecia e dá-lhe consciência mais larga da eternidade. A sua consciência de Deus, que alimentava apenas por regressão, tornou-se, porém, futurante, quer dizer, plena, por indagação própria.

A capacidade de vida colectiva leva a uma actividade total de todos os membros da família e a um consequente usufruto dos direitos e dos bens, que assim se repartem por todos e cada um. E as famílias, por sua vez, não estão isoladas, porque a vida de boa vizinhança é um dos mais altos sinais do sentido de fraternidade daqueles povos. Sobretudo perante o nascimento e a morte e as construções e o culto, o sentido de aproximação, de ajuda e de conforto revela-se imanente. Nenhuma casa se ergue, nem nenhum campo produz, quem quer que seja o dono, na inteira ausência de qualquer ajuda. Há em todos uma profunda consciência de responsabilidade colectiva pela vida e sobrevivência de cada um. Não se ajuda pela utilidade da ajuda a quem dela pre-

cisa, mas porque isso constitui um imperativo e é, consequentemente, um hábito. Não é possível numa povoação a família independente, a que tudo realiza por si ou que inteiramente compensa, pagando de qualquer maneira todo o esforço de braço alheio. Há, é claro, o trabalho pago, mas tudo o que acontece na vida de uma família tem uma precedência espiritual e moral, uma essência, que é ao mesmo tempo solicitante e solicitada e que motiva rituais colectivos.

Todos têm *luliks*, que são objectos sagrados. E tudo serve de *lulik*, desde que evoque e por ele se invoque. Pelos *luliks* torna-se vivificante a presença dos antepassados, que por tal forma também se prestigiam. A sua perpetuidade deve-se mais, porém, a motivação racionalista do que ao sentimento da saudade. A saudade no sentido português ou ocidental, isto é com um halo de permanência torturante, não existe. Tudo se perpetua por recriação intelectual do inexistente para coexistência. São como que lendas que tiveram fundamento. Mas as outras, as autênticas, as irreais, as lendas verdadeiras por serem inverosímeis, essas, não perderam também o vigor no curso das gerações. Em ponto nenhum do Mundo, como na Oceânia, a lenda comparticipa tanto da existência do homem. Querendo-se por ela o homem explicar a sua origem e a sua vida, julga-se explicá-lo e explicar-se. E nesse julgar-se oferece fontes inestimáveis nas quais se conjugam algumas das mais fortes razões da sua consciência de sobrevivência.

A crença é factor muito importante na vida do timor. Mas não deixa de nela se continuar uma vida filosófica de estrutura racionalista que se propõe antes da revelação da vida religiosa. É essa vida filosófica de estrutura racionalista que não permite que o catolicismo e o muçulmanismo dominem tão inteiramente os espíritos que a religião natural e o direito consuetudinário deixem de imperar como verdadeiras forças morais de todos os povos autóctones. Católicos e muçulmanos, como forças religiosas, conseguiram, sem dúvida, que esses povos obtivessem consciência da sua relação universal, mas os sinais de promoção mais elevados contêm-se nas suas próprias raízes.

Assim o timor garante a sua ressurreição antes de morrer. Ele vive na consciência plena de sobreviver. Apesar de suave e aparentemente vacilante, apesar do seu aspecto frágil, apesar de um certo medo inato, ele deixa filhos, cria gados, cultiva campos, constrói casas e alimenta tradições não somente para encher o seu quotidiano, o seu presente, mas, sobretudo, para construir, animar e rectificar o seu imediato. Ele pode, assim, ver o que para além de si é errado ou pequeno e corrigir e ampliar de forma a que os seus pensamentos e as suas obras sigam o melhor rumo e se cumpram na medida mais exacta. Ele sobrevive por antecipação. E sabe que pouco depois da sua morte ressuscitará entre os vivos e com eles permanecerá na medida dos seus gestos e das suas obras. Só nessa medida.

É assim que vive, morre e ressuscita o povo timor.

---

* Texto enviado
ao Congresso Internacional
de Etnografia em St^o^ Tirso — 1963.

** Timor Mambere (Nota do autor em Abril de 1992).

LIMIARES

J. C. Gomes da Silva*

O que terão pensado aqueles povos quando viram desembarcar um grupo de homens vestidos de negro que falavam uma língua estranha e que se mostravam tão descorados como se jamais tivessem visto o sol? Saber, não sabemos, mas as lendas e mitos podem dar algumas pistas.

Há séculos, há muito tempo, os régulos de Timor, duma ponta a outra, juntaram-se no extremo da ilha para uma grande cerimónia sagrada. No calor da dança, as gaitas de bambu e as tubas de chifre anunciaram a todos que no meio do mar, na extremidade da ilha, aparecera qualquer coisa parecida com uma armada: o que pusera a todos o coração em sobressalto. Aqui, o régulo-chefe da extremidade da ilha cuidou e persuadiu-se de que aquela armada viria até ali para fazer a guerra. Mandou então dizer a todos os régulos que viessem sem falta, com seus guerreiros, suas espadas, armas, arcos e zagaias, para irem à praia esperar todos aqueles barcos.

Os nautas, vendo na praia a grande multidão de gente, compacta como as folhas duma árvore, fundearam os barcos ao largo, e apenas um se aproximou da praia. E, tendo-se aproximado bem, um homem vestido de batina preta, de pé na proa do barco, o rosto brilhando-lhe como o sol, no peito estrelas e a lua, segurando na mão esquerda uma cruz e acenando com a direita para a multidão aglomerada na praia, pediu que alguém viesse falar com ele. E logo um mensageiro correu, pressuroso, a avisar o régulo sagrado. Este, ouvindo isto, enfeitou-se muito bem, empenachou-se, tingiu a testa com bétele encarnado, pegou na sua espada e, com todos os régulos e guerreiros, dirigiu-se para a praia, em direcção ao lugar onde o barco estava ancorado.

Da terra um intérprete, em nome do régulo, perguntou aos do barco: "Vós vindes, com as vossas armas, com que intento?" Todos se calaram dentro do barco; apenas o que vestia a batina preta respondeu: "Nós vimos da outra banda do mar, de outras praias, dum grande reino, duma grande terra, por ordem de Deus, para vos ensinar, para vos anunciar os Seus mandamentos".

Tendo o intérprete dado esta resposta ao régulo, este mandou dizer de novo: "Sendo assim, escusais de desembarcar, porque se tentardes descer, matar-vos-emos a todos e beberemos o vosso sangue até à última gota". Do interior do barco responderam: "Visto que não podemos desembarcar, permiti que a nossa gente, ao menos, desça a buscar água para os barcos, porque esta esgotou-se já".

O intérprete traduziu este pedido ao régulo, este mandou responder: "Para isto apenas, podeis descer, mas não podem fazer mais nada".

Então desceram um pequeno barco, e aquela pessoa vestida de batina preta desembarcou com a sua gente para buscar água. Chegados a terra, o religioso de batina preta dirigiu-se logo ao régulo. Este, olhando para tão misteriosa figura, não pôde fixá-lo e caiu de joelhos para lhe beijar a mão, mas o frade retirou-a dizendo: "Não me toques, porque tu não és dos meus".

Nesta altura, o régulo, tomado de espanto, voltou a perguntar: "Acaso o título de nossos soberanos, senhor sagrado, vos pertence?»

Aquele respondeu: "É exactamente assim como dizeis".

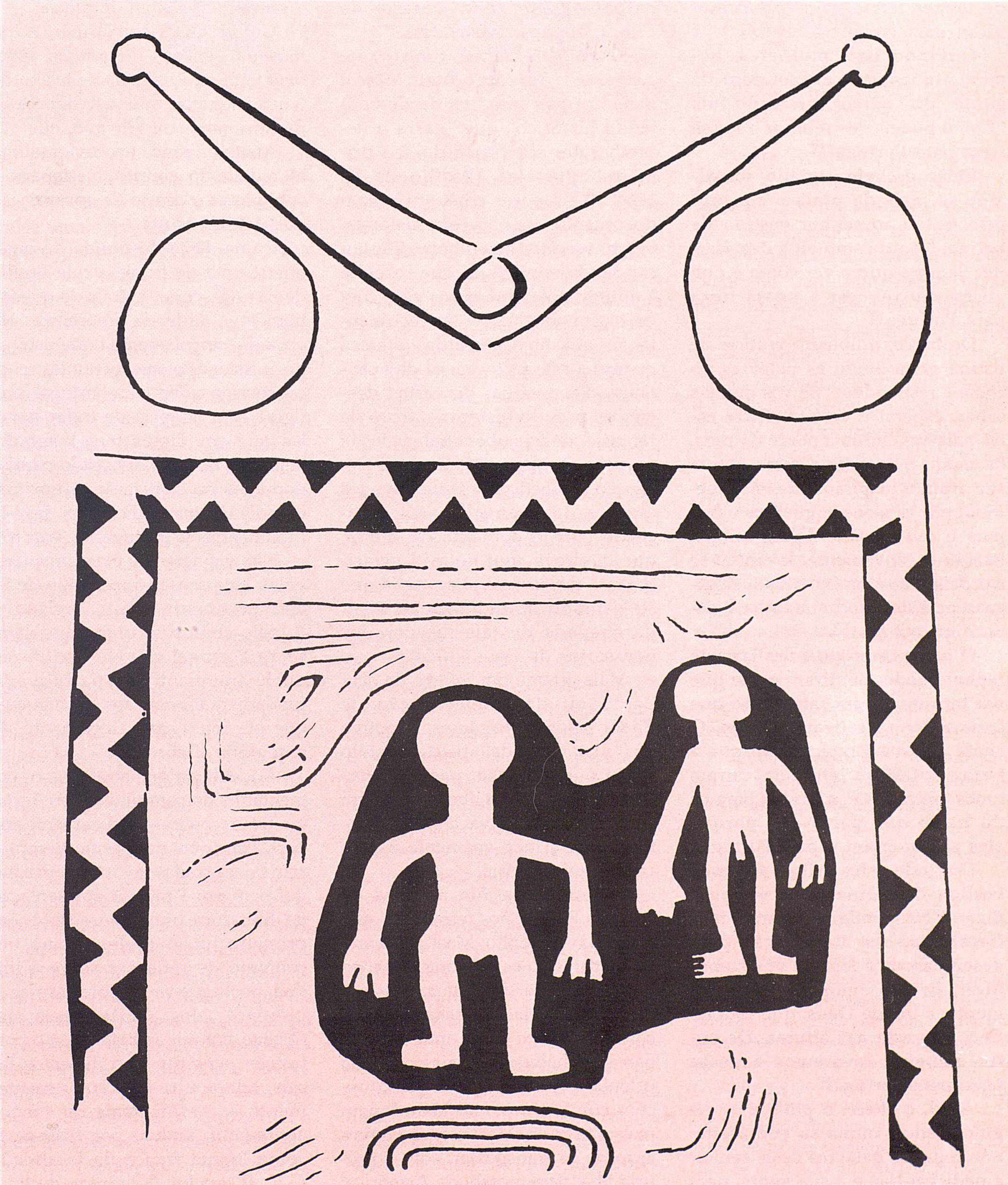
Foram estas palavras do régulo que deram origem à designação *na'ilulik*, usada até aos nossos dias.

Vendo o régulo que este homem não vinha para fazer guerra, ele e os régulos e todos os guerreiros voltaram para casa, mandando tocar os instrumentos e rufar os tambores, para avisar o povo de que não deviam fazer caso de tal gente.

Tendo voltado todos a casa, aquele estranho homem vestido de batina, vendo que todos se retiravam e o local ficava deserto, ordenou aos marinheiros que fossem buscar água e enterrassem bem a âncora do barco na fonte, esticando quanto pudessem a corrente da mesma. Feito isto, subiram todos de novo para o barco. Em breve um rapazito veio buscar água. Este viu, com espanto, a âncora enterrada no poço, a corrente de ferro presa ao barco, e correu, a toda a pressa, a dar conhecimento ao chefe. Ouvindo tal, o chefe irou-se, ameaçador, e veio com todos os seus guerreiros até à fonte ver semelhante coisa. Chegado ali, mandou tirar a âncora do fundo.

Toda esta gente correu a arrancar a âncora: puxaram, mas não veio; prepararam-se para cortar a corrente; tentaram-no mas em vão. Cansados, o chefe ordenou então ao intérprete que gritasse para o barco e perguntasse ao capitão: "Porque razão vieram eles mergulhar a âncora na fonte e dar trabalho a ele e à sua gente? Que pretendem eles mostrar com isto?"

TRANSPOSTOS



No barco todos se calaram; apenas o senhor vestido de batina preta respondeu: "Nós fizemos isto para rebocar a vossa terra para Portugal, porque não quereis receber os mandamentos de Deus, a Sua Revelação, trazida por nós de longes terras, para vos comunicar, para vos distribuir".

Ouvindo isto, mulheres, homens, todos à uma, mofaram da gente do barco, gritando-lhe: "Como podeis vós rebocar a nossa terra para Portugal?"

Então o chefe sagrado aproximou-se mais da praia e ele próprio gritou ao senhor vestido de batina: "Aqui estou eu a desafiar-te. Sempre quero ver como é que vocês vão rebocar a nossa terra para Portugal"

Do barco, o homem vestido de batina preta ouviu as palavras do chefe e respondeu: "Se vós quereis saber, esperai e vereis". Ditas estas palavras, subiu à ponte da proa, de modo que todos vissem bem a sua atitude inspirada: depois ajoelhou, pôs as mãos, ergueu os olhos para o céu durante algum tempo, baixou-os novamente, levantou-se e ordenou aos marinheiros que largassem. Estes aprontaram-se e deram início à partida.

O barco começou a deslizar; de repente, todos sentiram como que um terramoto, um cataclismo que fazia a terra deslizar também. O chefe e a sua gente, vendo que a terra se afastava rebocada, caíram todos aterrados e gritavam para os do barco que parassem, porque eles não queriam ir para Portugal.

Ouvindo estes gritos, a pessoa vestida de batina preta voltou a dizer: "Nós podemos parar, mas deveis dar-nos autorização para desembarcar, a fim de vos comunicar, de vos ensinar os mandamento, a luz de Deus, que está no Céu, que está nas alturas. De outra maneira, levaremos a vossa terra para Portugal".

Aqui, o chefe, o povo e os régulos todos, numa só voz aceitaram todas as palavras deste senhor e pediram-lhe, e à sua gente, para que desembarcassem e lhes ensinassem a doutrina santa de Deus. Não tardou muito que o chefe, o povo e muita outra gente aceitassem os mandamentos, a luz de Deus, e se convertessem.

Deste modo, o cristianismo espalhou-se por toda a parte de Timor, até aos nossos dias.**

Para Basílio de Sá, o texto que acabamos de reproduzir não é mais do que "uma lenda de conteúdo histórico" que "narra o desembarque em Timor do seu primeiro apóstolo" (Basílio de Sá 1961: 88).O autor compara-o com documentos de natureza histórica, reconhecendo-lhe embora diferenças fundamentais no que respeita à atitude dos Timorenses para com os recém-chegados: "A documentação até hoje reunida, omissa quanto a este facto inicial da evangelização da ilha, de certas descrições pseudo-históricas, fruto da fantasia, deixa subentender, desde os primeiros contactos, uma recepção acolhedora e entusiasta aos arautos do Evangelho, em desacordo com o contexto da lenda, que descreve com notável vivacidade, a desfavorável agitação que se levantou no indígena ao saber da chegada de tais inesperados emissários de Deus" (*ibid*).

Mais do que um reflexo da ocupação ou da evangelização de Timor pelos Portugueses, o motivo da "ilha roubada" pelo apóstolo evoca o acto de usurpação do território, e manifesta obviamente um sentimento de privação. Ele constitui uma crítica veemente à actividade missionária.

É bem conhecida a sátira de Anatole France, nos termos da qual um velho decrépito, Maël , converte ao cristianismo os habitantes de uma ilha longínqua do Ártico. Surdo e quase cego, Maël é incapaz de reconhecer que o local onde desembarcara é habitado apenas por uma colónia de pássaros. Para que os recém convertidos não abandonem mais a fé cristã, Maël concebe o projecto de os transportar, com a própria ilha, para a costa da Armórica:

"Et le saint homme du lin de son étole fila une corde très mince, d'une longueur de quarante pieds. Il noua un bout de cette corde autour d'une pointe de rocher qui perçait le sable de la grève et, tenant à la main l'autre bout de la corde, il entra dans l'auge de pierre.

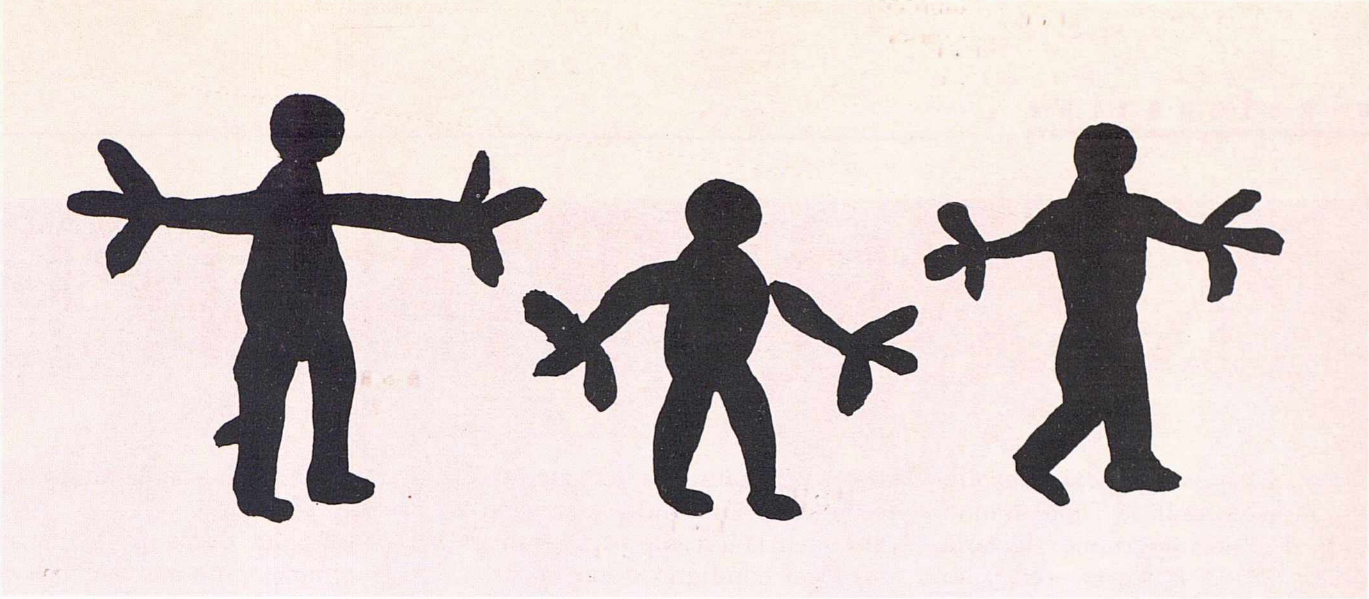
L'auge glissa sur la mer, et remorqua l'île des Pingouins; après neuf jours de navigation elle aborda heureusement au rivage des Bretons, amenant l'île avec elle"***.

Anatole France evocava assim a inanidade do espírito missionário e sublinhava o desejo de apropriação que nele se oculta.

É uma lição destituída de qualquer forma de ironia a que Basílio de Sá julga poder extrair do quadro homólogo da lenda timorense: "No episódio singelamente homérico (...) do missionário que pretende rebocar consigo a ilha para Portugal, prefigura-se a epopeia de todos aqueles que em Timor têm labutado, tentando, de facto, rebocá-lo para os domínios da civilização, aproximá-lo mais e mais de Portugal, fazê-lo profundamente português" (*ibid*.: 89).

Não é a agressão experimentada pelos Timorenses que Basílio de Sá crê pertinente neste episódio. É, pelo contrário, uma mensagem sobre Portugal que ele decifra naquele fragmento da narrativa: é fundamentalmente aos Portugueses que ele refere este documento da etnografia timorense.

A ideologia que atravessa os comentários do compilador dos *Textos em Teto* reconhece-se claramente nas passagens que, no mesmo livro, foram consagradas ao "problema linguístico" em Timor. A apresentação da literatura oral timorense é, em primeiro lugar, pretexto para um conjunto de reflexões sobre a língua portuguesa. Reportando-se à presença dos Portugueses no Oriente, o autor assinala: "(...) o português penetrou nos dialectos locais, adaptou-se-lhes convenientemente, e, assim, mais ou menos acrioulado, acabou por fixar-se aí como língua franca da localidade (...)". E conclui: "O rápido declínio



do poder lusitano naquelas paragens travou o curso avassalador que o seu idioma começava a tomar por entre uma babel de falares, mais ou menos pobres de expressão. O domínio da língua portuguesa não chegou a ser, por isso, nem tão profundo nem tão duradouro que bastasse para os absorver e assimilar; mas foi suficientemente intenso e penetrante para obrigar os filólogos modernos a terem em conta o nosso idioma, quando pretendam determinar a etimologia do vocabulário de muitos daqueles dialectos orientais" (*ibid*.: XVI-XVII).

Assim concebida, a linguística não é mais do que um instrumento de confirmação da presença portuguesa no mundo. Presença de cuja candura não é possível suspeitar:

"Semelhante predomínio da língua portuguesa, que apenas se esboçou, não foi triunfo dum plano que almejasse subjugar (...). Foi, sim, fruto, espontâneo do método lusitano na arte de conviver: êxito natural e simples do nosso sistema de entendimento e atracção. Não foi sob o signo da força que o português se divulgou (...) mas sim sob o condão da comunicabilidade em que chegamos a ser exímios" (*ibid*).

Basílio de Sá não faz mais do que actualizar uma velha fórmula de João de Barros: "De crer é que se Aristoteles fosse nosso natural, não fora buscar linguagem emprestada para escrever na filosofia e em todalas outras materias de que tratou". Compreende-se, assim, que o método que se pretendeu adoptar em Timor tenha sido "o mesmo de toda a parte: convidar o indígena a falar o português" *ibid*.: XX). Como estamos próximos ainda de João de Barros: "Certo é que não á hy gloria que se possa comparar a quando os mininos Ethiopas, Persianos, Indos daquem e dalem do Ganges, em suas proprias terras, na força dos seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per esta nossa arte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fé, que nella vam escritos". O objectivo não foi todavia plenamente alcançado. Pouco importa: "Em Timor, onde o idioma português ainda não conseguiu (...) constituir-se em língua franca da ilha, conseguiu-o já, desde há muito, um dialecto local: o teto" (*ibid*.: XXI. O facto deve-se porém à iniciativa dos Portugueses: "Pois foi graças ao uso que os Portugueses têm feito, e obrigaram a fazer, deste dialecto que ele tanto se expandiu e divulgou, dominando todos os outros" (*ibid*). É mesmo possível que as qualidades inerentes ao universo lusófono tenham sido transportadas para o teto pelo génio inconfundível dos missionários: "De missionários sabemos nós que extasiavam os indígenas com o estilo do seu falar, num teto elegante e donairoso, acomodado à prosápia dos ouvintes mais exigentes, desfiando-se em símbolos, imagens, figuras e paralelismos tanto do gosto oriental" (*ibid*).

O teto é, em suma, um substituto da língua portuguesa. Ele constitui "o dialecto cristão da ilha": –"é em teto que rezam a Deus cerca de 85.000 cristãos de entre os seus 510.000 habitantes aproximadamente" (*ibid*.: IX.

Nesta língua, que os Portugueses tiveram o talento de instrumentalizar como se da sua própria se tratasse, acabaria por plasmar-se a filosofia e a visão do mundo ocidental. Será, pois, ilícito conceber um documento de etnografia timorense como testemunho da expansão portuguesa?

Eis o quadro de referências que, no passado, permitiu situar, "justificar" cientificamente uma pesquisa etnológica e uma forma de discurso. Passava-se isto há cerca de três décadas. Há muito, muito tempo portanto.

Como é frequente proclamar-se, ninguém nos nossos dias reflecte nestes termos. Os Portugueses, diz-se ainda, aprenderam definitivamente a evitar as tentações obsoletas da visão colonialista. Hoje, com a objectividade que as circunstâncias exigem, pensam apenas Timor e os Timorenses. Todos os Timorenses? Qualquer que seja a língua em que eles evoquem os seus deuses?

(*) Doutor em Antropologia. Professor da Universidade Nova de Lisboa.

(**) Tradução integral de uma "lenda histórica" compilada por Artur Basílio de Sá, inserto em *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense*, Vol. 1, J.I.U., 1961.

(***) E o santo homem teceu do linho da sua estola uma corda muito fina de um comprimento de quarenta pés. Atou uma das extremidades dessa corda à volta de uma ponta do rochedo que emergia na areia da praia e, segurando na mão a outra extremidade da corda, entrou na jangada de pedra.

A jangada deslizou para o mar, e rebocou a ilha dos Pinguins; depois de nove dias de navegação atingiu sem problemas o rio dos Bretões, levando a ilha.

O PRÍNCIPE

Maria Júlia Fernandes

Em meados do século dezoito um grande liurai de Timor tomou uma decisão importante: deixaria partir para a Europa o seu filho primogénito.

Tal decisão foi difícil, mas o liurai teve a convencê-lo a forte argumentação do Padre Inácio, um dominicano português que havia algum tempo se ocupava da educação do pequeno príncipe. O clérigo fez ver ao pai temeroso que só haveria vantagens em semelhante viagem de estudo, pois, no regresso, o herdeiro do trono estaria muito mais preparado para exercer as futuras tarefas.

Baltazar, o príncipe, partiu num navio português carregado de bens e jóias, além de trinta escravos para o seu serviço pessoal. Ao dominicano foram feitas todas as recomendações para que nada faltasse ao seu pupilo durante a viagem e a estada.

A primeira paragem foi em Macau, onde padre e aluno ficaram alojados num convento dominicano. Logo aí, Inácio vendeu quase todos os escravos e trocou algumas das jóias que trazia por mercadorias negociáveis na Europa.

Em Macau, o padre arranjou passagens num navio francês, o "Duc de Béthune", e, finalmente, a reduzida comitiva seguiu viagem. Entretanto, o "bom" dominicano convencera o príncipe a trocar as suas roupas reais por outras mais discretas e aconselhou-o a comportar-se com modéstia e humildade e a não conversar com pessoa alguma intimidando-o com a possibilidade de os franceses, um povo muito agressivo, lhe poderem fazer mal.

Ao fim de nove meses de mar, o navio aportou a Lorient, em França. O padre Inácio desembarcou as bagagens e os dois escravos restantes, anunciando ao seu pupilo que iria à frente para arranjar um local condigno e que o viria buscar depois.

Mas Baltazar esperou em vão três dias. Até que alguém apiedado o informou da partida definitiva do padre. Sem dinheiro, sem saber o que fazer, o pequeno príncipe foi socorrido pelo cozinheiro de bordo que o alimentou e lhe ensinou o ofício. Com ele embarcou e trabalhou como ajudante de cozinheiro durante sete anos até que o seu protector morreu e o jovem timorense decidiu continuar a trabalhar em navios até ganhar algum dinheiro para conseguir obter notícias do pai e regressar à sua ilha.

A sorte (ou a falta dela) levou-o a Paris onde, ao expor a sua condição, algumas pessoas se interessaram por ele e pelo seu drama. Um cavalheiro bem colocado conseguiu-lhe uma pequena pensão da "Companhia das Índias", o que lhe permitiu viver modestamente enquanto preparava o regresso.

Entretanto, Baltazar obteve alguns documentos que lhe permitiam atestar a sua identidade, e mais pessoas se interessaram pelo caso. Um grupo de homens de negócios ofereceu-se, inclusivamente, para ir a Timor saber notícias e dar a informação do príncipe. Forma-se, então, uma sociedade com o objectivo de armar um ou dois navios que iriam a Timor e que como recompensa do empate de capital comerciariam localmente graças às recomendações do príncipe. Mas a expedição não foi autorizada, e a viagem não se fez.

Endividado, sem esperança, Baltazar adoece. Um amigo arranja-lhe um local de bons ares para se recompor, em Saint Denis, em casa de um velho comerciante muito honesto e respeitado.

É em Saint Denis que Baltazar vive algum tempo até cair gravemente doente. O comerciante que foi o seu último amigo, interna-o no Hospital para mendigos e indigentes de Saint Denis.

Utilizando possivelmente um nome falso para não envergonhar a alta estirpe de onde provinha, o príncipe timorense já rondando os trinta anos passou os seus últimos dias entre os mais desgraçados habitantes de Paris, até que morreu, discretamente, sem ter regressado à ilha.

A vida aventurosa deste timorense perdido numa terra estranha poderia ter passado despercebida, mas graças a uma petição que fez ao rei de França, para dar conta das suas desventuras, e a outros documentos foi possível seguir o seu rasto.

Quando da chegada de Baltazar a França reinava Luis XV e a Europa vivia uma grande agitação do ponto de vista cultural. Baltazar era mais uma das curiosidades que vinham do ultramar, um indígena de terras distantes "um negro" pequenino e atarracado que se confundia facilmente com qualquer outro dos escravos que pululavam por todo o lado.

Mas a sua modéstia num homem que se reivindicava príncipe e a sua simplicidade ligada a uma história trágica comoveram algumas pessoas. É disso prova a documentação, nomeadamente a "Rêquete au Roy, pour Baltazar-Pascal Celse, fils ainé du Roy et Heritier présomptif des royaumes de Timor de Solor dans les Moluques", a petição redigida pelo próprio e que viu a luz do dia em Paris, no ano da graça de 1768.

O SORRISO AO

A história de Balthazar Celse é verdadeira e a sua passagem por França no séc. XVIII está amplamente documentada nos arquivos de Paris. As cartas que se seguem jamais foram trocadas.

Nasceram da imaginação de A. Fernandes ao ler "Infortúnios de um príncipe de Timor recebido em França no tempo de Luís XV", um texto de Anne Lombard-Jourdan aparecido em 1978 na *Archipel 16*, a revista do Centre National de la Recherche Scientifique, de Paris.

Meu príncipe,

Recebi a notícia da tua morte tardiamente, pela mão do organista da abadia de Saint-Denis, sieur Ferdinand Albert Gautier, de quem eras auditor atento e solitário dos exercícios de música sacra, nas tardes sombrias de Novembro em que o som poderoso rolava pelos nichos góticos, fazia vacilar a chama dos círios, e ia perder-se na iluminura dos vitrais.

No coro altaneiro da retaguarda, o músico espiava-te por cima do instrumento: um vulto magro abacinado, sentado e hirto na basílica vazia, como um destroço de naufrágio numa praia nua rodeada dos precipícios de falésias bretãs, assim tu eras o que o destino negou: "Balthazar Pascal Celse, filho primogénito do Rei e presumível herdeiro dos Reinos de Timor e Solor, nas Molucas".

Ah, meu príncipe!

Talvez tenha sido nesse preciso momento, fatigado da luta árdua pelo reconhecimento da condição real em igualdade com os teus pares europeus (na tua ilha bastava a tatuagem que teu pai, o senhor de Animata, desenhara no teu pulso), esgotado pelas rixas filosóficas dos amigos de Rousseau, das citações do *Ingénuo*, de Voltaire, para quem funcionavas como um actor-testemunha nos salões parisienses, uma mera peça de convicção contra o cepticismo insular de Hobbes, nauseado por essa apetência de exotismo disfarçado de caridade burguesa, e ulcerado pela ambição de mercadores que te mediam o regresso a Timor, pela qualidade do sândalo e das pedras preciosas, que tu sorriste como um tigre sorri ao crepúsculo, que observa inevitável, ao fim do trilho, a armadilha fatal com suas lanças de bambu.

O teu fiel advogado e protector, maître Léthinois, escreveu posteriormente, nas suas memórias: "ser-lhe-ia por demais humilhante declarar o seu nascimento e suportar o abaixamento de um título que não deve jamais ser aviltado".

E foi assim, ao contemplares as lages da catedral, as esculturas de deuses estranhos, as vozes que sussuravam, em latim, orações monocórdicas, que tomaste a decisão de morreres, não como um príncipe no exílio entre um povo estranho, mas desaparecer como uma sombra nesta caverna quotidiana de Platão.

Restava-te desaparecer da hospitalidade morna do Père Préaux, renunciar à magra pensão real e desfazeres-te na multidão de mendigos que dormiam ao relento, na porta das mansardas.

Não como filho de Animata, mas como um entre os negros do império.

A tatuagem esfregou-a com um bocado de ardósia até ficar o pulso em carne viva.

Foi assim que renegaste o rés-do-chão do velho Préaux, comerciante de estanho e notável artesão, abandonaste a velha praça de Pannetière e adoptaste o nome magrebino de Almanzor.

Inquieto, por falta de notícias, indaguei o senhor de Chevalier, médico do rei e da corte de sua alteza Electrice de Baviera, pois sabia que ele tinha, na sua grande generosidade, apoiado o requerimento de Léthinois ao rei, em 1768, em que tu solicitavas, no estatuto de exilado, o título de príncipe e rogavas o teu regresso a Timor com protecção e honras reais.

Remeti a missiva para a rua Bourbon, em Villeneuve, e vinte e cinco dias depois, o bom homem respondeu-me gentilmente, onde perpassava uma certa tristeza pelo teu infortúnio, que vivias a meças de uma pensão real no Hôtel de Ville, Saint-Denis, e que enviaria um mensageiro para saber de novas.

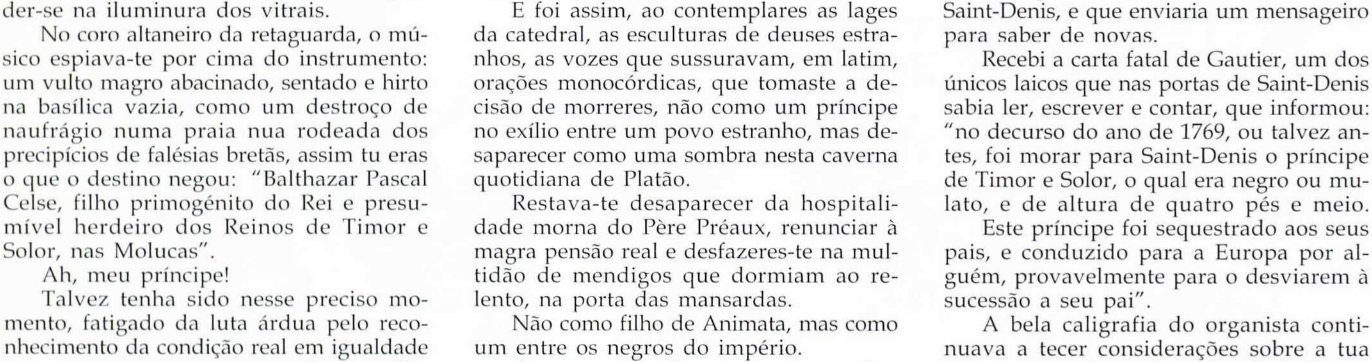
Recebi a carta fatal de Gautier, um dos únicos laicos que nas portas de Saint-Denis sabia ler, escrever e contar, que informou: "no decurso do ano de 1769, ou talvez antes, foi morar para Saint-Denis o príncipe de Timor e Solor, o qual era negro ou mulato, e de altura de quatro pés e meio.

Este príncipe foi sequestrado aos seus pais, e conduzido para a Europa por alguém, provavelmente para o desviarem à sucessão a seu pai".

A bela caligrafia do organista continuava a tecer considerações sobre a tua presença no reino, sobre a bondade do teu anfitrião que, por falta de pagamento, se tornava por vezes azedo (pela qual subentendi que a pensão real não era paga pontualmente).

Meia dúzia de linhas de cortesia e, mais abaixo, ele diz: "eu conheci perfeitamente este príncipe. Não sei o que é feito dele", e acrescenta com tibieza brutal de parêntesis "(à l'Hôtel-Dieu est mort)".

Desembarquei em Dieppe, pálido e enjoado da Mancha, apanhei a primeira carroça para Paris e, dez dias depois, obtinha



DO TIGRE CREPÚSCULO

a permissão para consultar os registos de óbitos, no Hôtel-Dieu. Exultei de alegria, não havia traço do desenlace fatal.

Gautier mentira, então!

Divaguei ao longo do Sena, por vezes um vulto frágil, de dorso, fazia-me acelerar o passo, uma pele de sândalo envelhecido, dos chamados negros da nação, tolhia-me o olhar.

Calcorreei do Louvre até ao Faubourg St. Antoine, interroguei vagabundos e polícias, um oficial da guarnição da Bastilha aconselhou-me (após observar os registos de presos) a encaminhar-me para o hospital de mendigos de Saint-Denis.

Em cima de uma pequena escrivaninha colocada ao longo de uma larga janela, onde um funcionário pálido tossia sem cessar, envolto pelo ar pesado de cera de velas e vasos pútridos de flores, um traço negro sublinhava “Almanzor, Negro”.

“...Ao primeiro dia de Abril (1774), o nomeado Almanzor, Negro da Nação, falecido ontem, na Casa de Pobres de Saint-Denis, em França, com 28 anos de idade, foi inumado no cemitério deste depósito por mim, padre da dita Casa dos Pobres, em Saint-Denis, abaixo assinado, na presença de François Servais, moço boticário, e de Claude de la Cour, porteiro, que assinaram comigo”.

Enganaram-se na idade, o príncipe tinha perto de 35 anos, embora a sua pequena estatura lhe desse sempre um ar mais juvenil.

Questionei testemunhas na morgue, agarrei-me a febris esperanças, descrições fisionómicas.

Não, não era nenhum príncipe; que os príncipes não morrem no meio da canalha e de mendigos.

Era Almanzor, talvez um escravo liberto oriundo da Malásia, tinha uma cicatriz recente no pulso, que apagava com dificuldade, uma tatuagem dum crocodilo encimado por uma lua em quarto crescente.

Consolei-me a pensar, um soluço apertava-me a garganta, que procedeste com a sabedoria digna da tua linhagem: condenaste Almanzor a morrer por ti, enquanto tu, meu príncipe, viajavas no veleiro DUC DE BÉTHUNE, com a tua tatuagem apenas coberta de uma película de salitre, rodeado pelos teus trinta escravos, vogavas.

E já a brisa te trazia o cheiro do sândalo e da terra molhada da monção, e o tambor da festa percutia, sobre a espuma do mar, o grito álacre dos pássaros marinhos que volteavam por cima das “korkoras”.

O rei, teu pai, esperava imóvel, os tornozelos no mar, o filho que regressava da Europa.

George

Na minha chegada a Londres, dezassete dias após deixar definitivamente Saint-Denis, esperava-me uma carta no albergue James I, cujo proprietário, um Quaker, sempre me prodigalizou atenções e gestos de amizade.

Como era um bastardo da Insulíndia, e era um colaborador menor de geógrafos da Royal Society, tinha nos últimos tempos sentido uma certa lassitude em responder ao nosso esperançado hoteleiro, se a ilha da Utopia ou a nova Atlântida, como tinha noticiado Bacon, se situava naquelas latitudes.

Desta vez, não teria de desdobrar velhas cópias de portulanos, o estalajadeiro estendeu-me uma carta lacrada, o papel francês fez-me tremer a mão.

Subi ao quarto, aonde a luz entrava por duas janelas estreitas entre os barrotes do telhado, rasguei o envelope com precaução e com emoção li:

Caro George

Escrevo-te estas linhas à luz de um coto de vela insone, a madrugada não tarda a dissipar a noite pluviosa de Outono, para te avisar meu fiel correspondente, que este será o último correio que te envio, pois o que sinto não se escreve mais com tinta e papel, antes me pede das veias, o meu sangue, o último fôlego, a minha própria pele...

Quando terminar esta narrativa, o teu príncipe desvanecer-se-à como a sombra da noite na fulgência do arrabal, e a crua luz do dia iluminará Almanzor, vaga figura baça na multidão andrajosa e cinzenta das ruas de Paris.

Desenho-te os meus últimos pensamentos, ao mesmo tempo que conto sucintamente a minha vida, desde que deixei o meu saudoso reino.

Da minha primeira infância, restam-me imagens da terra gorda de Animata, do pátio cercado por canas selvagens, do precipício que constituia o poço de água escura que era o pólo da actividade doméstica, da acidez dos tamarindos e da copa verde dos coqueiros.

Que infância descuidada, tive eu, que pouco me diferenciava nas minhas brincadeiras e jogos, doutras crianças das terras ao sul de Lifau.

O meu pai, Gaspar Baltazar da Costa, vivia em boa vizinhança com holandeses e portugueses, muito embora o título de "tenente-general", dado pelo governador, o fizesse pender, por uma hábil e complexa diplomacia, para estes últimos.

Pobre rei de Timor e Solor!

Hoje, nesta madrugada fria, após viver no quotidiano dos fundamentos expansionistas da civilização cristã europeia, fecho os olhos e recordo a reunião dos chefes que pediam conselho ao seu rei quanto ao tipo de relação que deveriam ter com os europeus, dia-a-dia mais ávidos a perguntar por ouro, topázios, rubis, sândalo, especiarias e algodão.

O meu pai falava em cooperação, em novas técnicas vindas da Europa.

Várias vezes, os rituais de despedida eram tensos: "os cavalos não partiam as patas" (*).

Acompanhava-o nessas assembleias, que por vezes me enfadavam.

Eu era o príncipe, eu seria um dia rei.

Creio que, dessa aprendizagem real me ficou uma réstia de orgulho que hoje toma a sua forma definitiva e final.

A minha desgraça veio pelas mãos, tais quelíceras duma aranha, de um dominicano português, que se insinuou na corte do meu pai, como intérprete, conselheiro e mais tarde, meu professor de primeiras letras.

Ele convenceu o meu pai que uma viagem à Europa seria indispensável, para uma educação digna de um justo herdeiro ao trono, que teria de entender as modas e técnicas do comércio e indústria do Ocidente.

Ademais, garantiu que eu faria a primeira comunhão em Macau, grande Sede Missionária no Oriente, com toda a pompa digna de um príncipe.

Foi assim que o meu destino se decidiu.

O meu pai, rosto sombrio, chamou-me à sua casa real, e enquanto se servia de chá e de um cálice de aguardente de bambu, para reter a emoção, comunicou-me que partiria em breve.

Abracei-me a ele a chorar, as minhas lágrimas quentes de criança molharam-lhe o peito, enquanto me acariciava os cabelos crespos. Depois levantou-me dum gesto brusco, mandou chamar um serviçal e traçaram-me com agulhas a tatuagem real, pela qual no estrangeiro me pudessem identificar como seu filho, Gaspar Celso, herdeiro do trono de Timor e Solor e mais ilhas verdes e despovoadas.

Era uma viagem longa, para a qual o padre Ignácio recusou as "korkoras", os nossos barcos timorenses.

Embarcámos num veleiro mercante que aparelhava para Macau.

A ternura inquieta do meu pai fez carregar o barco de enormes baús, executados para o efeito, cheios de ouro, pedras preciosas e jóias para meu sustento e dignidade em cortes estrangeiras, e mais trinta escravos para que satisfizessem os meus serviços.

E tu, George, eras o escravo mais novo, (escravo era uma dura palavra), tu eras um "topasse", um mestiço, filho de um comerciante holandês, e a tua mãe, de Larantuka, por ali arribara e desaparecera, e foste criado pelo pai.

Eras o meu companheiro de jogos, reservado e fraterno.

Em Macau, hospedámo-nos no convento dos Dominicanos, durante cinco meses.

Nesse período, conservei sempre os meus trajes reais e as marcas sociais de origem.

Era amiúde convidado pelo meu tutor para recepções em casa do governador do Forte.

Foi numa dessas ocasiões que encontrei Blondel, um estrangeiro, que muitos anos mais tarde, procurei para provar a minha identidade de origem e que atestou que, então, eu deveria ter "11 a 13 anos, pequeno para a minha idade, cabeça grande para pequeno corpo, braços pequenos e pernas curtas, tendo quase a estatura de um anão,... ele era vivo, petulante e falando com uma certa dificuldade..."

Enquanto eu passava o dia confiado à dura disciplina dominicana da aprendizagem das declinações latinas, o padre Ignácio, sem eu dar conta dos seus intentos, vendeu ou trocou vinte e seis dos escravos do meu séquito e comprou valiosas mercadorias.

Só soube do crime muito mais tarde, pois abusando da minha boa-fé, ele dissera que os fizera regressar a Timor, porque eu não teria necessidade deles, que eram dispensáveis, e que Cristo nos ensinara a humildade.

Para ocultar o roubo, e abandonar a China tranquilamente (nessa altura, a minha presença em Macau era sobejamente conhecida), o ignóbil religioso ordenou-me que partisse para Cantão, assim evitando todo o contacto com portugueses e holandeses, susceptíveis de me auxiliar.

Um navio capitaneado pelo Sieur de la Chaise, o "Duc de Béthune", pertencente à companhia francesa das Índias, aguardava-nos pronto a largar para a Europa.

O sinistro dominicano, a quem eu obedecia cegamente, convence-me que os franceses eram monstros, ogres "que percorriam os mares e os países longínquos para se apoderarem dos reis, e que o seu prazer era matá-los e comê-los, mal os apanhassem", e que eu deveria abandonar as minhas roupas e atitudes de príncipe, e fingir que era escravo...

Aterrorizado, aceitei disfarçar-me, com lágrimas nos olhos.

Oh, que saudades eu já tinha de Timor, do odor adocicado da terra, da minha família.

Penso que foi nesse momento, como a asa de um corvo adejando sobre o meu destino, que germinou o negro Almanzor que hoje assumo na minha morte.

Os trajes de príncipe, qual pele de felino esfolado a meus pés, são enfiados num saco lastrados de seixos e deitados, pela amurada, ao mar silencioso e enigmático.

Após nove meses de navegação com bom vento, atracámos ao porto francês de Lorient, na Bretanha.

Lesto, o padre Ignácio descarrega os malões e escravos, dizendo que esperasse, que ia a terra arranjar alojamento digno.

Recomenda-me a maior descrição enquanto não regressasse.

E tu, George, recebeste ordens de o acompanhar.

Debruçado em cima de um rolo de cordame, contemplava a azáfama da cidade portuária, gente estranha cuja língua, ao longo dos meses de viagem, tinha começado a balbuciar.

Passei um dia, dois, sob os gritos estrídulos das gaivotas na ponte, enjoado com o cheiro das barricas vazias de salmoira que descarregavam para o cais.

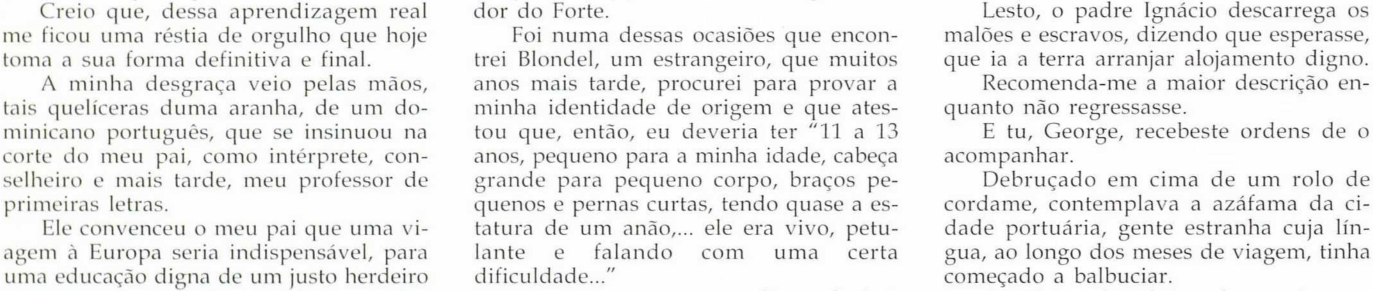
Ao terceiro dia o capitão de la Chaise interpelou-me.

Que fazia ali sózinho?

Que esperava o dominicano Ignácio, respondi.

Ele, habitualmente lento, bebeu de um gole quase metade da genebra duma garrafa pequena em estojo de cabedal, fitou-me longamente e disse:

"Ele abalou há três dias, sem deixar endereço", e apontou com o queixo a cidade, o dédalo de ruas, o mundo, o nada.



A princípio, não compreendi tamanha monstruosidade!

Fiquei estendido a chorar lágrimas ardentes; soluços roucos, cheio de febre, até que a mão compadecida do velho cozinheiro de bordo, que durante a viagem me tinha iniciado à língua gaulesa, me recolheu no seu catre e me procurou consolar da minha desventura.

Durante sete anos, acompanhei Jean le Cristot, esse bondoso velho bretão, marinheiro de cozinha. Partimos para Saint-Malo, onde ele tinha passado a sua adolescência, e foi assim que fiz a minha aprendizagem como "mousse à tout faire" e ajudante de cozinha.

A esse homem devo uma língua francesa popular, de marés e estalagens, onde o salitre se entranhava como no convés dos veleiros.

O meu bom protector faleceu após uma última viagem a bordo da fragata "Chauvelin" (1757), onde eu fui pela primeira vez alistado como aprendiz de cozinheiro.

No meu bolso, quando morrer, encontrarão o seu último legado, típico deste velho de Saint-Malo: a tabaqueira, com a primeira estrofe "J' ai du bon tabac/dans ma tabatière...".

Mais uma vez me vi sózinho no mundo.

Queria regressar a Timor o mais rápido possível, o mundo é vasto, com um pouco de sorte apanharia um navio de regresso.

Consegui alistar-me no "Grand Alexandre", que partia para Quebec, com a convicção que dali mais facilmente arranjaria meios para alcançar as Molucas.

A tatuagem no meu pulso era o meu talismã, a minha estrela Polar.

Assim, escreve Léthinois, ao comentar as minhas desgraças, "...Pela mais bizarra e mais inconcebível das singularidades, uma criança nascida de sangue real perto do Equador, fazia a comida para os marinheiros do navio, no meio do gelo da Nova França".

Depois de tentar, em vão, alcançar os mares do Sul, desembarquei em Bordeaux com o soldo de 150 libras em dinheiro, decidido a contactar as mais altas instâncias em Paris para saber notícias do diabólico padre Ignácio, lutar pelo reconhecimento da minha situação real, e obter na Companhia das Índias uma passagem gratuita para o Oriente.

Em Paris, quis a Providência que travasse conhecimento com a viscondessa de Castellane, íntima de Madame de Chatelêt, amante de Voltaire, de quem partilhava cumplicidade de letras e ideias. Ela recomendou-me ao sieur Sainte-Catherine, secretário da Companhia das Índias.

Prontamente, ele indicou-me um navio que partia dali a dias de Lorient para a China; debalde foram os meus esforços para regressar à Bretanha a tempo, o barco já largara, quando avistei o porto de má sina onde, menino, tinha sido abandonado à minha sorte.

À Companhia das Índias, sob a nobre influência do seu secretário estipulou-me uma pensão módica que me punha, porém, ao abrigo de necessidades, e que cessou ao fim de um ano, pois a Companhia, devido às hostilidades franco-britânicas abeirou a ruína.

Foi então, que os meus novos protectores começaram a custear as minhas despesas, que eu prometia pagar, quando regressasse ao meu Reino de Timor e Solor.

Estava decidido a restabelecer a verdade para sossegar os meus credores.

Estes inventariaram as minhas aventuras e desventuras e publicaram o documento "Factos concernentes ao Príncipe de Timor" (junho 1767), baseado noutro documento de atestação, assinado pelas autoridades governativas de Lorient, que é uma espécie de certificado de identidade, de 16 de Julho de 1761, em que o próprio capitão de la Chaise declarou e assinou:

"Declaro conhecer o dito Pascal-Jean Balthazar-Celse, de Solor, lhe ter dado passagem da China para a França, com o padre Ignácio, religioso dominicano, português de nacionalidade, no navio "Duc de Béthune"; que o padre Ignácio fazia passar o dito de Solor como seu escravo; que de resto, ele jamais lhe tinha declarado sobre o estado, condição e nascimento do dito de Solor"...

Este processo verbal, selado com heráldica da cidade, foi-me remetido no seu original, e do qual mandei fazer cópias e autenticar, e que enviei pelo Comandante da província da Bretanha, para os embaixadores de Holanda e Portugal, das quais nunca obtive resposta, um silêncio de maus presságios.

Quatro anos passei em Lorient, reconstituindo factos e testemunhos, até chegar à conclusão que o próprio capitão de la Chaise, não era mais que um cúmplice do padre Ignácio, pois uma sua cozinheira, Marie, que habitava na sua mansão em Kernevel, recorda-se que o dominicano se hospedou, antes de desaparecer, sob o tecto deste, e lembra-se ainda das inúmeras malas e do "retrato do rei negro, guarnecido de pequenas pedras brilhantes".

Em Lorient, era visto com um misto de curiosidade, piedade e respeito.

O relato do meu infortúnio fazia parte das *fait-divers* da Bretanha.

Os nobres procuravam ajudar-me, sob o epíteto duma fraternidade aristocrática, que unia os dois hemisférios.

Os mercadores questionavam sobre as riquezas importáveis do meu reino. Os novos filósofos enciclopedistas, os "amigos dos selvagens" estabeleciam com o meu testemunho a origem da teoria do "bom selvagem" do paraíso não conspurcado pelo ocidente.

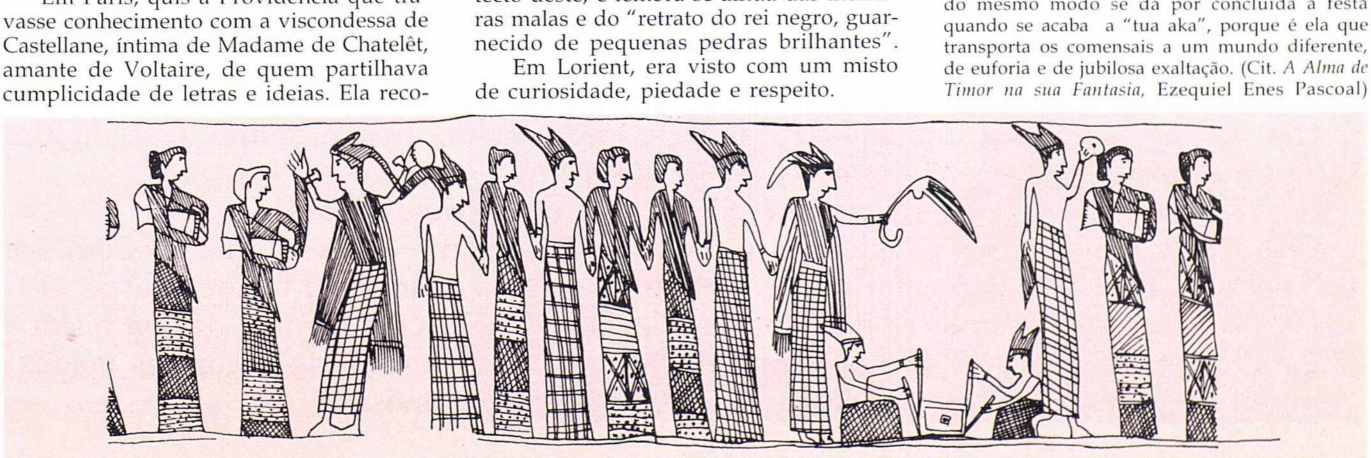
Os meus esforços para reunir provas sobre a minha identidade de príncipe, assim como a existência do reino do qual era presumível herdeiro, tinham felizmente derrotado os meus adversários que se apoiavam numa mera autoridade racial-geográfica e, outrossim, os cépticos que os havia às dezenas — lembrados ainda do falso príncipe Zaga-Christ, pretenso filho do rei da Abissínia; sem falar dum falso D. Sebastião, que se dizia sobrevivente de Alcácer-Kibir, e se viu condenado às galés para gáudio da populaça.

Entre prestigiosos testemunhos avultava o do capitão Blondel, o de sieur de Meyrac, entre outros capitães da Companhia das Índias, o bispo de Macau que, de passagem em Paris, atestou no priorado dos Ausgustins, e, pela mão do causídico Lethinois, consegui audiência com Stanislau Lezerynski, sogro de Luís XV, conselheiro de sua Majestade, o Rei da Polónia, e escudeiro do monarca francês, que enviou o meu processo ao viajante geógrafo Pierre Poivre, recém chegado do Pacífico e Oriente e que assegurou a veracidade dos factos, pelos conhecimentos adquiridos na Ilha de Timor, onde esteve em 1755.

Refere ainda: "...Confesso ter ouvido falar em Macau do dominicano Ignácio, que trouxera no Duc de Béthune, o filho dum rei ou chefe de Timor.

A aventura parece-me verdadeira...".

Pascal Jean Balthazar Celse
Príncipe de Timor



Kuda ain tohar – É uma das muitas e inéditas metáforas vulgares na linguagem áulica e ritual timorense. Assim como, partindo-se as pernas do cavalo em que se vai, se interrompe a viagem, do mesmo modo se dá por concluída a festa quando se acaba a "tua aka", porque é ela que transporta os comensais a um mundo diferente, de euforia e de jubilosa exaltação. (Cit. *A Alma de Timor na sua Fantasia,* Ezequiel Enes Pascoal)

DESCOBRIR É

MARIA JÚLIA FERNANDES

A Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses é relativamente jovem: somente no próximo ano atinge a idade da razão. Mas nestes seis anos, já realizou obra de vulto e prepara-se para chegar a 2000 a celebrar o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

As comemorações em preparação são variadas e as figuras a merecer atenção vão desde Diogo do Couto, ao Infante D. Henrique passando por Vasco da Gama e pelo Padre António Vieira. A chegada dos portugueses ao Japão, a assinatura do tratado de Tordesilhas, são alguns dos acontecimentos que a Comissão não esqueceu.

No entanto, a par de toda esta azáfama que pressupõe iniciativas de grande envergadura, contactos com outras nações e comemorações conjuntas, há pequenas iniciativas que quase têm passado despercebidas.

Estão nesta categoria, exposições e apoio didáctico às escolas sempre carentes de material informativo. Só no ano passado, a Comissão patrocinou, com o apoio das autarquias, mais de duzentas exposições em todo o país. Isto sem falar no verdadeiro "prato forte" que é essa outra exposição, "Portugal na Abertura do Mundo" que já percorreu várias cidades europeias e americanas.

No âmbito da divulgação documental sobre a época áurea dos Descobrimentos portugueses, a Comissão tem apoiado a tradução e a publicação de obras clássicas e patrocinado investigação histórica a todos os níveis.

Para que tudo isto seja possível de executar, são vários os organismos mobilizados e muitas pessoas a trabalhar a tempo inteiro. Por isso, há até quem chame à Comissão dos Descobrimentos um "super ministério", tais são as tarefas que lhe estão destinadas.

De todos estes projectos nos falou Vasco Graça Moura que é o seu principal responsável. Foi num dia frenético como parecem ser todos os que vive a Comissão. O gabinete está situado na parte mais alta da "Casa dos Bicos", essa relíquia de outros tempos, agora mais dignificada, mas que chegou a ser, desonra das desonras, armazém de bacalhaus. As mesas e as secretárias estavam inundadas de papéis, mapas, livros, *dossiers* a aguardar leitura urgente.

Das janelas espreitava um Tejo dourado e quase perfeito, mas o tempo, esse ditador, escoa-se e não permite contemplações preguiçosas.

Aqui, o tempo conta pelos dias que faltam até ao ano dois mil.

Preocupado por não ter tempo? Vasco da Graça Moura diz que não, que a «Comissão não pode ser eterna». Competiu-lhe lançar a semente e que, quando for extinta, outras instituições prosseguirão nesta obra de reconciliar os portugueses com alguma da sua história.

Para já, os objectivos estão a ser cumpridos: celebrar essa série de encontros mágicos entre os portugueses e outros povos, já lá vão quinhentos anos.

DESCOBRIR-SE

P. – *Nós comemoramos o que nem sempre foi muito feliz para outros povos. E os outros o que é que os outros pensam de nós?*

R. – Pensam bem. Nós não entramos em triunfalismos. Somos perfeitamente objectivos. Até apoiamos, às vezes, investigações que dizem respeito a áreas em que os outros podem pensar pior de nós.

Não pode haver comemorações dignas desse nome sem uma vertente científica tão rigorosa quanto possível. Fiz um protocolo com Cabo Verde e tive ocasião de ver que, entre outras coisas, há um levantamento da arquitectura religiosa do séc. XV, há um padrão para se comemorar a passagem de Pedro Álvares Cabral, há o restauro do padrão erigido a propósito da passagem de Gago Coutinho, há o restauro de uma réplica da Torre de Belém, na cidade de Mindelo, onde se pensa também fazer um Museu do Mar, o qual já manifestámos disponibilidade para apoiar.

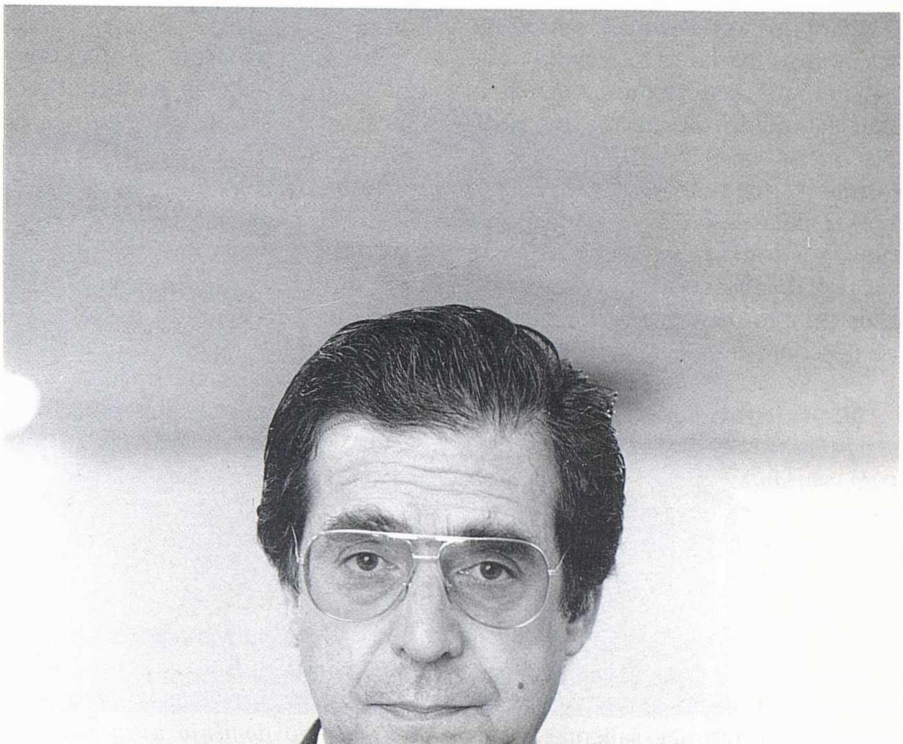
Há os problemas ligados à língua...

Há, portanto, toda uma série de aspectos que apontam para esse passado comum.

Temos sido solicitados no plano da museologia, da preservação do património, entre outras coisas, e nós temos colaborado nessa área.

Tanto quanto tenho podido saber, não há qualquer semelhança entre as reacções negativas verificadas em alguns países da América Latina a propósito das comemorações dos Descobrimentos pelos espanhóis e as que têm tido os portugueses.

Há, evidentemente, às vezes, cautelas políticas que é preciso tomar, com certos países, como é o



caso da Índia. Mas, agora, quando esteve lá o Presidente da República descerrámos uma placa em Cochim alusiva a Vasco da Gama, e eles estão dispostos a encontrar pontos de cooperação connosco para celebrar a viagem.

Ora bem, onde nós encontramos menos receptividade é à palavra 'descobrimentos'.

Para nós, em Portugal, entrou de tal maneira na nossa expressão quotidiana, que nem notamos que isso não é tomado da mesma maneira por outras sensibilidades. Pensamos, também, que a utilização que damos à palavra é muito clara e que deve ser tomada no sentido bi-direccional, ou seja, tanto descobrimos quanto fomos descobertos. Só se descobre o que já existe

P. – *Considera que os outros países pensam bem de nós. Não tem havido, portanto, da parte desses povos qualquer reacção de melindre, afinal fomos nós que lhes fomos um dia impor os nossos modelos, a nossa cultura?*

R. – A nossa filosofia programática é pôr a tónica nas civilizações, nas culturas, e, sem negar as grandezas e misérias, salientar o que resulta de positivo hoje. Qual é o balanço, qual é o saldo, o que é que se pode concluir daí? É ou não importante que haja sete países que falam a língua portuguesa e que, através de Portugal, possam ter um relacionamento privilegiado com a Europa comunitária, que Portugal tenha tantas extensões de contactos organizados pelo mundo fora. É ou não importante em termos de humanismo universalista, de progresso da Humanidade que isso traduza uma série de realizações conjuntas, tanto para nós portugueses, como asiáticos, como africanos, como brasileiros. Essas relações conjuntas são importantes. Assinalam realmente algo de diferente e de específico resultante dessa miscigenação, dessa mestiçagem que nós praticámos. Por isso não tem havido reacções negativas. Nós também temos sido muito claros em explicar que as Comemorações devem valorizar a contribuição do Outro, a contribuição dos que foram nossos interlocutores.

P. – *Nessa perspectiva, a Comissão tem apoiado trabalhos que investiguem, por exemplo, a influência de uma determinada cultura sobre a nossa, sobre a visão do Outro?*

R. – Um exemplo é a exposição que está agora na Biblioteca Nacional "Galáxia das Línguas na época da expansão", estudámos exactamente a contaminação, digamos no bom sentido, entre o Português, o Japonês, o Tamil, e uma série de línguas exóticas, o que é que o Português passou para alguma delas, o que é que delas passou para a nossa língua.

O que aconteceu no campo das formas, na história da Arte, os motivos artísticos, nas ciências naturais...

A Comissão não impõe projectos, mas tem aceitado projectos em todas as áreas.

P. – *A Comissão tem-se dado bem com a Universidade. Não tem havido "concorrência" em campos que até aqui têm sido do domínio universitário?*

R. – Muito bem. A Comissão tem um comissário adjunto que é professor catedrático da Universidade do Porto, tem outro comissário adjunto que é da Universidade Nova e teve à frente do Conselho Científico uma figura brilhantíssima, o professor Luís de Albuquerque. De resto, estamos a apoiar projectos praticamente em todas as universidades portuguesas.

E não apenas em Portugal. Há cerca de trinta universidades distribuídas por vários países, embora com maior incidência em Portugal, que estão envolvidas em projectos de investigação.

P. – *No campo da investigação, há muitos trabalhos sobre alguns temas do Oriente. Pessoalmente qual é a sua opinião, os portugueses são mais africanistas ou mais orientalistas?*

R. – Eu acho que somos mais parentes de África. Repare: é impressionante como em Goa se fala português, é impressionante a quantidade de referências comuns que temos por força das circunstâncias históricas. Mas, actualmente, há muito menos convívio com a Índia, embora haja goeses em Lisboa, do que com as pessoas de África. E há, também, muito mais laços de família, além de que é muito recente ainda a nossa saída de lá.

Acabamos por ter um passado muito mais ligado à Ásia e um presente visceralmente prolongado com África. Com Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné partilhamos o passado, mas partilhamos também uma rede de prolongamentos do presente. Talvez seja essa a diferença, se é que existe uma diferença.

Há os laços familiares, talvez mais numerosos, há uma afectividade talvez mais construída e que está a funcionar. Não quero ignorar, evidentemente, o interesse político que tem Macau, ou todo o feixe de interesses que nos mobiliza para Timor. Mas, neste momento histórico, vejo mais a cons-

"Os portugueses estavam muito divorciados da sua própria história e de muitos aspectos da sua cultura. E isso devido a uma série de circunstâncias, nem todas do mesmo sinal, mas coincidentes nesse efeito negativo."

trução de um futuro apoiado pelos países de língua oficial portuguesa de África do que apoiado, por exemplo, na Índia ou em Macau.

É evidente que em Macau há interesses a salvaguardar. Mas os contactos terão uma expressão certamente menos intensa do que neste momento podemos ter com África, que nos está mais próxima.

P. - *Uma proximidade geográfica e de alma?*

R. - Não só. Prende-se, também, com a própria estrutura da presença portuguesa. Mesmo para empregar uma linguagem muito economicista, que não se pretende ideológica, se for à Índia, como constatação elementar, não vê que houvesse lá interesses económicos portugueses recentes. Há interesses morais, interesses culturais, porventura interesses políticos, familiares, civilizacionais. Mas, digamos assim, não parece que Portugal detivesse a tal ponto os meios de produção, em 1960, em Goa, Damão e Diu.

Enquanto que em África, a presença recente traduz-se numa miscigenação e num envolvimento de interesses de toda a ordem. Depois, tudo foi muito afectado pelas independências, pelas perturbações que se seguiram. Agora é de interesse de todas as partes envolvidas, quer de Portugal, quer de qualquer dos países em causa, que a relação seja estimulada, fomentada em termos de paridade. Não é o português que vai colonizar o africano, não é o africano que vai colocar o português numa perspectiva redutora. São países que vão encontrar modalidades de uma cooperação estreita, profunda e satisfatória para todas as partes. Neste momento, falo não como comissário, mas a título estritamente pessoal.

P. - *No entanto, ainda hoje, o Oriente funciona como mito. Quando se parte, parte-se para o Oriente...*

R. - O Oriente tem mais a ver com a noção de distância, de partes

remotas. Já Camões põe Vasco da Gama a dizer nos *Lusíadas* "imos buscando as partes do Oriente... Não se diz isso em relação ao Cabo da Boa Esperança, ou em relação ao litoral africano. "Os portugueses somos do Ocidente, imos buscando as partes do Oriente".

Bom, há aí, digamos, uma semântica radicada numa noção espacial. Foi a chegada à Índia que abriu as portas de uma nova fase da Idade do Homem, da era moderna.

A viagem de Vasco da Gama está no limiar dessa Idade Moderna, mais do que a de Colombo. É natural que a África seja uma coisa mais caseira para nós.

Penso que a relação privilegiada com África tem a ver com concepções geo-estratégicas com certeza, mas, também, tem a ver com uma história partilhada, com a língua, com esses aspectos que são normalmente descurados da enormíssima gama de relações familiares muito estreitas com os africanos. Isso é perfeitamente sentido por muita gente. Faz-me muito mais impressão entrar num restaurante dos novos países africanos e ver que há bife "à café", do mesmo modo que encontramos cá o caril, o frango no churrasco, do que o facto de haver um escritor de língua portuguesa nesses países. É importantíssimo que a produção cultural dessas nações, com toda a sua diversidade, venha enriquecer esse caudal que é a língua portuguesa. Mas o que é interessante é o que existe no plano do quotidiano, na maneira de vestir, nos pequenos gestos. Essa proximidade tão grande que nos une aos africanos.

P. - *Mas, ainda em relação ao Oriente, passa-se um fenómeno inte-*

ressante. Quando se fala de Oriente, fala-se, de facto, no "ouro", naquilo que reluz, no exótico, nas especiarias, nos odores. No entanto, quando falamos do Oriente, quase nunca nos lembramos de Timor. Falamos da Índia e esquecemos Timor?

R. - Penso que não. Fala-se de Índia porque essa é uma das componentes do imaginário nacional. Não pelo ouro que vinha dela, porque suponho que desde o século XVII a Índia não produzia nada que fosse realmente relevante para nós, mas porque a nossa própria identidade ganhou contornos a partir dos Descobrimentos de que a Índia era um elemento complementar. A Índia era o grande mito da Europa na Idade Média.

Por outro lado, repare nos cronistas portugueses, a Índia era tudo o que ia de Moçambique a Malaca.

A Índia é mais um sinédoque, é tomar a parte pelo todo. Mas também se pensa no papel da Igreja. Salvo erro, o último bispo, salvo erro, ainda era um português. Nos últimos anos Macau ganhou um interesse que é completamente diferente.

Quanto a Timor, é um caso que desperta grandes paixões. Lembro-me de um amigo meu, o Ruy Cinatti, que escrevia sobre Timor, e entre os grandes especialistas dos Descobrimentos portugueses está o Prof. Luiz Filipe Tomás que tem livros sobre Timor.

No entanto, Timor nunca foi uma presença tão autonomizada quanto era a Índia. Timor era tão natural como eram os Açores e a Madeira. Talvez por isso se fale menos. Depois agravou-se a situação a seguir ao 25 de Abril. Houve aquele abandono vergonhoso em 1975, as questões políticas... até que chegamos ao dramatismo dos anos recentes.

Timor tornou-se uma preocupação que tem muito mais a ver com os direitos humanos do que com a História.

P. - *Mas não acha estranho que essa posição de subalternidade não mereça, pelo menos, a curiosidade da comunidade científica, mais precisamente dos especialistas na História dos Descobrimentos. Não há nenhuma cadeira sobre Timor em sítio nenhum, ninguém faz estudos sobre Timor, pouca gente sabe alguma coisa sobre a cultura de Timor, que foi um lugar por onde os portugueses andaram ... Não haverá, também, um bloqueio de ordem psicológica?*

R. - Antes havia os estudos ultramarinos, e certamente Timor era abrangido... Mas é natural que faça falta hoje. Um dos nossos projectos para 1998 é a criação de estruturas para a implementação de estudos africanos e orientais, exactamente para criar especialistas, por um lado nas línguas, por outro nas culturas, para poder estudar o nosso relacionamento com todas as partes ao longo dos séculos.

Não sabemos como vamos construir isso. O embrião pode ser a Universidade da Arrábida.

P. - *Não lhe parece que o facto de não haver esse trabalho de investigação, quando passar a moda de Timor corre-se o risco de Timor já estar esquecido? O que é que a Comissão pode fazer nesse sentido?*

"A nossa filosofia programática é pôr a tónica nas civilizações, nas culturas, e, sem negar as grandezas e misérias, salientar o que resulta de positivo hoje."

R. - A Comissão estimula programas de investigação. Se aparecer algum que esteja de acordo com os regulamentos, será analisado segundo as nossas disponibilidades.

Não nos custava nada apoiar por exemplo uma obra de Ruy Cinatti sobre Timor, porque ela tem a ver com uma produção cultural que decorre de uma série de contactos de há séculos. Já não tenho qualquer hipótese de apoiar uma obra, por exemplo, sobre petróleo. Mas já tenho a possibilidade de provocar a introdução do tema Timor em exposições que nós façamos ligadas ao encontro de povos.

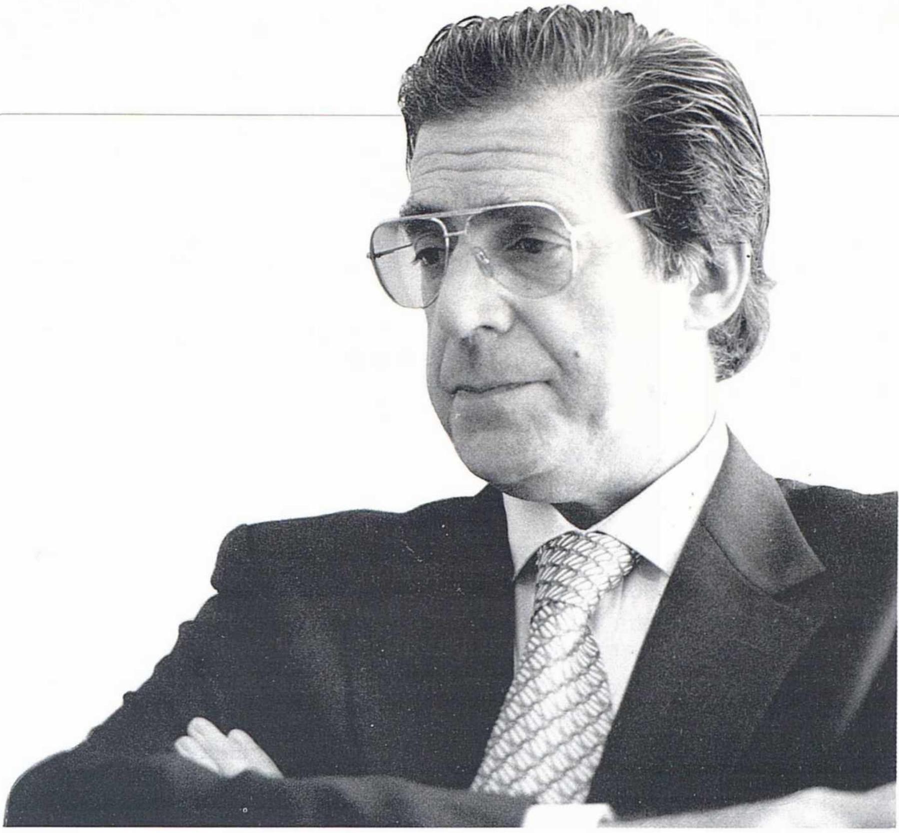
Isso virá a acontecer em termos mais expressivos com projectos que vamos fazer, como é o caso da língua. Nesse sentido a Comissão já adquiriu os direitos da reportagem sobre o massacre do cemitério de Stª Cruz.

P. - *Acha que os portugueses ao comemorarem os Descobrimentos também se estão a descobrir?*

R. - Os portugueses estavam muito divorciados da sua própria história e de muitos aspectos da sua cultura. E isso devido a uma série de circunstâncias, nem todas do mesmo sinal, mas coincidentes nesse efeito negativo.

Por um lado, havia aquela retórica triunfalista que vinha dos anos de salazarismo, patente no ensino escolar e que tendia a colocar-nos como os melhores do mundo. Esse é um primeiro aspecto que não deve ser esquecido para tentar inflectir um pouco essa dimensão que concorre para a construção de um super-ego nacional.

Por outro lado, estávamos divorciados da história, da cultura, o que provinha de atitudes negativas e de sinal contrário que se formaram principalmente a partir do 25 de Abril. Basta pensar que Camões foi considerado um autor reaccionário que foi banido do ensino nos liceus. Do ensino da história desapareceu a cronologia, o olhar so-



bre os Descobrimentos transmitido aos alunos era profundamente negativo, porque carregava uma ideologia do século XX que me dispenso de mencionar. Portanto, esses dois aspectos concomitantes criaram um fosso de desinteresse por parte das pessoas. Os jovens que têm hoje trinta anos tinham treze e catorze anos no 25 de Abril... A isso acrescente-se também, e de forma negativa, na minha opinião, a terrível permissibilidade que vigorou durante alguns anos no ensino secundário. Havia alunos que podiam passar chumbados na cadeira de Português ou de História, o que é um escândalo nacional.

P. – *Quanto à História escrita. Acha que se escreve bem a História, que sob o ponto de vista literário temos historiadores capazes de interessar as pessoas?*

R. – Penso que temos. Portugal tem bons historiadores nos dois sentidos: no aspecto do rigor e na sua construção. E alguns historiadores são notáveis escritores como, por exemplo, o professor Magalhães Godinho, o professor José Mattoso que transmite uma maneira quase poética de escrever História, nas suas obras mais recentes *Análise de uma Composição Medieval*, *A identificação de um país, Portugal Medieval*. As suas primeiras obras têm uma construção ainda muito apoiada no documento.

No professor Magalhães Godinho saliente-se a sua extrema racionalidade, e todas as franjas expressivas que decorrem dessa racionalidade que ele consegue transmitir. É autor de textos que conseguem sintetizar contribuições nas mais variadas disciplinas e áreas em termos de uma utilização estilística da nossa língua perfeitamente notável.

Penso que há outros, falo apenas nestes dois casos que me parecem flagrantes. Já agora, para referir apenas mais um nome, recordo, nas suas grandes obras, a leveza de estilo do professor Luís Albuquerque que traduzia uma sabedoria na utilização da língua completamente diferente dos exemplos anteriores e que reflectia uma enorme capacidade pedagógica de transmitir e interessar os leitores.

P. – *E os portugueses terão uma boa relação com a história escrita?*

R. – Não. Penso que os portugueses têm uma boa relação com o *best seller*, têm uma relação algo complexada com a História em alguns aspectos, como por exemplo o papel da Espanha, desde as questões de Aljubarrota até à viagem de Colombo. Noto que ainda há algumas tomadas de posição que não querem compreender os dados da realidade.

Pensam que a História de um país ou de uma comunidade nacional deve ser como a Rosa Mota, deve sempre chegar em primeiro. Isso é completamente pateta. Comparam-se as Comemorações de um país com as do outro. Isso traduz uma mentalidade de complexo que é completamente descabida. As Comemorações de uma fase histórica só podem ser complementares, não podem ser monopolistas nem exclusivas, só nossas, não dos outros.

Acho que os portugueses alimentaram o tal super-ego e ainda não encontraram a normalidade. É aí que espero que nós contribuamos com as edições que fazemos, com a revista *Oceanos*... Mas os portugueses não têm apenas a História dos Descobrimentos têm toda a anterior e toda a posterior. Penso que as exposições como a Europália, na área da Idade Média ou na Via Orientalis são extremamente pedagógicas. Por um lado gratificam um certo orgulho nacional e, por outro, dão a ver as coisas de uma forma científica.

Mas há algo mais que agrava esse mau relacionamento dos portugueses com a sua história escrita: ao contrário de outros países a produção universitária não tem escoamento em Portugal.

Enquanto em Inglaterra, na Alemanha e na Espanha uma tese universitária tem garantido o seu escoamento nos circuitos editoriais e estes não perdem dinheiro em fazê-lo, em Portugal houve um grande divórcio entre a actividade editorial e a universidade. Isso também contribui. Enquanto não se encontrar maneira de preencher essa lacuna (e nós estamos de algum modo a tentar algo nesse sentido) haverá sempre essa relação um pouco deficitária do português com a sua história.

PETRÓ

ANTÓNIO PEREIRA

GORDO, NEGRO E

Os timorenses chamam ao petróleo a "gordura da terra" (mina rai, em tetum), um bem que a natureza fez brotar numa região bem definida da ilha.

Até onde pode recuar a memória, os timorenses lembram-se de os poços daquela substância escura e viscosa pertencerem às famílias em cujas terras se encontrassem. Os habitantes de outras localidades não lhes podiam tocar e nem sequer estavam autorizados a vê-los. Qualquer curiosidade, mesmo de vizinhos, era de imediato repelida.

Coisa preciosa e protegida como só pode ser uma fonte de água para os beduínos do deserto, o petróleo era utilizado cru, para a iluminação e, depois de sofrer uma destilação muito primária e caseira, era ingerido em pequenas quantidades como medicamento contra as lombrigas.

No entanto, o petróleo era uma mercadoria que circulava com facilidade. As povoações que possuíam poços, especialmente as situadas entre Kribes e Bualaka (onde se encontra o grande lençol de Henuk), cediam-no com facilidade a troco de outros bens.

As famílias que tinham acesso aos poços podiam extrair quanto quisessem. O petróleo era carregado em baldes feitos de fibras vegetais, medido em varas de bambu, carregado em dorso de cavalos e depois transaccionado no bazar mais próximo.

"Comprava" quem queria, pois não havia nenhuma interdição nesse sentido, e depois de os intervenientes chegarem a acordo, o petróleo era então trocado por arroz, panos ou outros produtos, oscilando o seu valor de acordo com as necessidades do momento.

A utilização do petróleo cru como iluminante era, porém, privativa de timorenses. Os portugueses preferiam o produto já destilado e aquele que consumiam era, geralmente, importado.

O mesmo se passou com os japoneses que ocuparam Timor por um curto período, durante a Segunda Guerra. Sabendo da fartura existente na ilha, os soldados de Sua Majestade Imperial levaram consigo o necessário para proceder a uma refinação do produto com alguma eficácia. Por isso conseguiam encher os depósitos das suas viaturas com combustível timorense.

As concessões

A existência de petróleo em Timor era uma realidade que não podia passar despercebida aos portugueses, embora as autoridades coloniais nunca fizessem grande alarde sobre o assunto.

Estratégia ou simples desinteresse do antigo regime, a verdade é que o petróleo timorense só nos últimos quinze anos mereceu títulos de primeira página, em parte devido às negociações do Timor Gap, entre a Indonésia e a Austrália.

No entanto, a primeira concessão feita pelo governo português data do ano 1908. Um decreto da altura concedia a Ronald Henry Silley a autorização para explorar uma jazida em Pualaca (sic). Em todas as concessões que se seguiram, Portugal entrava na nova sociedade e o território de Timor Leste recebia sempre uma percentagem das acções da nova sociedade.

Durante o período colonial as autoridades portuguesas foram sempre muito cautelosas na forma como negociavam a concessão e a exploração de recursos naturais timorenses.

A Austrália desde muito cedo se mostrou interessada nas riquezas da terra e do mar de Timor. No entanto, o primeiro pedido de concessão a australianos foi recusado, mais tarde um outro pedido, em nome da "Asian Investment", não teve melhor sorte.

As recusas sucederam-se até que, antes da Segunda Guerra Mundial, outro cidadão australiano resolve formar a "Companhia Ultramarina de Petróleo" que, em Outubro de 1939, obteve uma concessão a longo prazo.

Logo depois de começados os trabalhos de prospecção e pesquisa deflagrou o conflito no Pacífico, em 1941, e o australiano teve de desfazer-se da sua posição que foi cedida em 60 por cento à "Shell Co.", 30 por cento à "Vacum Oil Co." e 10 por cento em acções liberadas ao Estado Português.

O QUE É O ACORDO TIMOR-GAP?

É um acordo entre a Austrália e a Indonésia e que foi assinado em 11 de Dezembro de 1989.

A partir desta data o mar de Timor ficou dividido em três partes:

- A mais rica será administrada pela Austrália, outra será administrada conjuntamente pelas duas nações.

A zona administrada pela Austrália dará 16% de rendimentos à Indonésia e a zona administrada por Jacarta proverá a Austrália com 10% dos rendimentos. As estimativas oficiais prevêem uma produção de um bilião de barris de crude e um bilião de barris de petróleo.

No entanto e segundo fontes privadas, as estimativas apontam para um total de sete biliões de barris de crude e um bilião de petróleo condensado.

A acreditar nestes valores, a Austrália ficará independente de problemas energéticos até meados do século XXI.

LEO ... VALIOSO

Em 1942, e por causa da invasão da ilha, terminaram todos os trabalhos que só foram retomados depois de finda a guerra e restabelecida a soberania, em 1945. Ao longo de dois anos procedeu-se a trabalhos e estudos detalhados.

Alguns anos mais tarde, em 1948 e 1949 uma empresa, a "Bataafsche Petroleum Maatschppij" apresentou à "Companhia Ultramarina de Petróleo" relatórios que concluiram por quantidades insuficientes de exploração económica. Um dos relatórios aconselhava, também, a suspensão dos trabalhos, tendo de imediato a Companhia comunicado ao Governo Português a desistência da concessão.

Mas em 1979, com Timor já anexado pela Indonésia, a companhia francesa "Elf Aquitaine" acabou com as dúvidas. Depois de várias explorações a "Elf" avança com uma declaração sobre "uma descoberta extremamente importante": o mar de Timor é rico em petróleo.

Avançam os Indonésios

O Governo australiano parte então para negociações com a Indonésia nesse mesmo ano, 1979, apontado o potencial da área em um milhão de barris.

Segundo previsões mais optimistas, o mar de Timor poderia oferecer o equivalente a 7 biliões de barris de petróleo e um bilião de barris de condensado.

Face a estas estimativas, apareceram então cálculos referindo que tal quantidade poderia garantir a independência energética da Austrália no próximo século.

A maior empresa australiana, a "BHP", anunciou em meados de 1989 que estava a obter uma produção diária de 9600 barris na zona denominada "Jaibiru 88". Ao mesmo tempo, anunciava também que outra das principais áreas de exploração no mar de Timor (jazidas Challis) tinha uma coluna de petróleo de 77 metros, ou seja a maior até hoje conseguida na região.

Perante estes factos reafirmaram-se as potencialidades da zona abrangida pelos acordos entre a Austrália e a Indonésia, em Setembro de 1988, e dão crédito às estimativas de a região vir a resolver o problema de redução de reservas de petróleo australiano.

Para acabar com as dúvidas, em Novembro de 1988, o embaixador de Jacarta em Camberra, o vice-marechal-do-ar Roesman declarava que todas as explorações previamente feitas por companhias indonésias haviam demonstrado a existência de vastíssimos depósitos de petróleo nas águas calmas do mar de Timor. Os especialistas continuam a acreditar que o máximo de mil milhões de barris de petróleo podem existir na região, calculando-se um adicional de sete milhões na zona denominada "Timor Gap".

Este filão de "ouro negro" não passou despercebido a várias companhias petrolíferas que, de imediato, se mostraram interessadas na exploração da área. As autoridades australianas retomaram rapidamente as negociações e propõem pela primeira vez a criação de uma zona conjunta de desenvolvimento — Timor Gap.

Neste momento, há já onze contratos assinados para a exploração do petróleo timorense, envolvendo 55 companhias petrolíferas e todos assinados entre Camberra e Jacarta. Estão planeados 45 poços para a fase inicial da exploração do projecto que demorará seis anos a concretizar-se integralmente.

DATAS PARA O PETRÓLEO TIMORENSE

1908 Boletim Oficial de Timor nº. 31
Contrato de concessão celebrado em 20 de Abril.
O Governo concede a RONALD HENRY SILLEY o direito de explorar o jazigo de petróleo situado em Timor, no sítio de Pualaca (sic).

1910 Diário do Governo nº48 de 30 de Novembro.
Transferência do direito de concessão.
Autoriza RONALD HENRY SILLEY, concessionário do jazigo de PUALACA por contrato de 20 de Abril a transferir a concessão para a COMPANHIA COMERCIAL PETROLÍFERA DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS.

1920 Diário do Governo nº 154, II série, de 3 de Julho.
Concede à COMPANHIA DE PETRÓLEO DE TIMOR licença para fazer pesquisa de petróleo, óleos minerais e hidrocarbonetos na área da província de Timor, excepto a parte já concedido ao FENCHURCH TRADING SYNDICATE LDE, por cinco anos.

1939 Diário do Governo nº 251, I série, de 27 de Outubro.
Decreto nº 30004.
Autoriza o Ministro das Colónias a conceder à COMPANHIA ULTRAMARINA DE PETRÓLEOS licença para pesquisa de jazigos de petróleo e quaisquer óleos minerais e gases hidrocarbonados na área da ilha de Timor, a Oriente do meridiano de 125° 25′ E GW.

1940 Diário do Governo nº 179, II série, de 3 de Agosto.
Contrato elaborado a 22 de Novembro de 1939 entre o Governo e a COMPANHIA ULTRAMARINA DE PETRÓLEOS SARL para o exclusivo de pesquisa de jazigos de petróleo, óleos minerais e gases hidrocarbonados numa área da colónia de Timor.

1948 Diário do Governo n.º 67, III Série, de 22 de Março.
Estatutos da Companhia Superior de Petróleos de Timor

1948 Diário do Governo nº 60, II série, de 13 de Março.
Contrato entre o Governo Português e CARLOS DA CÂMARA PINTO COELHO em ligação com a empresa THE SUPERIOR OIL COMPANY para concessão do exclusivo de pesquisa e subsequente exploração em determinada área da colónia de Timor.

1954 Diário do Governo 255, I série, de 9 de Outubro.
Portaria 15064.
Concede uma licença de exclusivo de pesquisas para determinados produtos numa área da província ultramarina de Timor a JOSÉ DA VEIGA LIMA (três anos prorrogáveis por mais dois).

1957 Certidão Notarial de contrato de arrendamento celebrado em 28 de Janeiro.
JOSÉ DA VEIGA LIMA transfere os direitos concedidos pela portaria 15064 para a TIMOR OIL LDE.

1967 Diário do Governo nº 276, I série, de 27 de Novembro.
Autoriza o Ministério do Ultramar a celebrar, de conformidade com as bases anexas ao presente decreto, um contrato de concessão com a COMPANHIA DE PETRÓLEOS DE TIMOR SARL que abrangerá o direito de prospectar, pesquisar, desenvolver e explorar em regime de exclusivo, todos os jazigos de hidrocarbonetos sólidos, líquidos e gasosos, particularmente o petróleo bruto, ozocerite, asfalto e gás natural, assim como enxofre, hélio, dióxido de carbono, outros gases naturais e substâncias salinas da província ultramarina de Timor.

1968 Diário do Governo nº 123, II série, de 23 de Maio.
Termos do contrato celebrado aos 26 de Janeiro de 1968 entre o Estado e a COMPANHIA DE PETRÓLEOS DE TIMOR para a concessão de direito de exclusivo de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de todas as jazidas de hidrocarbonetos e outras substâncias de determinada área da província de Timor.

1974 Diário do Governo nº 26, I série, de 31 de Janeiro.
Decreto 25/74.
Autoriza o ministro do Ultramar a celebrar o contrato de concessão com uma sociedade anónima portuguesa a constituir pela firma OCEANIC EXPLORATION COMPANY, abrangendo o direito de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de jazidas de hidrocarbonetos naturais, etc, na plataforma continental da província de Timor.

ANTÓNIO DE ALMEIDA

UM INVESTIGADOR

Falar de António de Almeida é abordar um dos maiores vultos da antropologia portuguesa contemporânea. Os seus 84 anos de vida marcaram para sempre a história colonial de Portugal deixando para as gerações vindouras um vasto espólio documental e científico. Principalmente, deixou saudades junto daqueles que sempre estimou. O seu nome fica ligado à história recente de Timor, território que soube, como poucos, desbravar e dar a conhecer. Afinal, era um dos seus amores.

Nasceu com século XX, em 1900, na freguesia de Sezures, concelho de Penalva do Castelo. Formou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa onde chegou a dar aulas. Diplomou-se nas escolas de Medicina Tropical e Superior Colonial, sendo nesta última, professor catedrático a partir de 1935. Já então se manifestava o seu interesse pela antropologia e pela etnografia, iniciando investigações em Angola durante os anos 30 e 40, através do Instituto de Investigação Científica Tropical. António de Almeida começou a ser diferente dos restantes investigadores. Via o homem como um todo nunca esquecendo a sua componente cultural, a par da biológica, e preocupava-se no seu trabalho em transmitir aos outros aquilo que aprendia de forma a que desenvolvessem os seus conhecimentos. Não era um altruísta. Honestidade e abertura sempre foram os faróis da sua existência.

A sua vocação para a descoberta do mundo tropical abarcou a antropologia física, a etnologia e a pré-história realizando uma obra científica vultosa, ao mesmo tempo que exerce funções como professor de Etnografia do Ultramar Português no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

O seu primeiro trabalho publicado (no total seriam cerca de duas centenas!) é um questionário linguístico, etnográfico e de assistência médica aos indígenas, fruto da sua experiência como docente de Kimbundo, em Luanda, na década de trinta. Aliás, Angola foi, também, uma das suas colónias preferidas.

Chefiou diversas missões antropobiológicas, dedicando especial carinho a Timor que visita, pela primeira vez, em 1953, aí descobrindo várias jazidas pré-históricas. Quem viveu perto dele, recorda a honestidade do seu trabalho, sempre feito no terreno, a simplicidade da sua maneira de ser e o sentido holístico que detinha da humanidade. O facto de ter privado com os grandes antropólogos da época e de ser um mestre reconhecido e jubilado internacionalmente, não impediu de irradiar cordialmente entre os que o rodeavam. Ficou conhecido o seu rigor científico repetindo frequentemente que, «se um parágrafo chegava para aquilo que queria dizer, para quê escrever um livro?».

Estudos linguísticos

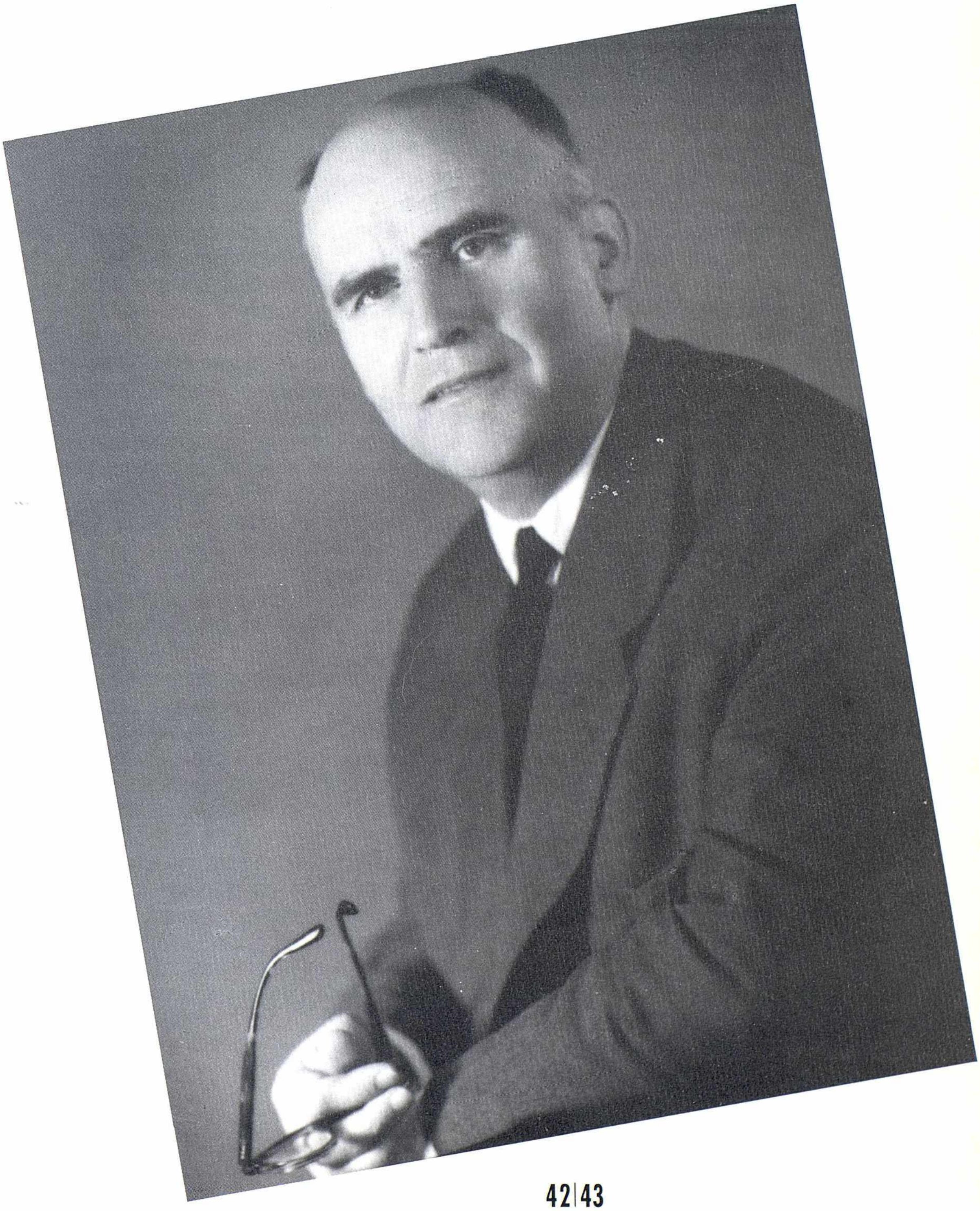
Das suas viagens ao território timorense ressaltam os estudos sobre as diversas línguas e etnias existentes desenhando o mapa Etnolinguístico de Timor-Dili uma preciosidade que revela a fantástica heterogeneidade do povo daquela ilha. Ele definiu com um rigor impressionante as zonas de influência de dialectos que se entrecruzam na região, do *bàiquêno* ao *dádua,* passando pelo *mambáe, làcalei, tocódédei* e *ossó mocó,* entre mais de trinta «falas» diferentes. Na ilha, e durante as investigações etnográficas realizadas durante a década de 60, António de Almeida descobriu estações pré-históricas e pinturas rupestres tendo realizado filmes sobre a vida desses povos («Artes e Ofícios», «Caça e Pesca» e «Danças»), além de fotografias a preto e branco e a cores de aspectos antropológicos de Timor. Também registou em fita magnética, de acordo com os preceitos do Instituto Internacional Africano (Londres), as principais características dos 31 grupos etnolinguísticos do Timor português.

Aí contactou com Ruy Cinatti mas as suas diferenças eram notórias. Segundo alguns dos seus familiares, Cinatti encarava as coisas pelo lado emocional, era um poeta e vivia a vida mais como um sonhador. Almeida era um homem mais prático e virado para a ciência. As diferenças eram muitas e, por isso, não privaram tão profundamente, apesar de terem realizado expedições conjuntas.

António de Almeida, sem deixar as aulas que leccionava gratuita-

POR DESCOBRIR

NUNO PAISANA

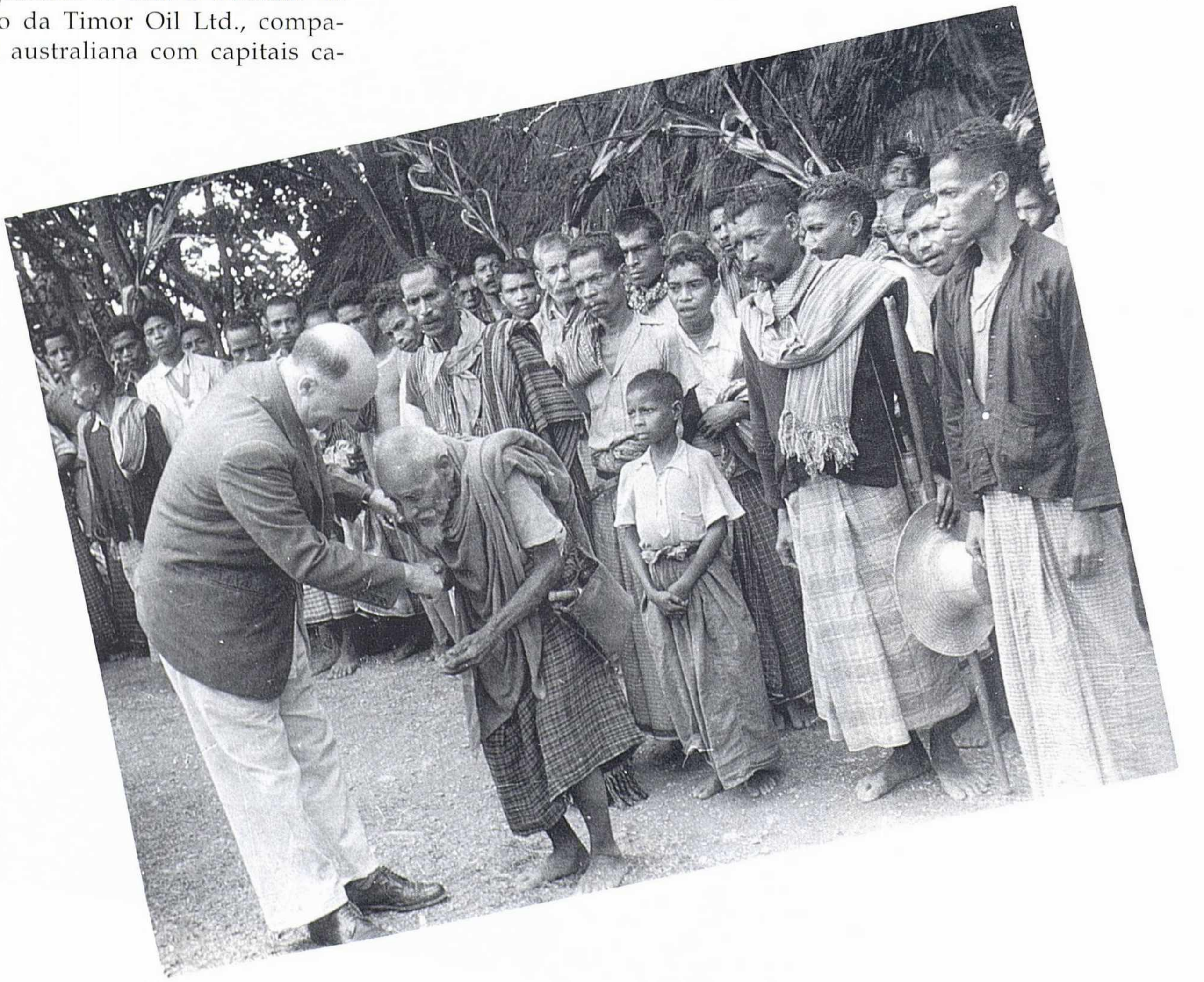


mente, foi também deputado da Assembleia Nacional, em quatro legislaturas, duas delas por Timor. Tecnicamente foi um político, mas sempre defendeu aquilo em que acreditava, sobretudo os interesses do Ultramar. Salazar nunca lhe concedeu uma audiência quando pretendia advogar junto do poder em Lisboa as causas e os problemas das colónias ultramarinas. Por essas e por outras, muitos consideram que António de Almeida entrou e saiu da política de mãos limpas. Como nota curiosa, registe-se que, enquanto deputado, já em Março de 1957, falou sobre a concessão dos exclusivos de pesquisas petrolíferas na antiga província portuguesa. Depois de afirmar que naquele território o petróleo brota à superfície ou em pequenos poços, aproveitado pela população na iluminação e como medicamento, António de Almeida congratulou-se com o trabalho de então da Timor Oil Ltd., companhia australiana com capitais canadianos e americanos, esperando que as consequências dessa exploração beneficiassem a economia timorense. Outros tempos, outras ideias perante a realidade actual...

Em 1961, é convidado pelo Vaticano para membro da Academia Pontifícia das Ciências, juntamente com outros cientistas mundiais, como George de Hevesy e James Chadwick, prémios Nobel da física e da química, respectivamente. O seu valor como homem das ciências cimentava-se a nível mundial. Percorreu o mundo convidado para palestras ou para visitar universidades. Com ele, levava sempre Timor no coração.

Pesquisa antropológica

Alguns dos aspectos antropológicos das populações timorenses foram devidamente realçados na sua vasta obra. Títulos, como «Folclore Timorense», «Factor Rh na Antropologia do Timor Português», «Presenças Culturais no Timor Português» e «Aspectos da Etnozoologia Timorense» são hoje testemunhos vivos da maneira de ser e de viver da ilha. António de Almeida referiu-se sempre ao remoto povoamento da ilha (como provam os achados paleolíticos e neolíticos, tão importantes que levaram o conceituado arqueólogo Henri Breuil a admitir que em Timor terão vivido dos primeiros representantes da humanidade) e à formação, por via de migrações várias, das actuais populações daquela ilha. Segundo ele, o timorense português do sexo masculino tem estatura média, situada no limite superior da categoria da estatura baixa. A sua origem advém da estirpe indonésica dos Mongo-



lóides, até porque os timorenses apresentam índices cefálicos com nítidas afinidades com os mongóis, o mesmo não se passando quanto à estatura e índice nasal, porventura suplantados pelo influxo biológico caucasóide.

Estes dados antropológicos são, apenas, uma pequena parte do amplo estudo levado a cabo por António de Almeida. O seu legado é imenso e seria vantajoso para Portugal continuar a sua obra e investigar o que foi feito. O problema é a falta de investigadores porque, como a «CORAL» constatou, material não falta. Trata-se de toda uma documentação do criador da escola antropobiológica portuguesa que inclui novos conceitos sobre a origem dos Bosquímanos, a originalidade pioneira dos estudos de etnoiatria e numeroso material lítico de Angola e Timor, entre outros. Note-se que muitos dos elementos científicos reunidos por António de Almeida são, hoje em dia, impossíveis de conseguir *in loco*.

As qualidades morais e profissionais do cientista português sempre impressionaram os seus colegas nacionais e estrangeiros vivendo hoje seguramente na memória dos muitos e muitos alunos que com ele deram os primeiros passos nesta deslumbrante disciplina das ciências. António de Almeida foi um pioneiro na utilização dos documentos históricos na pesquisa. Foi ele o verdadeiro precursor da Antropologia Histórica. A sua maior mágoa, contudo, foram os acontecimentos que se seguiram à revolução de 74, e a consequente invasão indonésia de 75. No termo de uma viagem ao território, nesse mesmo ano, António de Almeida nem queria acreditar no que os seus olhos viam. A sua tristeza abalou-o de tal forma que envelheceu em poucos anos. Os alunos e colegas passavam pelo seu gabinete contando-lhe o que por lá se passava. António de Almeida nunca foi ao Jamor visitar a comunidade aí instalada porque, para ele, o timorense é um povo nobre e de grandeza e custar-lhe-ia muito ver as «suas gentes» naquelas condições.

Morreu em 1984. Na homenagem póstuma realizada dois anos mais tarde, na Sociedade de Geografia de Lisboa, as palavras de João Pereira Neto não podem ser mais verdadeiras: «foi recebido pelas mais prestigiadas academias internacionais, deixou uma obra que é um valioso património dos países de língua portuguesa e criou uma escola no domínio da investigação antropológica em geral. A sua, foi uma vida que mereceu ser vivida. A nós, cumpre-nos procurar estar à altura do seu exemplo».

A CAMINHO DE DILI

«Dilly é sombria e parrana como qualquer burgo de província. Não há cafés, não há jornais, não há teatros. De manhã faz-se a vida de repartição. Às sete horas, os chefes de serviço desenterram-se dos mosquiteiros, tomam banho, saboreiam o pequeno-almoço e, entre as oito e as nove, trocado o pijama pelas calças brancas e o casaco fechado «à holandesa», fazem sair os seus automóveis baratos e descem de Lahane. As espôsas, dentro das suas batas matinais; vêm à varanda despedir-se. E enquanto elas ficam bocejando, estendidas em cadeiras de viagem ou ralhando com os criados, os chefes seguem, levantando poeira pelas ruas sombreadas de gondões centenários, recebendo no trajecto as saudações dos transeuntes: indígenas que tiram da cabeça o lenço enrolado e se curvam, de mão estendida, à laia de quem pede a bênção.

A pressa é pouca. Os carros estacam aqui e ali, às portas dos chinas. Um objecto a comprar, perguntas sobre câmbios, negócios de florins. Mais adiante é a garagem de um colonial crónico: é o clube da terra. Toca a amesendar-se um pouco e beber um Whisky. Enquanto na casa ao lado, uma descascadeira de arroz vai despelando o neli, os «luminares da aldeia» trituram e desfazem reputações.`

À tarde, após o costume ritual da sesta, a que poucos são refractários, o funcionário de 1ª classe troca de novo o pijama pela quinzena branca, engomada até à rigidez, põe ou manda pôr o automóvel em marcha e deserta de casa.

As habitações, obscurecidas pelas varandas circulares, são insuportáveis para qualquer trabalho cerebral. Os quintais magros de espaço, a rua muito à beira e as construções debruçadas umas sobre as outras ladeira arriba: tão próximas, que dentro delas não há intimidade, não há conforto, não há isolamento, e o corpo, entorpecido da sesta e da torreira, enervado pela melancolia da tarde, precisa de uma viração tonificante de ar, que só uma corrida de carro desloca.

São cinco horas. É preciso falar em surdina, quando o silêncio de Lahane se rompe com o ranger das alavancas e o rosnar das buzinas, o trepidar dos motores. Os senhores oficiais e chefes de serviço saem a passeio com as famílias em trajos leves, eles e elas.

As mulheres decotadas, braços à vela, gaforina ao vento; eles, de gola aberta, desportivos, derreados sobre os coxins, as pernas distendidas numa preguiça, esboçando conversas, que o calor não deixa prosseguir. Há adeuzinhos, acenos e irónicas gracinhas para os retardatários que ainda se espreguiçam nas varandas ou nelas recebem, ali mesmo e em cadeiras de rota, algumas dessas visitas de cerimónia, que é praxe fazer-se — eles de gravata e colarinho postiço; elas de chapelinho, a desabafar o seu horror por esta vida de vermes, insípida...

Eles aí vão, a caminho de Dilly, amodorrados nos assentos do carro sequiosos de fresco, espalhando poeira sobre os indígenas que passam e se afastam para as margens da estrada amarela, descobrindo-se ou fazendo continência, ante as ilustres senhorias.

Presos consertam a estrada, sob as vistas do velho capataz branco, de cachimbo entre os dentes.

No fundo da ladeira, termina o vale de Lahane, e os carros curveteiam para a esquerda, atravessam uma ponte de betão, com grandes bolas, atiram-se a toda a brida, ruidosos pela avenida do Bispo Medeiros, sombreada de sumaúmeiros e abertas entre palmares de Montalvão e do Mascarenhas.

À esquerda, entroncam os caminhos para o hospital e para a Soiaba. Preguiçoso, o olhar poisa aqui e além sobre manchas claras: um prédio anichado entre bananeiras, os tanques cinzento e branco dos abastecimentos da cidade, alguns casebres de telha, abafados sob as grenhas dos coqueiros, uma casa de dois andares a desfazer-se em ruínas, detrás dum portão apodrecido e dum muro dilacerado de brechas. A seguir, o já torto pardieiro dos *moradores* de Manatuto, no qual foi assassinado o governador Alfredo Maia[1] , alguns homens cozinham ao ar livre, em panelas de barro equilibradas sobre pedras enegrecidas. Depois, o horizonte alarga-se de um lado e outro sobre terras mais baixas que o leito da estrada. A fachada do

Mercado Municipal, caiado pretensiosamente de cor-de-rosa, esbracejando para a retaguarda em braços cruzados, com os seus cobertos de zinco em cruz, ergue-se sobre um plano tufado de capim, enquanto do outro, igualmente recobertos de ervas que pedem catana e onde búfalos pastam, se alonga o campo de corridas, com a sua tribuna deserta, e os *clipes* das suas marcações caiadas de branco.

Seguem-se feios *pagares*, circuntornando hortas de bananeiras e palhotas, e entra-se propriamente na cidade.

Vem até nós, aproxima-se, apresenta-se, com as suas casas alinhadas, de muros e gradeamento velhos, onde criados regam jardinetes anémicos, com latas de petróleo.

Estamos em começos de Novembro, fim da época seca, prefácio do período das chuvas. A terra sopra calor por todos os seus poros. Em Dilly a atmosfera é irrespirável. Ao longo da rua dos Árabes, à porta das suas lojecas, os chinas espapaçam-se nos degraus das varandas, todos em camisola, os pés fora dos tamancos, abanando-se com ventarolas. À porta de uma delas, descarrega-se um *camion* cheio de fardos de café. Troncos nus, luzentes de suor, um magote de indígenas passa dobrado sob os sacos. Além é o quartel de artilharia. Um landim fardado de *caqui* passeia lentamente, a arma ao ombro, enquanto num banco, junto à porta, três soldados europeus, de gola desapertada cor de cidra, jazem em silêncio, com ar de fulminados, quebrando a sua imobilidade para coçarem a mordedura de um mosquito ou expulsarem um enxame de formigas de asas que volteia no ar. Em cabelo, naufragados em automóveis, os funcionários que desceram de Lahane fazem a *via sacra* pelas ruas de Dilly, à procura de fresco. No Grémio dos Sargentos, graduados em camisa, mangas arregaçadas, ensaiam carambolas preguiçosas, enquanto, na varanda, um grupo tece longas macarenas sobre o preço da vida, as rendas das casas e a exiguidade dos prés.

Lojas e habitações particulares abrem todas as suas portas e janelas sobre as ruas. Os tetos são baixos, os telhados de zinco, as ruas apertadas. Cada casa é um forno.

Na rua dos árabes demoram-se as senhoras em compras nas lojas de Joesoef e do Wadhomall, um árabe e um indiano, enquanto os homens fugindo ao calor ficam à porta; palrando e olhando quem passa, por sob a nave dos gondões centenários, cujas folhas se imobilizaram.

O espectáculo é sempre o mesmo, exótico, pitoresco. Lojas de aspecto sujo, tetos baixos, paredes manchadas do roçar de gerações de indígenas. Tabuletas de madeira com caracteres em vermelhos em fundo. Valetas onde a água dormita. Chinas em pijama enforquilhados em bicicletas, vagueiam diante das suas patrícias, que se encostam às portas, de calças pretas muito largas, o cabelo à rapaz e muito enfarinhadas de pastas de pó de arroz. Algumas dão de mamar a bambinos com caras de luas cheias.

Timoras muito enroladas nas suas vestes claras, arrastando chinelas vistosas, em passinhos curtos, travados pela saia de pequena roda, derriçam com marinheiros do vapor «Dilly» — descalços e impecáveis, na sua farda branca. Os alunos da escola china caminham, a um de fundo, maleta dependurada ao ombro. Árabes de olhos profundos, graves e de barbicha à Cristo passam lentos, pesados, silenciosos,sob cofiós vermelhos, cinzentos e brancos, que nunca tiram do toutiço — a caminho da praia, onde se irão pôr de cócoras,voltados para Meca, para a oração do sol posto. Indígenas com barretes, outros de palhinhas, alguns arrastando porcos à sirga, uns com peixe salgado e ainda outros com hortaliça do remexio.

Passam recrutas, impedidos, enfermeiros, guarda-fios, amanuenses e aspirantes aduaneiros...Mestiças namoradeiras, demoram-se a mirar, com olhos sonhadores, a casa do china fotógrafo. Um coronel médico europeu, de óculos, à porta do May Chong, fala com o proprietário sobre a melhor maneira de transferir as suas patacas em florins. A loja do Wadhomall é a tentação das damas.

Queima perfumes, jarras, frascos, de essências caras, sabões, lanternas e feitiços pendem do teto. No balcão e nas estantes, cortes de seda, tapetes, *tam-tans, quimonos*, pijamas, chinelas brocadas, colchas bordadas, biombos, mantões, popelines, camisas e rendas.»

Timor de lés a lés
Cap. Armando Pinto Correia
Agência Geral das Colónias,1944

TERRAS

VICTOR M. VIEIRA

Se no Catecismo Católico aprendemos que existem três qualidades de Baptismo, ou sejam, Baptismo de água, de Sangue e de Desejo, e que ainda o Sacramento do Baptismo nos faz Cristãos, Filhos de Deus e membros da Igreja, poderíamos muito bem concluir que, de verdade, Timor Leste é uma Terra de Cristãos.

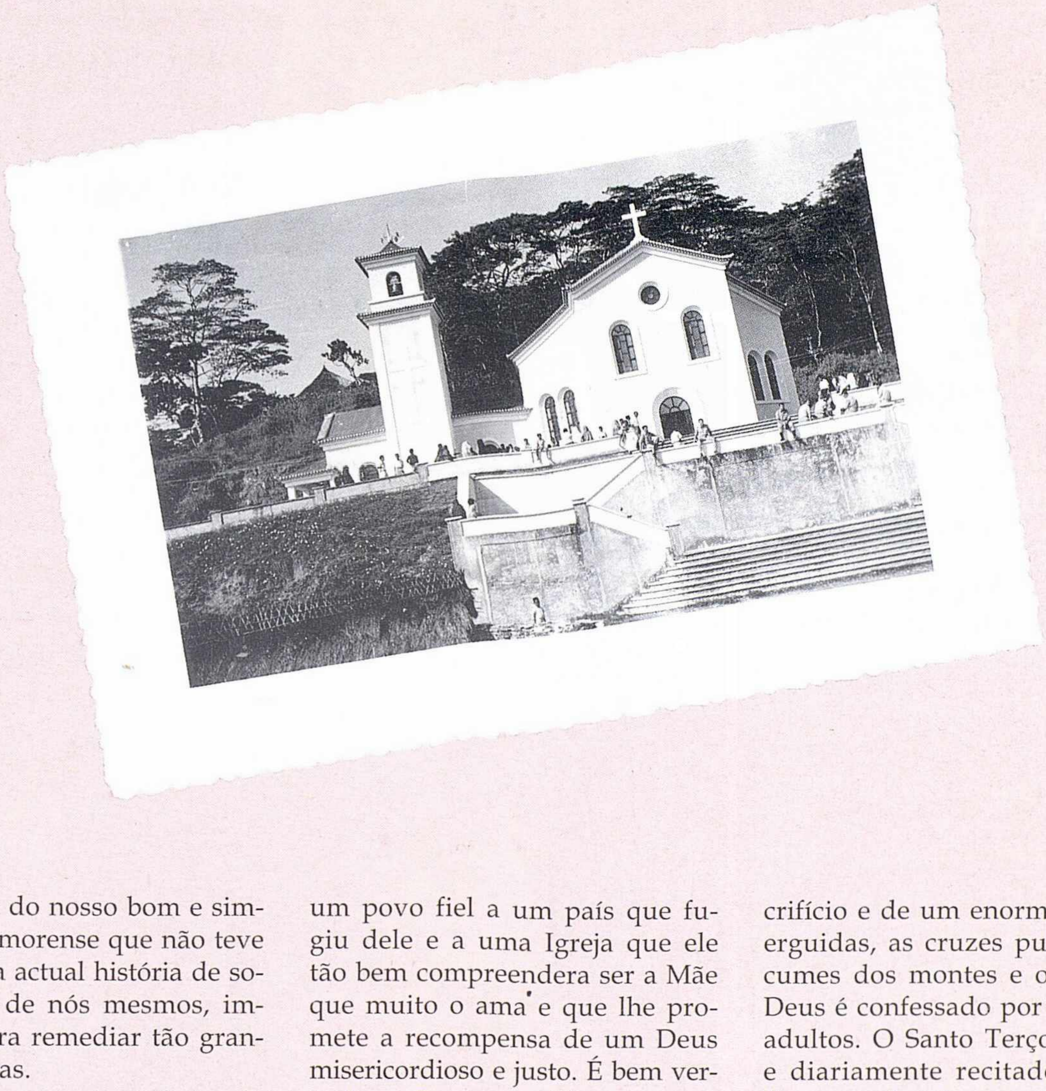
Fui para Timor nos fins de 1967, logo após a minha ordenação sacerdotal. Nos meus 8 anos de vida missionária naquelas queridas e saudosas terras do Extremo Oriente, pude compreender que Timor era um vasto e prometedor campo de filhos de Deus e de membros da Santa Igreja. Na minha missão, que compreendia todo o Enclave do Oé-Cusse, os Baptismos aconteciam às centenas, e os que mostravam uma teimosa vontade de se tornarem cristãos eram igualmente muitíssimos.

Em Agosto de 1975, atemorizado pela guerra civil que alastrava por aquelas terras, desiludido e envergonhado pelo desonroso comportamento das autoridades portuguesas de então, decidi deixar Timor na esperança de lá voltar um dia para consumir a minha vida ao serviço daquele bom povo. Se não me foi possível voltar como missionário, consegui ir até lá de visita, com o pretexto de assistir à sagração episcopal do Administrador Apostólico de Dili, D. Carlos Ximenes Belo, em Junho de 1988. Foi uma visita bastante rápida, mais curta da que eu tinha projectado, pois que estive detido em Kupang durante 10 dias, por não me quererem deixar passar para o lado de Timor-Dili.

Um ano mais tarde, encontrando-me em Nova Iorque com um colega amigo, falámos na hipótese de ir até Timor. A ideia aqueceu-nos a vontade, a curiosidade de vermos com os nossos olhos o que por lá se passava, levou-nos a decidir: partimos, e a 14 de Junho de 1990 estávamos em terras de Timor. Fomos recebidos com o familiar e afável sorriso de alguns colegas sacerdotes, delicados apertos de mão de alguns que nos reconheceram, olhares desconfiados de uns quantos que nos rodeavam. Se por um lado nos sentíamos bem no meio e na terra daqueles de quem antes nos considerámos verdadeiramente irmãos, e que agora pedimos que nos aceitem como amigos, por outro lado sentimonos responsáveis, e por que não dizer, tocados pelo remorso do muito e do pior que está a acontecer às gentes daquela terra que ainda dizemos ser portuguesa.

Fomos ver; fomos constatar; tentamos compartilhar da sua sorte, dizer-lhes que estávamos com eles no pensamento e no coração. Mas por vezes não nos sentíamos muito confortáveis, não. Comprometidos, sim, por tudo o que tem acontecido ao nosso Timor e ao seu povo. Ouvíamos muito; dizíamos pouco. Tínhamos conhecimento de muito pouco; aprendemos bastante. Íamos com a ideia de levar-lhes todo o conforto moral deste mundo e mais do que isso, mas fomos nós que mais recebemos. E acabamos por sentir uma

DE MISSÃO



dupla pena: do nosso bom e simples povo timorense que não teve culpa da sua actual história de sofrimento, e de nós mesmos, impotentes para remediar tão grandes desgraças.

Todavia, como sacerdotes da Igreja, tivemos a imensa alegria de observar o humanamente impensável: o crescimento de uma Igreja organizada, a consciência de uma sociedade sofredora de Filhos de Deus, a resistência impressionante de cristãos defensores práticos dos valores morais, e o valioso e grande testemunho de um povo fiel a um país que fugiu dele e a uma Igreja que ele tão bem compreendera ser a Mãe que muito o ama e que lhe promete a recompensa de um Deus misericordioso e justo. É bem verdade: a Igreja em Timor cresce, a fé cristã tem lugar adaptado no coração simples das gentes. Os Baptismos são intensivamente implorados e extensivamente administrados; a vida sacramentária é palpitante e os tempos dedicados à oração são prolongados e não parecem cansar. As igrejas e ermidas a custo de muito sacrifício e de um enorme zelo são erguidas, as cruzes pululam nos cumes dos montes e o nome de Deus é confessado por crianças e adultos. O Santo Terço é devota e diariamente recitado por milhares de famílias e as procissões destemidamente desfilam as ruas da cidade de Dili e das vilas do interior. Enfim, uma esfusiante vida de Fé que mostra bem que Timor é, na verdade, TERRA DE CRISTÃOS.

in «Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas», Informação n.º 17

LENGA-LENGA DA KAKATUA

Bobo-Dako-Ina, Bobo-Dako-Ina,
rai naroma ona. Mai ita la' o ona
vamo-nos já que a terra se ilumina

Nona kakatua, sei titu lai.
Senhora cacatua, espere um nadinha

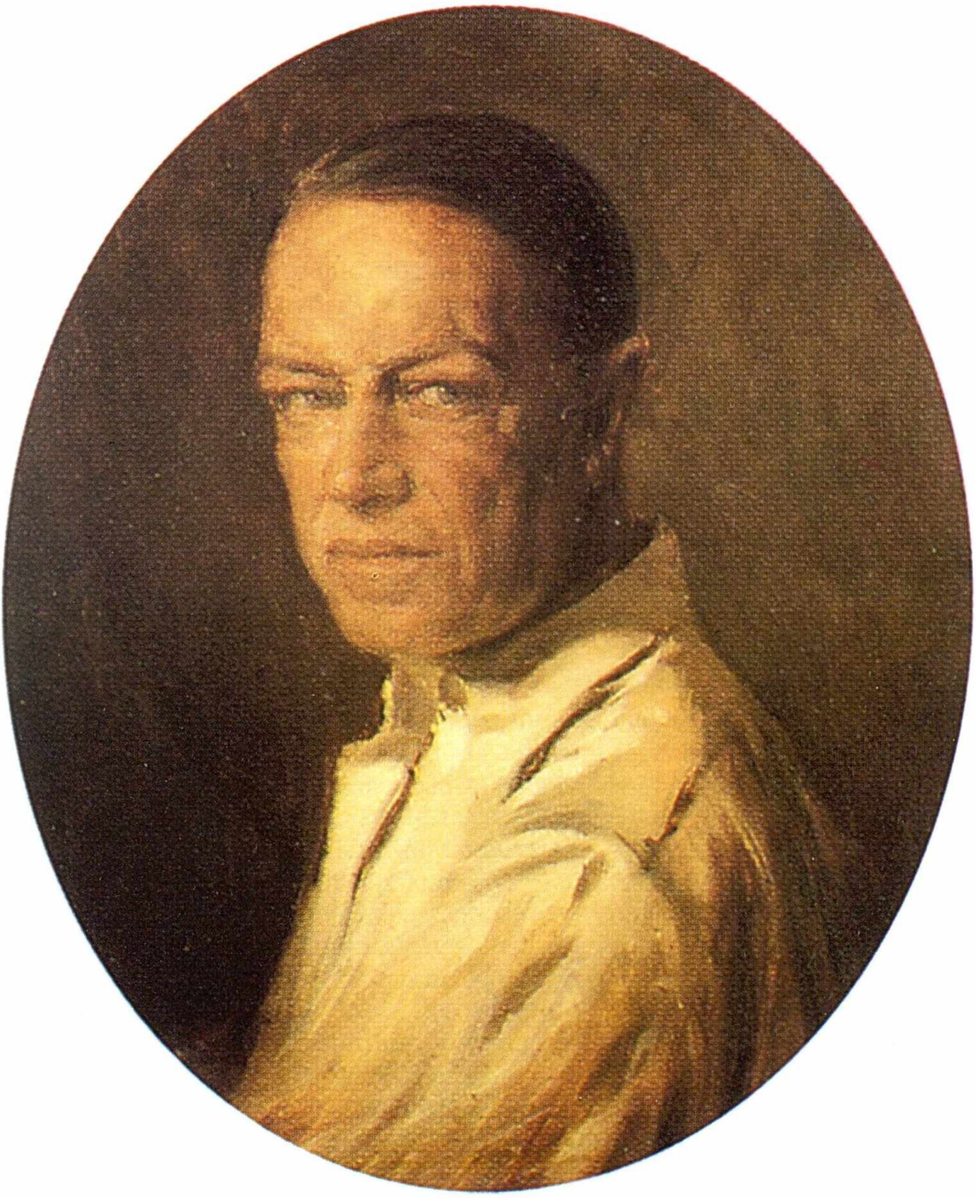
Ha' u sei fo susu Bobo-Dako-Lai
Deixe que amamente a minha
filhinha

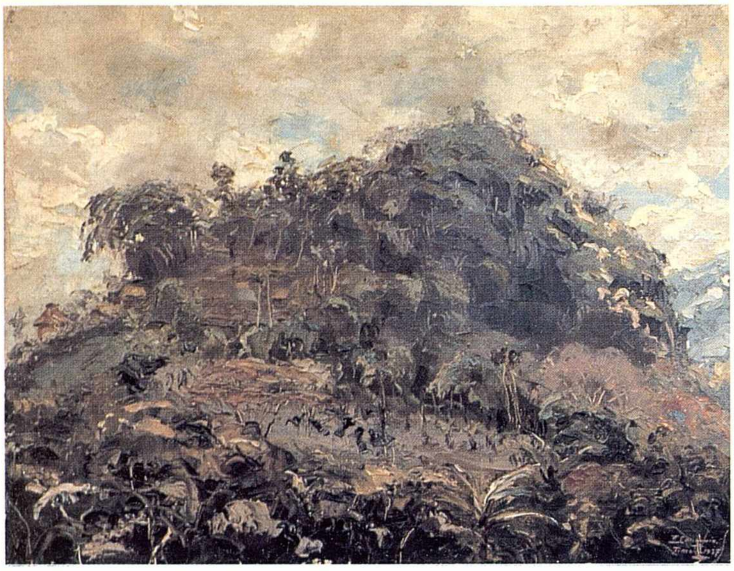
Esta é uma canção de embalar muito frequente na zona Tetum de Timor. Tem por base a história de uma mãe que ajudada por duas catatuas (kakatuas) alimentava às escondidas uma filhinha que uma tia malvada queria matar a míngua de alimento.

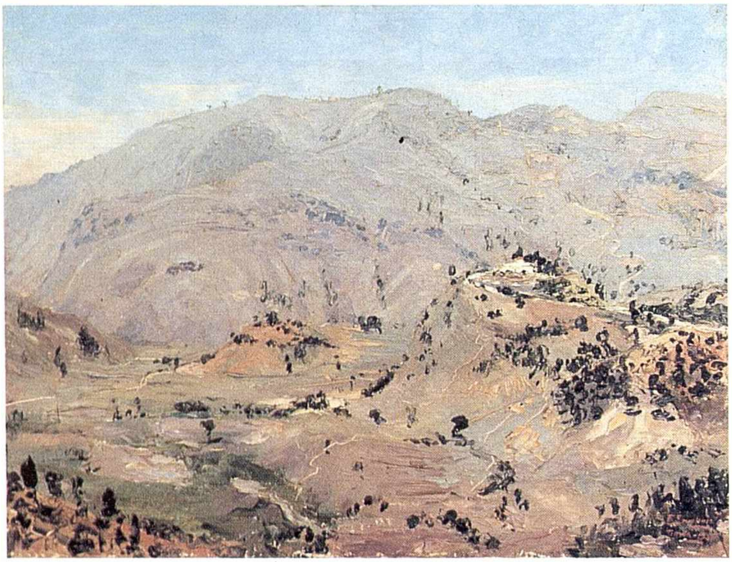
FAUSTO SAMPAIO

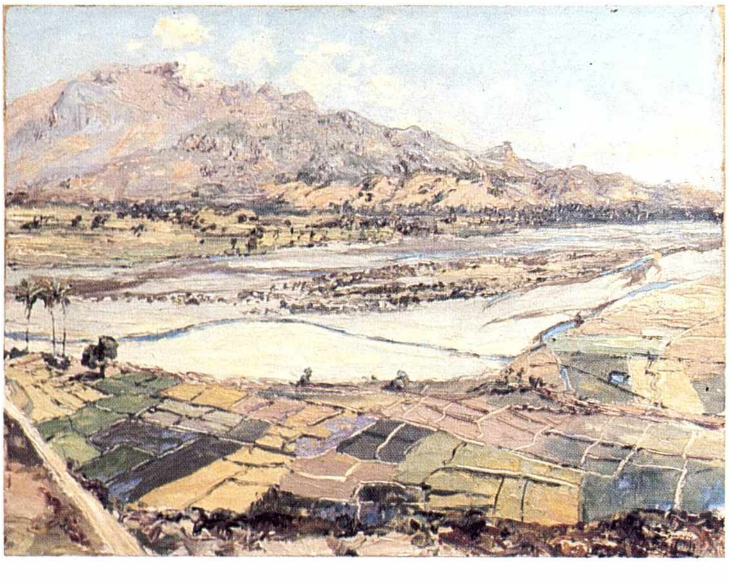
RETRATOS DO ORIENTE

ANABELA FURTADO









Era um homem apaixonado pelo Oriente e disso fez prova nos retratos das muitas terras por onde andou: Macau, Singapura, Macassar, Malaca e Timor. Fausto Sampaio nasceu na Anadia em 1893 e morreu em Lisboa, com 63 anos, depois de ter viajado por quase todo o mundo fixando rostos, personagens, paisagens e costumes.

Um chefe guerreiro olha-nos nos olhos. Veste os seus trajes de cerimónia — a meia-lua, os tais de família, as ornamentações com penas de galo. O rosto não manifesta constrangimento, talvez antes, uma leve curiosidade por estar imóvel perante um homem desconhecido que lhe faz o retrato. O pintor era Fausto Sampaio, o modelo era um chefe guerreiro de Timor: D. Aleixo. Tudo se passou nos anos trinta.

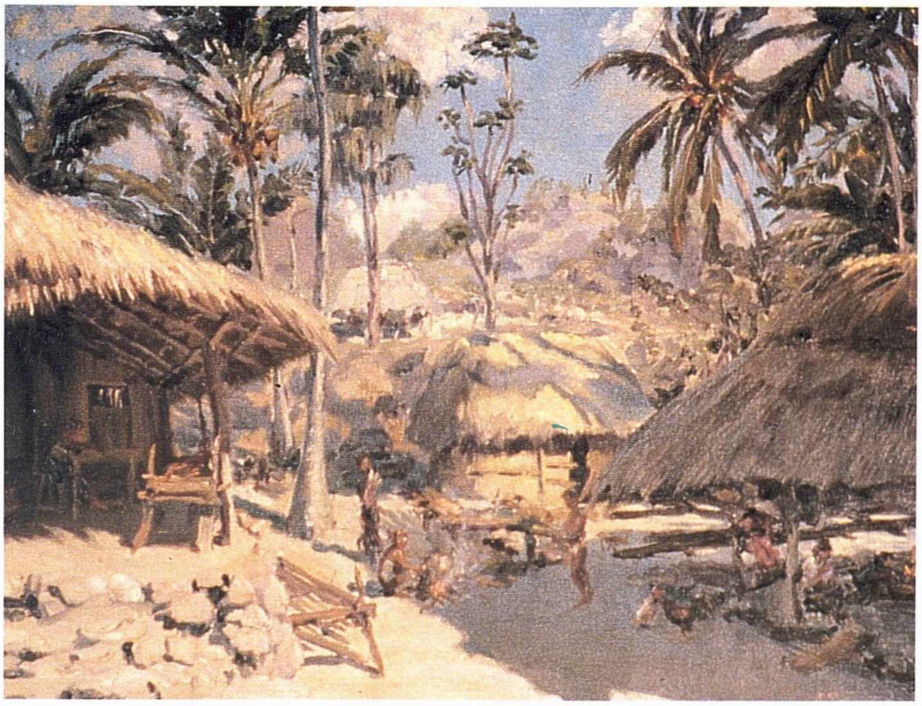
O retrato pertence hoje à viúva, e faz parte de uma colecção particular com quadros pintados por Fausto Sampaio em muitos lugares.

Na década de trinta Sampaio estava em Timor. A ilha não surgiu por acaso, deveu-se ao facto de ele ser muito amigo do então patriarca das Índias, Costa Nunes, companheiro de muitas viagens e que se deslocava frequentemente àquele território.

Para Maria José Sampaio, filha do pintor, Timor aconteceu na vida do pai quase naturalmente: "Ele tinha uma verdadeira paixão pelo Oriente. Era uma espécie de fascínio voltar a passar pelos mesmos locais, pelas mesmas terras por onde tinham passado tantos portugueses antes dele".

"O meu pai achava Timor Leste lindíssimo e nas suas pinturas tentou sempre ser o mais realista possível. Existe um quadro em que ele pintou um rio muito conhecido no território, e que tem a particularidade de ficar todo branco quando seca na estação de maior calor. O quadro tem uma profundidade enorme".

Fausto Sampaio era ainda solteiro quando esteve em Timor, mas à semelhança do que aconteceu por



outros lugares pelos quais se apaixonou, transmitiu à mulher e à filha as emoções por que passou.Uma espécie de presente, para que pudessem compartilhar com eles as mesmas emoções.

"O meu pai falava muito especialmente do régulo D. Aleixo, e contava muitas histórias" lembra Maria José Sampaio ao recordar uma vez em que estávamos "todos à volta dele, para ouvir as suas histórias, e o pai com aquele ar alegre e calmo nos relatava como combinou com D. Aleixo a feitura do retrato".

"Ao que parece o régulo terá aparecido com mais quinhentos guerreiros e exigiu ao meu pai que os pintasse a todos no mesmo dia. Depois tiveram uma grande conversa, o meu pai lá o convenceu de que queria apenas fazer o retrato dele. Desde essa altura, ficaram grandes amigos. De tal forma que, em 1940, aquando da Exposição do Mundo português, em Lisboa, D. Aleixo veio cá com a família para ver os quadros que o meu pai expôs".

No primeiro quartel deste século vivia-se em Portugal um clima de intensa actividade no campo das artes. Foi este o tempo que modelou Fausto Sampaio, que desde muito cedo teve a apoiá-lo três mestres: Columbano, Malhoa e Sousa Pinto. Foram eles, aliás, que o incentivaram a partir para Paris.

A capital francesa era o maior centro artístico de então e mal desembarcou na cidade-luz, em 1926, Fausto Sampaio, inscreveu-se na Academie Julian, então sob a direcção de Laurens. Esta experiência iria marcar definitivamente o rumo do pintor. Incapaz de se vergar às imposições académicas, abandonou as aulas e regressou a Portugal para, no ano seguinte, voltar a Paris, desta vez, para se matricular na Academie Renard sob a orientação do mestre Emile Renard.

Sampaio frequentou as aulas até 1930, embora nunca tenha sido um aluno particularmente assíduo. Durante estes anos parisienses, o pintor concorreu por diversas vezes ao Salon, até ver os seus quadros admitidos, por unanimidade, nos anos de 28 e 29.

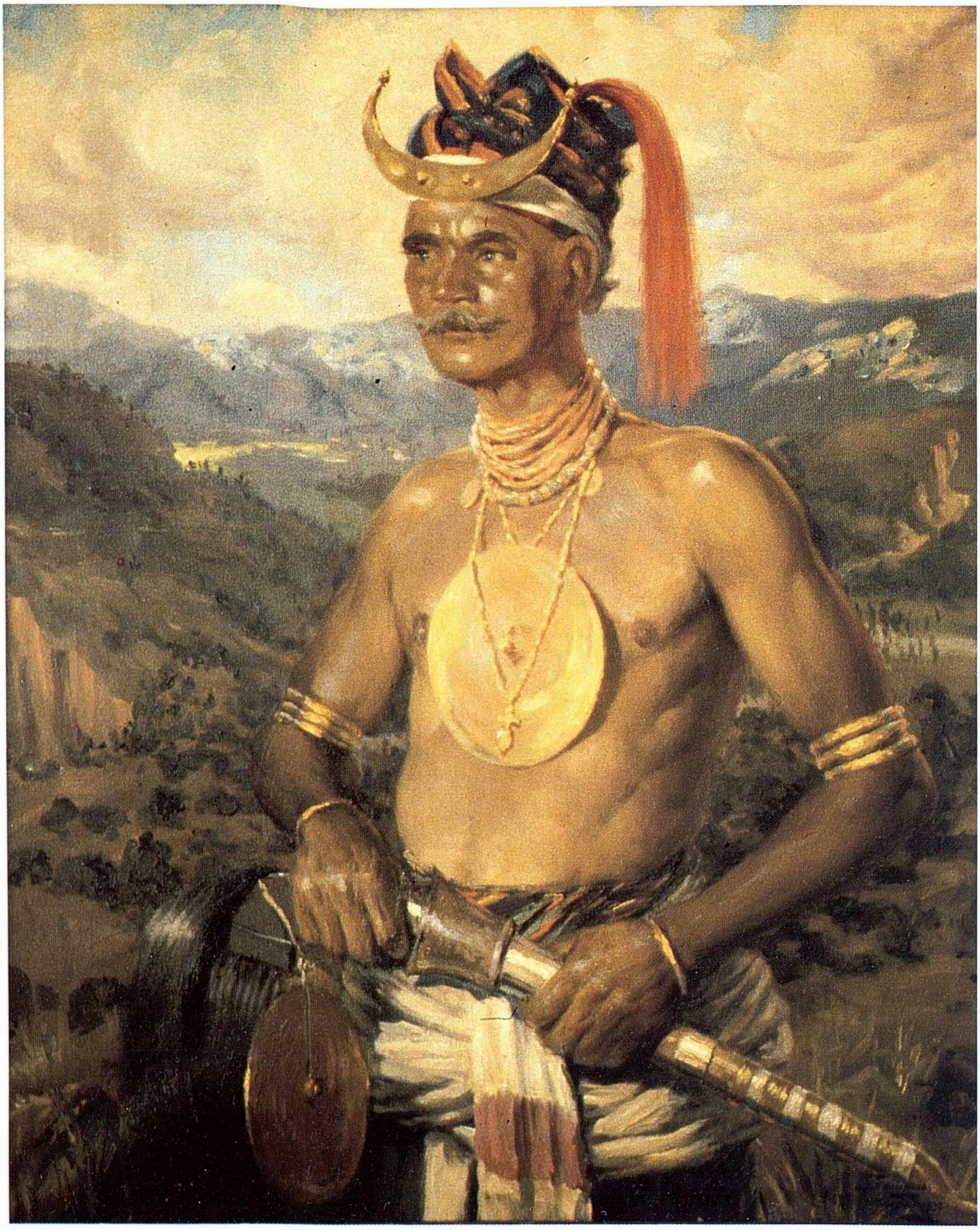
Mais tarde , depois da morte de Renard, Fausto Sampaio frequentou, ainda, a Academia La Chaumière, mas já era, então, um pintor reputado.

Mas Sampaio procurava outros horizontes. Por isso, em 1934 embarcou com destino a S.Tomé, a ilha dos mil verdes, onde permaneceu dois anos, findos os quais voltou a partir, desta vez, para concretizar um velho sonho: conhecer o Oriente.

As viagens do pintor não se limitaram, porém, a uma busca de inspiração, ou a uma mera pesquisa cromática. Em todos os lugares por onde andou, criou elos, fez amizades, viveu, de facto, as realidades locais.

Maria José Sampaio também recorda o pai como um homem crítico em relação à sociedade de então: "ele pintava tudo aquilo que o impressionava, ou o que sentia vontade de exprimir. Não passava para a tela apenas o que era bonito... Por vezes tinha necessidade de pintar a guerra, toda e qualquer calamidade do mundo".

Fausto Sampaio sempre mostrou a maior inclinação pelo óleo e pela madeira. Mas a sua identificação com o que o rodeava era tão grande que, por vezes, escolhia os materiais e utilizava as técnicas usadas localmente. Macau e a China foram outras das suas paixões, por isso, desde Macau onde criou uma escola e deu vários cursos de pintura, pas-



sou a utilizar uma pena à maneira chinesa para assinar os seus quadros.

"Quando ele pintava numa rua, ficava de imediato rodeado de muitas pessoas que em silêncio, atentas e interessadas seguiam o seu trabalho. "Mas, sobretudo" ele não conseguia ignorar os problemas do local onde se encontrava. "Se fosse vivo hoje, estaria a viver os acontecimentos em Timor-Leste com a maior das angústias. Sentiria tristeza com o sofrimento das pessoas, e, tenho a certeza que se exprimiria através da pintura, porque essa era a forma de exteriorizar o que sentia."

Como seria este outro Timor, tão diferente das paisagens calmas mas de beleza pungente que Fausto Sampaio pintou há mais de cinquenta anos?

"Não faço ideia como é que o meu pai poderia exprimir a sua revolta face aos acontecimentos que se verificaram em Timor. Sei apenas que as cores que utilizava dependiam sempre do mundo, do universo em que estava inserido".

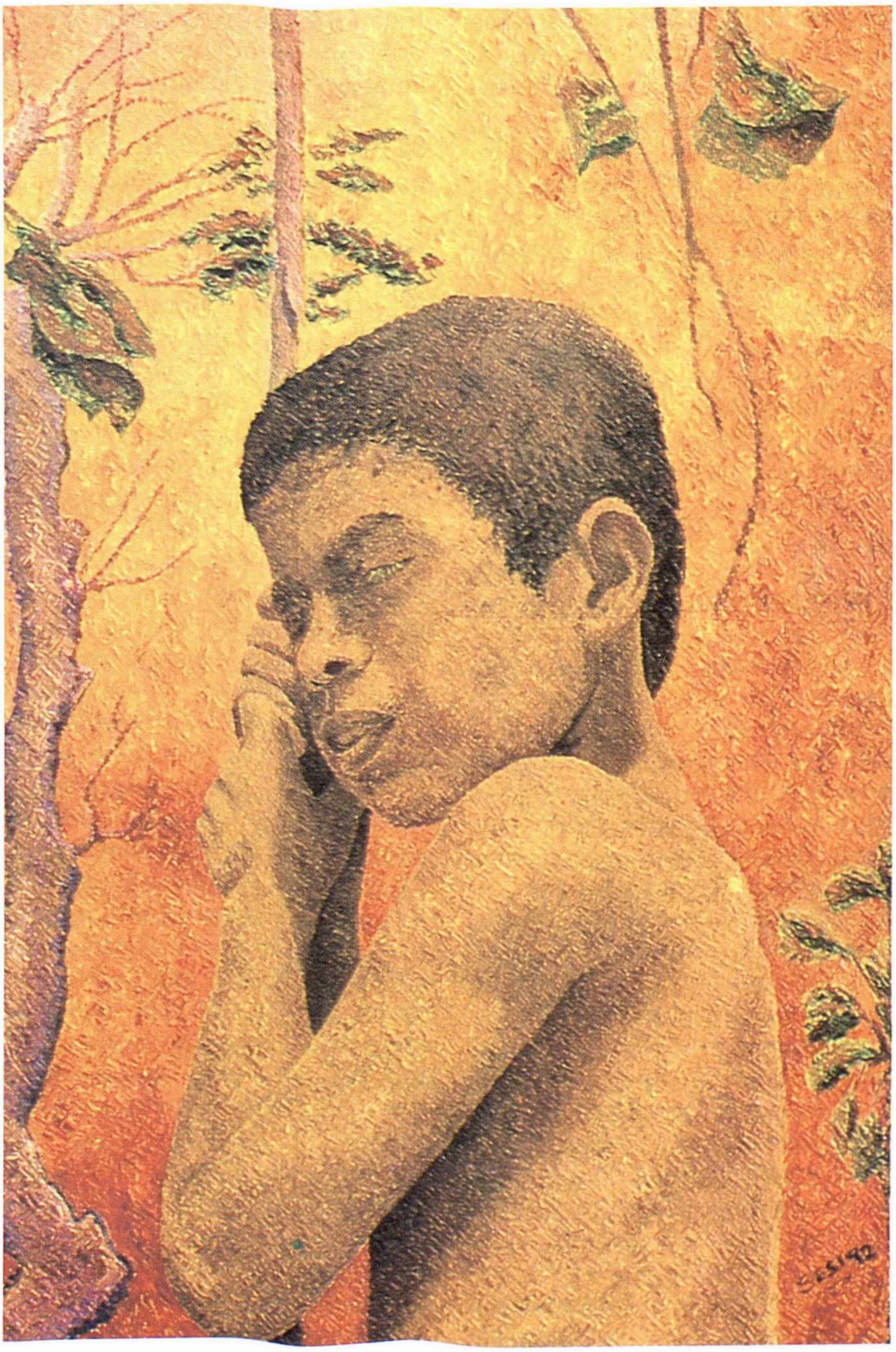
PINTURA DE TIMOR EM LISBOA

Em Timor não existe uma tradição de pintura. A própria língua «Tetum» desconhece a palavra e, quando é necessário exprimir essa actividade, socorre-se da expressão *taturi*, que significa gravar uma superfície dura com um objecto ponteagudo.

No entanto, a nutureza forneceu aos timorenses belas tintas que servem, principalmente, para tingir os tecidos tradicionais. Cada planta é responsável por uma cor que se aplica, de forma directa, no tecido previamente preparado para a receber.

Assim, do arbusto *taun* extrai-se o azul que, mediante a quantidade aplicada, poderá ter vários tons: a casca de *samtuku* dá o vermelho, a raiz de *henuk*, o amarelo, e a semente de *meku*, o roxo. Para se obter preto, a forma mais comum é mergulhar a peça que se quer colorir numa pasta de terra negra especial que se encontra junto aos pântanos.

Mas, embora sem tradições, tem havido ao longo da história recente de Timor, pessoas que se interessam pela pintura. Sem escolas onde pudessem, no interior do território, aprender técnicas, os pintores timorenses são, quase sempre, autodidactas cujas aptidões foram notadas durante a aprendizagem escolar por algum professor de desenho. É este o caso de Sebastião Silva, SESI, como assina as suas pinturas, que foi descoberto, por acaso, pelo Padre Domingos Cunha quando estudava no Externato de S. José, em Dili.



Sebastião tem 29 anos e nasceu na capital de Timor Leste. É proveniente de uma família simples, de agricultores, e como todos os jovens timorenses da sua faixa etária teve, nos últimos anos, uma vida aventurosa e insegura. De Dili para Jacarta, de Jacarta para Lisboa, de Lisboa para Darwin, e agora, novamente, para Lisboa.

Desta vez, o regresso a Lisboa teve uma finalidade muito especial. É que Sebastião da Silva fez a sua primeira exposição. Tudo começou com uma proposta feita pela Fundação Borja da Costa que se dispôs a organizar uma mostra a que chamou «Pintura de Timor». Convidou Sebastião, que se mostrou entusiasmado, e mais uns tantos pintores reconhecidos nos meios astísticos portugueses que, deste modo, acederam a apadrinhar o jovem timorense.

A exposição realizou-se em Junho, no «Padrão dos Descobrimentos», em Belém.

Contente? Sebastião nem cabe em si, por ver realizado este sonho que nunca julgou ser possível de concretizar.

Porque não pintas

Tudo começou com uma pergunta feita pelo professor. Há tempo que o Padre Cunha andava de olho no Sebastião e em mais outros miúdos que mostravam mais gosto e imaginação nas aulas de desenho. Eram esboços simples, mas já davam para ver que havia ali um bom começo. O padre chamou o Sebastião e disse-lhe que estava a contar com ele e com mais uns tantos para a exposição que, todos os anos, o externato fazia no final das aulas.

«Então, por que não pintas uma coisa especial para a exposição?», perguntou o padre. E o aluno, tímido, mas orgulhoso, respondeu que estava bem.

Isto passou-se em 1981. O quadro que foi exibido na exposição do fim do ano era um mapa de Timor, ensanguentado, com uma mão também ensanguentada e que exprimia a dor do cativeiro. Claro que o quadro só se podia ver nas quatro paredes da escola, porque de contrário, levaria à prisão todos quantos ousassem referir assim os sentimentos dos timorenses em relação aos indonésios.

Entretanto, o padre já tinha disponibilizado uma sala do Externato para que os jovens pintores a utilizassem como atelier. Eram tempos de grande vigor contestatário, e os jovens, na sua maioria, pintavam coisas de grande empenhamento político e também as paisagens que lhes eram caras. Sebastião, por exemplo, lembra-se que um dos seus primeiros quadros era uma ceifa de arroz, igual a todas aquelas em que participou com o pai agricultor. Refere, a este propósito que as tarefas da agricultura eram aquelas que conhecia melhor e que, portanto, conseguia pintar com mais realismo, ele e todos os outros colegas.

Mas a vida complicou-se. Tinham-se acabado os tempos doces das idas à escola, da vida sem responsabilidades. Todos os jovens estavam empenhados na luta contra os indonésios, e as perseguições deixavam pouco tempo para tarefas agradáveis, como pintar.

Em 1982, Sebastião deixou de estudar, ficou-se pelo nono ano, e preparou-se para sair de Timor. Essa tarefa consumia-lhe o tempo, deixava-o incapaz de pensar noutra coisa. O caminho da fuga passava por Jacarta, onde permaneceu seis meses à espera de conseguir papéis em ordem que lhe dessem acesso à Europa. Durante todo esse tempo pouco saiu, com medo de ser apanhado, mas, mesmo assim, deu algumas voltas pela capital da Indonésia.

Lembra-se de uma cidade demasiado populosa, para ele, que só conhecia Dili, com zonas muito bonitas – onde viviam os ricos –, mas, em geral, muito suja. Finalmente, conseguiu embarcar para a Europa. Primeiro Frankfurt e, finalmente, Lisboa, onde tinha amigos e familiares.

Em Lisboa, ficou pouco tempo, ao fim de uns meses seguiu para Darwin, na Austrália. Lá, estava mais perto de Timor.

O clima de Darwin, semelhante ao de Timor, e a grande colónia de timorenses, foram as únicas coisas familiares que encontrou na Austrália. A vida, essa era completamente diferente. Em Dili, Sebastião trabalhava com o pai na lavra da terra, em Darwin, num supermercado onde havia um patrão; em Dili, aos domingos, saía com os amigos a dar grandes passeios nas magníficas praias da cidade, e todos tinham coisas em comum e falavam dos lugares e das pequenas aventuras de adolescente com um passado partilhado em comum; em Darwin, quanto muito, iam caçar patos e búfalos que depois cozinhavam e comiam. Pelo menos ali, não era proibido possuir arma de fogo. Na Austrália era vida de emigrante, juntamente com outra gente: italianos, gregos e até aborígenes que, apesar de estarem na sua terra, vivem um pouco à parte.

Pintura durante esse tempo? Alguma. Principalmente, paisagens de Timor, retidas na memória, à espera de um dia poderem ser novamente fruídas. «Nunca pintei uma paisagem australiana...»

Sebastião Silva não é homem de escolas, e tirando Van Gogh e Camilo Piçarro que são os seus preferidos, pouca gente o tem influenciado. Não frequentou nenhuma Escola de Belas Artes por razões várias, mas agora tem pensado nisso. Quem sabe se chegou o tempo de começar as coisas como deve ser, sem contar apenas com os ensinamentos da vida.

Para a exposição «Pintura de Timor», Sebastião pintou 25 quadros. Tudo sobre Timor: paisagens, gente distraída nas suas tarefas do quotidiano, cenas de uma vida que Sebastião não quer esquecer.

TIMOR NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA

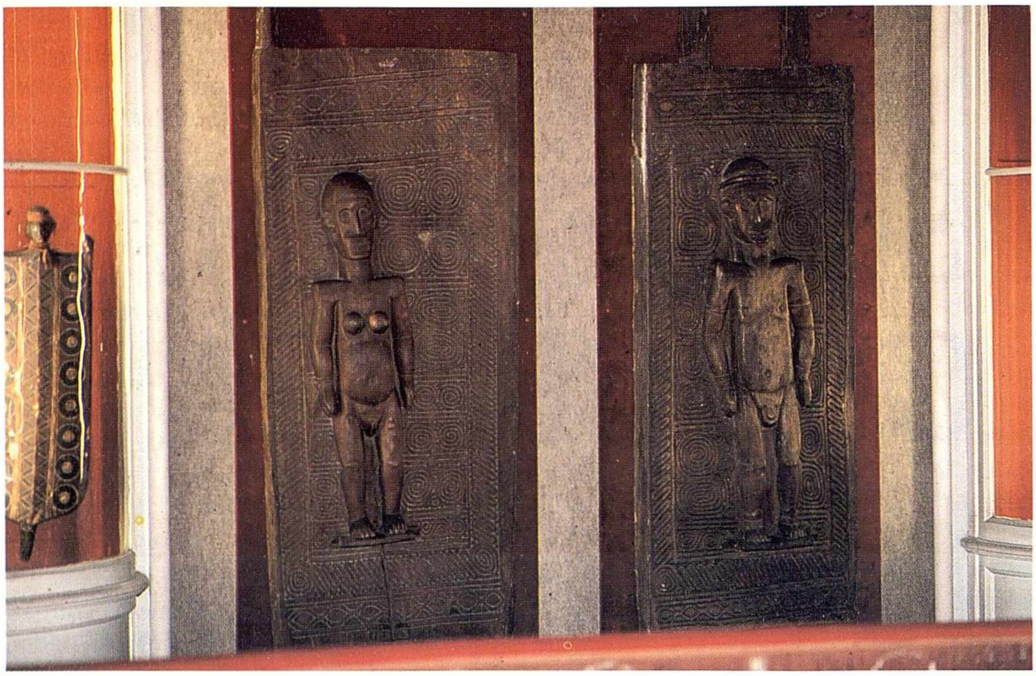
CLÁUDIA BATISTA

Num mundo de milhares de objectos que despertam o interesse do historiador e formam aquele que é considerado o maior acervo museológico sobre as ex-colónias portuguesas, algumas centenas de peças trazem em si a marca do povo e da cultura timorense. É no Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa que vamos encontrar essa amostra tocante da identidade de Timor. Doados, oferecidos ou pura e simplesmente comprados, estes objectos foram chegando pela mão de uma elite de influentes que foram desde o século passado os eminentes sócios da instituição científica. Personalidades com funções de relevo na hierarquia governativa, cientistas, historiadores, filósofos ou outros, homens cuja profissão demandava a actividade nos quatro cantos do mundo, em especial as ex-colónias portuguesas, em suma, indivíduos que detinham posições decisivas na vida política, económica, social e cultural do país, foram os principais enriquecedores da valiosa colecção de testemunhos dos povos das províncias ultramarinas que a Sociedade de Geografia de Lisboa possui. Este acervo será, como sublinha o presidente da Sociedade, Almirante Sousa Leitão, uma *"espécie de memória viva sobre a forma de Portugal estar no mundo"*.

> Um cesto, uma esteira, uma colher ornamentada, uma porta velha, são objectos aparentemente sem importância. No entanto, a partir deles pode saber-se muito sobre o quotidiano de quem os utilizou. Basta saber interrogá-los.

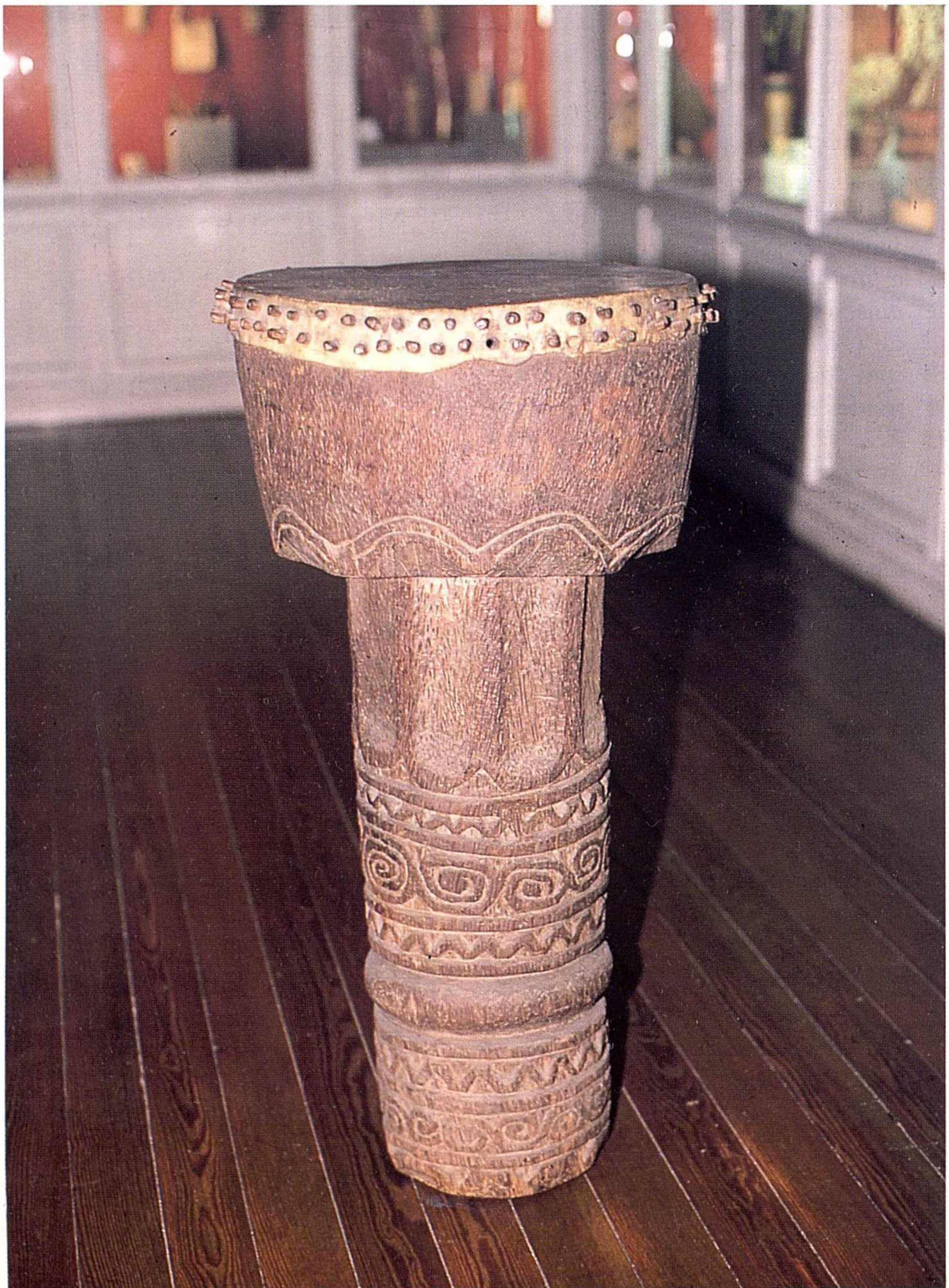
Alguns desse objectos, indiferentes à poeira dos tempos, aguardam que o investigador, com o seu olhar criterioso e a atenção de quem sabe separar o trigo do joio, os distinga dos demais. Outros conquistaram já o estatuto de peças com *"interesse museológico"*, informa-nos o etnólogo Queirós Soares. É um trabalho hérculeo o que se apresenta ao investigador que desde 1986 assume as funções de conservador da Sociedade de Geografia de Lisboa. Pacientemente, estuda, separa, classifica, decide aquilo que poderá figurar nas vitrinas, ser objecto da curiosidade alheia. Num diálogo riquíssimo de mensagens (para quem tenha o saber de as interpretar), ainda que mudo nas palavras, o investigador a sós com as suas *"relíquias"*, reconstrói pedaços da história dos povos. Assim será, também, com o acervo relacionado com Timor. *"É nossa função transmitir as realidades de cada cultura com verdade e de acordo com a visão que o próprio grupo étnico tem dos objectos que lhe dizem respeito, sabendo que o público em geral irá tomar contacto com uma cultura que não é a sua e, portanto, é fundamental que seja informado correctamente numa perspectiva de que não há culturas superiores e inferiores, mas sim diferentes. Para a comunidade timorense local, afastada de Timor pelas contingências que todos nós conhecemos, vivendo integrada numa cultura distinta da sua de origem, será aliciante ver com os próprios olhos objectos que foram utilizados num viver tradicional da ilha onde nasceram"*.

Por ora, o Museu — que com a Biblioteca, uma das melhores do mundo, com 250 mil volumes sobre África a Sul do Equador, constitui um dos ramos principais desta Sociedade — está a ser reorganizado. É certo que há visitas, sobretudo de escolas, ao majestoso edifício das Portas de Santo Antão, mas aquilo que o público em geral e mesmo o especialista interessado podem hoje admirar desta vasta colecção etnográfica é ainda um esboço do que em definitivo se pretende apresentar. E quando se proporcionará a fruição integral



Portas de «Uma Lulik»

«Baba» – Tambor grande



desse precioso espólio? Daqui a um, dois, três anos, quem sabe? O trabalho do investigador não se compadece com pressas. Há que proceder com rigor, é necessário investigar muito para que mais tarde o visitante compreenda o que vê, seja através das legendas referentes aos objectos a que dizem respeito ou dos catálogos em perspectiva e, desse modo saiba proceder à leitura histórica, cultural ou de outra índole dos espécimes que se lhe apresenta. O etnólogo vive ainda absorvido pela pesquisa. Hoje *"descobre"* um adorno, amanhã uma arma. Sinais civilizacionais que têm histórias para contar, testemunharam cenas que fazem a história daquele povo.

Entremos na magnífica sala Portugal, a maior e mais imponente do edifício destinada aos actos maiores da actividade da associação. É a escola de Eiffel que marca o estilo do vasto salão, contornado por galerias que se percorrem em vários pisos seguindo as vitrinas que forram as paredes. Quando as exposições estiveram definitivamente organizadas será possível percorrer um caminho com lógica geográfica planetária, apreciando os diversos objectos expostos agrupados por zonas, como acontece com as Áfricas Central, Ocidental e Oriental já completas. É na terceira galeria que encontramos exposto, a título ainda provisório — não se cansa de insistir Queirós Soares — o espólio de Timor resultante de uma primeira selecção de objectos. A visita começa com duas portas de casas sagradas, em madeira, com representação de uma figura feminina e de uma masculina, respectivamente. Até terminar a volta nesta secção do Museu, a que o público por enquanto não tem acesso, são poucos os passos percorridos. Os objectos escolhidos estão agrupados por temas. Diz o etnólogo responsável: "*Os objectos expostos foram seleccionados com critério, estudados convenientemente e são realmente representativos da cultura do povo timorense*".

Partindo de um sector que nos remete para uma simbologia de poder (a silhueta de um guerreiro timorense, armas, adornos chefais), seguem-se outros de uso cerimonial e de uso diário: os instrumentos musicais, a tecelagem, a cerâmica, a moagem, a cestaria, etc. Cada qual com a sua história, a sua carga simbólica, o seu valor ritual ou mítico, conhecimentos que por enquanto ainda pertencem ao domínio do historiador. Como se disse, esta é ainda uma organização provisória, e é possível que seja alvo de correcções. Mas os testemunhos seleccionados são já indicadores de um modo de vida timorense: mesmo que as inscrições que vemos nalgumas peças ainda não estejam descodificados para o visitante comum, a leitura simbólica permanece nesta fase a paixão a que o etnólogo se entrega com ardor, pudemos saber que não há dúvida de que existem objectos relacionados com os ritos e mitos de Timor. São parte da sua identidade cultural. Rituais ligados à fecundidade ou ao nascimento do primeiro filho, por exemplo. Mas outros vimos que deixam antever um mundo de hábitos ancestrais como o nascer do bétel e da areca, na vitrina dedicada aos objectos ligados àquele acto que também é cultural. São peças escolhidas entre centenas que constituem o espólio de Timor na Sociedade de Geografia de Lisboa. Umas que evocam trabalhos do quotidiano, como o dobar das linhas, o descaroçar do algodão ou os materiais característicos da ilha, como as colheres esculpidas em casca de coco, cachimbos de chifre de búfalo. Que importância adquire a exposição aos olhos do etnólogo? Responde: "*Uma importância muito grande. Trata-se de objectos que representam a cultura e vivências dos timorenses, sem dúvida objectos de valor para a divulgação da cultura deste povo que manteve com Portugal séculos de convivência*".

MAIS DE CEM ANOS A ESTUDAR O MUNDO

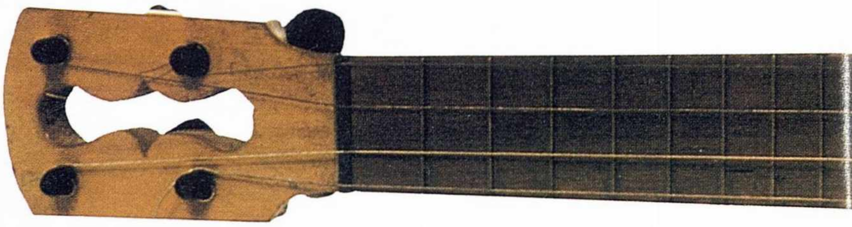
Um requerimento datado de 10 de Novembro de 1875 que submetia à aprovação do Governo de D. Luís I os estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa constitui o primeiro passo dado no sentido de fundar a instituição que se propunha estudar e investigar as ciências geográficas e outras afins, especialmente em Portugal e nos seus territórios fora da Europa.

Diz o documento: "(...) *Os requerentes, Senhor, julgam cumprir simplesmente um dever para com a Sciencia — esta grande luz que a todos nos alumia e alenta — e para com a Patria — esta mãe que estremecemos todos — procurando agremiar os esforços e realizar as aspirações de innumeros estudiosos; ligar o nosso paiz ao convívio scientifico do mundo civilisado por mais este laço sympathico de tão necessario e tão interessante cultivo das sciencias geographicas; e finalmente avocar a luz e a justiça da Critica moderna para o grandioso e infelizmente squecido, calumniado ou mutilado trabalho com que a Nação Portuguesa, pelos seus velhos cosmographos e navegadores, ha contribuido para a Civilisação geral e para a vasta e completa Sciencia da Terra.* (...)"

Assinavam o documento que acima se transcreveu em parte 74 cidadãos, personalidades bem conhecidas e notáveis nas artes, ciências, política e administração pública. Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas, Sousa Martins, Brito Capelo, Cândido de Figueiredo e Teófilo Braga contavam-se entre eles. Como sublinhou o actual presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Almirante Sousa Leitão, em comunicação proferida numa sessão de homenagem à centenária instituição: "*A Sociedade de Geografia nasceu numa onda de entusiasmo pelas viagens terrestres que no século XIX abriram à civilização o interior da Ásia, da África, da Austrália e da América do Norte. Tinha Portugal a preocupação adicional de estudar e reavivar o conhecimento das viagens e descobertas dos portugueses nos séculos XV e XVI, em especial as marítimas. E também as explorações terrestres no interior de África e do Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX*".

A Sociedade de Geografia de Lisboa seguia os passos das associações congéneres estrangeiras; hoje, com um papel naturalmente, distinto do do século passado, mantém-se activa, guarda os Estatutos de 1895 e permanece fiel aos propósitos de então.

A LONGA VIAGEM DO



Cavaco, Cavaquinho, Braga, Braguinha, Braguinho, Machete, Machete de Braga, Machim, Machinho, ou Ukélélé.

Muitos nomes que querem dizer praticamente a mesma coisa: um mesmo tipo de instrumento musical popular que, apesar de, ao que parece, ter nascido em Espanha, embora com outro nome, acabou por ser adoptado em Portugal como se fosse seu. E foi, justamente, com os portugueses que correu os quatro cantos do mundo e entrou para a tradição.

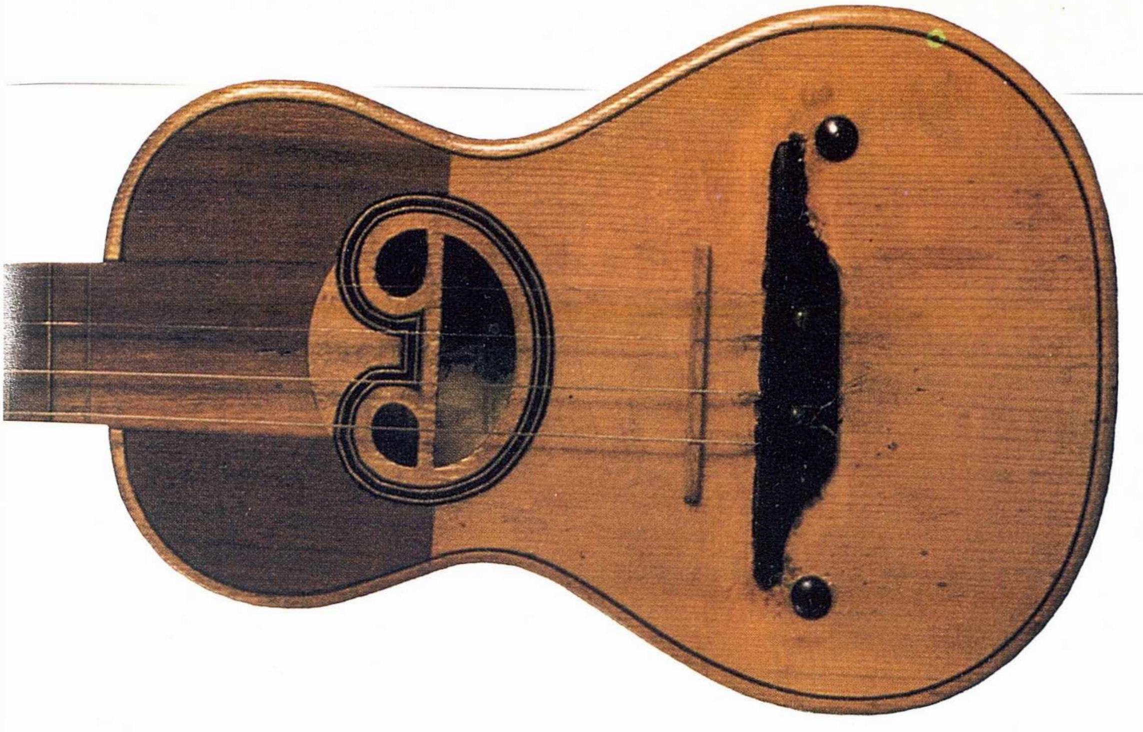
Do continente passou para as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, das ilhas passou para as Américas, Antilhas e, até, África do Sul. Na maior parte dos casos, terão sido portugueses que o levaram a emigrar. E Timor não fugiu a esta regra: o Cavaquinho chegou até lá, como a muitos outros lados, levado certamente na bagagem por um português que, viajando por muito tempo e para muito longe, não deve ter querido separar-se do prazer dos seus sons ou, simplesmente, do prazer de poder tocar um pedaço da sua terra.

Só que, em Timor, o Cavaquinho, vá lá saber-se porquê, chamou-se Ukelele, nome semelhante ao que lhe é dado nos Estados Unidos - Ukelele - e pelo qual também ficou conhecido no Hawai já desde os finais do século XIX onde, segundo consta, terá chegado em 1879, levado por um tal João Fernandes, por certo, um dos muitos madeirenses que para aí emigraram nessa altura. É que, entre 1878 e 1880, destinados às plantações de açúcar, só portugueses que provinham da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, chegaram às Ilhas Sandwich 11 276. Muitos por lá ficaram e deixaram descendentes, e o Cavaquinho também. A população nativa gostou do pequeno instrumento que mais parecia uma pequeníssima viola, embora com apenas quatro cordas, e por causa dos sons «saltitantes» que produzia resolveu chamar-lhe «ukelele», que na sua língua quer dizer, também, pulga saltadora.

Tal como aconteceu no Hawai, e já antes em Cabo Verde e no Brasil, também em Timor a população adoptou o Cavaquinho e, ainda hoje, o toca. Utiliza-o, porém, de forma diferente daquela que é usada noutros lados, nomeadamente em Portugal.

A origem

O Cavaquinho terá chegado a Portugal, já se disse, vindo de Espanha e, talvez, como descendente directo de um outro instrumento que aí é conhecido, também, por vários nomes: guitarra, guitarrón, guitarrillo, ou guitarrico. Originalmente, deve ter sido utilizado pela população rural do Porto, de Braga e de Viana. E, ao longo dos tempos, em Portugal, foi justamente na região de Entre-Douro e Minho que o Cavaquinho foi mais popular, embora não fosse de todo desconhecido noutras regiões, nomeadamente no Algarve. Mas, também em Portugal, a função que foi cumprindo é que variava de região para região. No Minho, era o instrumento predilecto das rusgas e romarias, no Sul era utilizado, so-



UKELELE

ISABEL HORTA

bretudo, como instrumento, pode dizer-se, urbano. Em Lisboa, era especialmente tocado pelas senhoras ou, então, usado como instrumento de tuna, tal como no Algarve onde, durante muito tempo, foi um instrumento que não podia faltar em estudantinas e serenatas. Os Madeirenses, por seu turno, habituaram-se a usá-lo das duas maneiras: como instrumento popular tocado, sobretudo, pela população rural, e como instrumento urbano e burguês.

Em Timor, o Ukelele é tocado, quase sempre, em bailes urbanos e integra-se num género de música, o Koremetan, que marca, normalmente o fim do luto, um ano depois de alguém ter morrido. Mas, também em Timor, o Ukélélé, ou Cavaquinho, anda associado a outros instrumentos, já que funciona, como acontece na maior parte dos casos, apenas como instrumento de apoio. Apesar de se ter tornado popular em Timor e, sobretudo, na Vila de Manatutu, a verdade é que nunca alcançou a popularidade que chegou a atingir, e que ainda hoje tem, no Brasil.

«Chorinhos» e serenatas

É de facto no Brasil, até mais do que em Portugal, que o Cavaquinho se encontra difundido e popularizado. Também aí, aparece associado à viola e a outros instrumentos mas, tal como acontece noutros lados, há quem o toque sózinho utilizando-o como instrumento harmónico, e quem tire dele outras sonoridades com o auxílio de uma palheta.

No Brasil, o Cavaquinho é usado no «samba», nos «bailes pastoris», nos «ranchos», na «chegança dos marujos», no «cateretê», no «bumba-meu-boi», na «chula» – também ela, uma música de origem portuguesa –, e no «choro» – nome que é dado a um tipo de música executada por vários instrumentos, mas, igualmente, a uma espécie de bailaricos a que se chama também «assustado» ou «arrasta-pé». Mas, «choro» também pode querer dizer «serenata». E se, em tempos mais recentes, em Portugal, o Cavaquinho foi também adoptado pela música dita erudita, no Brasil, há já muito que cumpre funções nesse tipo de música, e há muito que se tornou essencial para nomes importantes dessa área da música brasileira.

Diferentes tempos e diferentes espaços têm introduzido, também, muitas alterações no Cavaquinho. Afina, normalmente, do agudo para o grave: ré-si-sol-ré ou então mi-si-sol-ré, ou ainda de outras maneiras ré-si-sol-sol ou lá-mi-dó-sol. Tem, regra geral, 52 centímetros e, embora a dimensão possa variar, as diferenças são pouco significativas; parece-se com uma viola: tem tampos chatos e uma caixa de duplo bojo; e é um instrumento de quatro cordas embora possa aparecer com cinco. A madeira com que é construído também varia consoante a qualidade e o luxo que se pretende dar ao instrumento, ou, simplesmente, com o tipo de madeira que, sendo o mais adequado, será também o mais comum na região ou no país onde é fabricado. E quem fala de madeira pode falar, agora também, de outros materiais: é que, nos Estados Unidos, por exemplo, tratam já até de desvirtuar o cavaquinho, ou ukelele, e fabricam-no muito simplesmente em plástico.

MAUBEREK
O MENINO REBELDE

JOANA BENSABAT RUAS

EPÍGRAFE PARA GRANDES E PEQUENOS

"Não se trata... de reconstruir a História a partir exclusivamente da necessidade de segurança – como Ferrero tinha sido tentado a fazê-lo a partir do sentimento do medo (de resto, no fundo, os dois sentimentos, um de ordem positiva, o outro de ordem negativa, não acabam por se reencontrarem?) – trata-se essencialmente de colocar no seu lugar, de restituir a sua parte legítima a um complexo de sentimentos que, tendo em conta latitudes e épocas, não pode deixar de ter um papel capital na história das sociedades humanas que nos são próximas e familiares".

L. Febvre em "Pour l'histoire d'un sentiment: le besoin de sécurité" publicado em *Annales*, E.S.C., 1957, p.224.

"Excepto a sua alma,
não tinha mais nenhuma
estrela."
Swinburne

Na cantina, podia ver-se num dos cantos, confundindo-se com a obscuridade mesmo nas raras festas ali celebradas, a cara macilenta e miúda de um menino. O gosto pela penumbra adquirira-o depois do massacre, durante a fuga à cega fúria dos soldados agressores e durante os tempos de clandestinidade até chegar ao exílio. A sombra dava-lhe uma sensação ainda que precária de abrigo como se estivesse, assim, fora do alcance do olhar do inimigo.

Rezavam o Padre Nosso quando uma nuvem de sangue e gritos toldou o céu azul. Nada mais viu senão o polvoréu que se espalhou pelo ar com o estampido das balas das metralhadoras que ceifavam os vivos e acordavam os mortos. Deu consigo cosido ao pó da terra à sombra de uma lápide até que a mão de sua prostrada mãe o puxou por uma perna e rastejando para não serem recolhidos pelo inimigo buscaram o matagal onde gente timorense os acolheria e sararia as feridas. O ódio do inimigo aos sobreviventes obrigara-os a fugas sucessivas e dolorosas.

Licínia reparara com amargura na fixidez do semblante de Margarido, singelamente apelidado de Guido, o mais recente e também o mais difícil dos seus educandos, e que era própria de um menino reflexivo que prematuramente sofrera não só os dissabores da vida mas a surdez e a crueza da impiedade humana. Questionava-se longamente a que ponto a lógica terrível dos factos perturbara o sentido dos actos peculiar ao mundo infantil. Este mocinho escolhera, com orgulho e determinação, como alcunha, o nome do servidor do lendário príncipe de um conto timorense, Mauberek. Compreendeu, por fim, que Mauberek era um adulto, isto é, um menino que saltara da meninice para a maturidade verde dos crescidos pelo lado heróico das convicções. Ele fora afastado da órbita dos adultos onde normalmente gravitam as crianças na vida real e colocado, pela força dos trágicos acontecimentos no centro da própria existência, e, portanto, fora da infância. Facto este relevante para as crianças portuguesas que o vivem através das peripécias de heróis de ficção cor de rosa e a que apenas os livros lhes dão acesso. Mauberek era um entre tantos meninos cujos olhos viram o apocalipse e cujos pesadelos devem ter tanto de gigantescos como insignificante se torna o seu interesse pelas coisas que os rodeiam. Sofria já do vício moderno a que chamamos inquietude:

A mãe sucumbira aos ferimentos e a família dispersa pela fuga não tinha tido ainda tempo de se reagrupar.

Os companheiros rodeavam Guido com solicitude mas topavam, não raro, com o seu porte distante e um tanto altivo.

– Tens medo, Guido? perguntava-lhe Afonso, baixinho, da cama contígua.

– Não tenho medo, quem tem medo são os Indonésios, respondia com voz surda, acrescentando: - Tenho muitos amigos.

– Quem são eles? insistia Afonsinho enciumado.

– A minha mãe pediu-me que não dissesse a ninguém quem eram os meus amigos. Entregou-me, para que a guardasse junto ao peito, a chave da porta da minha casa em Ossú.*

– Como são eles, os teus amigos, os que te irão devolver a tua casa? tornou Afonsinho no intuito de o obrigar a falar e a partilhar com a sua amizade a grande solidão que sentia existir nele. Afonsinho queria também um pouco de calor humano posto que era igualmente orfão de mãe.

Mas foi um Mauberek impassível quem lhe respondeu:

– Os meus leais amigos, os que um dia me devolverão o direito à casa de meu pai, desertaram da felicidade por um ideal de libertação e soberania.

Proferidas estas palavras seguiu-se um grande silêncio e Mauberek cerrou as pálpebras sobre os olhos grandes e como que assustado com a grandeza do que acabara de dizer. Depois, como qualquer menino, apertou a mão de Afonsinho e pensou na sua terra imaginando-a lisa e verde e a lua como um cântaro de mágicas águas entornando sobre ela os fios de luar que um vasto vento sideral espalharia sobre o mundo. E, já entrando no sono, sonhava que galopava no seu alazão pelos prados prateados de erva ondulante e contemplaria como a um milagre o ondeante pêlo sedoso das corças e veados em debandada na direcção do mar, as crinas revoltas dos cavalos selvagens que, em corrida triunfal, se apossariam, de novo, das grandes planuras que cercam o Mate-Bian*. As barbas dos anciãos teriam um cair brando e as folhas das árvores uma cintilação ensonada de sortilégio enquanto os cardumes de peixes espadanando na maré erguiam castelos de ondas de cristas leitosas como dedos de dama.

No intervalo das aulas, Afonsinho afoitou-se e insistiu em ganhar a atenção de Mauberek:

– Já viste como o mundo é, afinal, tão grande? E já reparaste como ele cresce, dividido em cinco partes cabendo nós, imagina, na mais pequena chamada Oceânia?

Mauberek afagou-lhe o cabelo anelado. Afonsinho era um entusiasta a quem a esperança tornava vulnerável. Nascera no exílio, era mais novo e da esperança só lhe sabia a doce emoção da expectativa. Todos lhe conheciam o gosto de se emplumar e empunhar as espadas de liurai* nas festas. Mas para Mauberek, embora fosse aprendendo o que lhe era ensinado, a Terra continuava maior que o Sol porque a habitava com a sua carne e o seu sangue e embora lhe ensinassem o contrário ele juraria que ainda era o Sol que gravitava à volta dessa terra grande que era o lugarzinho onde a sua casa se erguia e o mundo se na realidade crescia era na montanha defronte de sua porta. E assim pensando ia apertando com os dedos a chave que guardava bem junto do coração. Pouco lhe importava que lhe censurassem a sisudez. Quando depositara a espada do pai no areal aprendera que a partir da desventura todo o sorriso é um equívoco. Beleza houvera no seu gesto quando a guardara no areal: sinal de resistência perante o inimigo demasiado poderoso e arrogante que tudo vencia excepto a sua consciência da sua coragem perante a cobardia do mais forte. Os livros diziam a verdade mas os meninos só acreditam no que os seus olhos vêem e ele via que mesmo as estrelas que tanto brilham nas noites de céu limpo se apagam sonolentas durante o dia.

Licínia seguia atentamente aqueles dois amigos e procurava encontrar a arquitectura que tornava aquelas almas, na sua desigualdade, simétrica intuindo, de antemão, que o que deve permanecer obscuro o restará quer o queiramos ou não. Mas eles irradiavam uma luminosidade que a penetrava como se a doçura que transportavam viesse do fundo das Idades e constituísse uma reserva do coração humano : Mauberek recordava-lhe o destino de todo o exilado que usufrui de uma solidariedade sem amigos sofrendo com a consciência de que as suas ideias e sentimentos serem diferentes das dos meninos portugueses quer pelas experiências que carregam quer pela situação em que se achavam. A Licínia doía-lhe sobretudo o grito que ouvira a Mauberek num dos seus raros desabafos quando chegara:

– Porque temos nós de morrer como Povo? Porque nos condenam à morte se estamos inocentes?

Licínia sentiu todos os seus conhecimentos postos à prova. Mas à medida que ia estudando a arquitectura mental dos dois meninos sentiu-se encorajada: os meninos reparam, pensou ela, primeiro nos detalhes e daí aprendem a elevarem-se para o geral, começam a tactear o que lhes é imediato para gradualmente abarcarem o universal, — este era o caso de Afonsinho: Mauberek, por seu lado, olhava para trás, para o tempo ancestral e remoto que parecia levantar toda a criatura, do mundo das possibilidades, para o da esperança no amanhecer e na renovação da Vida. O seu rosto meditativo e sério contemplava o passado através de um Oceano de Tempo o que o deixava um pouco indiferente ao que se passava em seu redor como se o seu exílio mais não fosse que uma longa e dura viagem que o levaria de regresso a Timor. Afonsinho portava-se para com ele como uma divindade escrava, reduzido ao silêncio do amigo e vivendo com os companheiros como se palpitasse ao ritmo do ciclo das suas vidas nas suas formas corpóreas e reais; Mauberek era uma criança a quem haviam brutalmente roubado a infância. Como tantas outras crianças timorenses ficara sem espaço para corridas, sem noites para ouvir contos, nem tardes para cantos de roda, nem ânimo para apanharem grilos nas acácias em flor. Fora uma criança sem liberdade nem paz que lhe devolvesse a bondosa alegria da idade na farândola que é a meninice com os seus jogos e os seus justos direitos de meninos, de brincar e folgar nos lugares amigos, fosse a mansidão de um fio de água na margem de um rio que lhe ouvisse as confidências, fosse o exagero estrepitoso de se ver como um bicho feliz, de alma aberta, cavalgando um potro indomável. Afonsinho habitava um mundo moral onde os homens se instruíam, nutriam e criavam regras de comportamento civil. Mauberek tinha o lugar longínquo a que se apegara onde toda a legitimidade era arbitrária e a sua identidade era esmagada, negada ou sonegada.

Nenhum deles, leitor, nem possivelmente vós, sabeis ainda que não só os indivíduos tomados isoladamente mas também as colectividades e as civilizações estão permanentemente comprometidas num diálogo com o Medo.

GLOSSÁRIO

Ossú — Vila timorense situada nas faldas do Mundo Perdido, uma montanha do sul da ilha.

Mate-Bian — Montanha sagrada residência dos antepassados.

Liurai — Chefe tradicional e moral.

POEMA TRISTE

Porque calcas meu solo?
Porque matas minha gente?...
Meus verdes alcantilados,
minhas azuis montanhas
querem a paz,
a paz que todos queremos.
Minha aldeia sossegada
beija os aromas puros
das minhas humildes montanhas
que querem a paz,
para no silêncio e na paz
construir a paz.
Porque tu,
com tanto progresso técnico,
tens inveja daquilo
que eu não tenho,
não possuo,
mas quero ser.
Ser como o Senhor me fez,
nascer com a paz,
viver na paz
e dormir sonhando a paz!...

Quem acredita que eles não matam,
não assassinam!
Quem crê que eles querem construir na guerra,
com o cano das suas armas,
a minha aldeia.
Minha natureza contempla,
em silêncio, suas obras.
As cascatas das águas nascentes
das minhas montanhas levam os males
que eles cometeram,
para assim dar ao mundo,
aos fortes,
a honra e a glória!
Eu, no meu silêncio, choro
para que meus choros não ultrajem
a honra dos grandes.
Falo sem nada dizer
para que meus vizinhos me não gritem.
Acredito que a Paz existe para mim,
morrendo!...

FITUN FUIK

COMEMORAÇÕES DOS
DESCOBRIMENTOS
PORTUGUESES
UMA AVENTURA DE SÉCULOS
PARA INVENTAR O FUTURO

FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA
BORJA DA COSTA

A CULTURA É A MEMÓRIA
DE UM POVO
QUE NÃO MORRE!

FERNANDO SYLVAN